



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (PPG) EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**



**SOFRIMENTO PSÍQUICO: UM ESTUDO COM PROFESSORES(AS)
READAPTADOS(AS) DA REDE ESTADUAL DE ENSINO EM
CORUMBÁ E LADÁRIO/MS**

DANIELLA MOREIRA LIMA

Orientadora Prof.^a Dr.^a Vanessa Catherina Neumann Figueiredo

CORUMBÁ/MS

2023

DANIELLA MOREIRA LIMA

**SOFRIMENTO PSÍQUICO: UM ESTUDO COM
PROFESSORES(AS) READAPTADOS(AS) DA REDE ESTADUAL
DE ENSINO EM CORUMBÁ E LADÁRIO/MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação Social
Linha de pesquisa: gênero e sexualidade, cultura, educação e saúde.

Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Catherina Neumann Figueiredo

CORUMBÁ/MS

2023

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Vanessa Catherina Neumann Figueiredo

Presidente da Banca Examinadora

Programa de Pós-Graduação em Educação- UFMS- CPAN

Profa. Dra. Grazielle Alves Amaral

Membro Externo Universidade Federal de Jataí - UFJ

Profa. Dra. Beatriz Rosalia Gomes Xavier Flandoli

Programa de Pós-Graduação em Educação – UFMS - CPAN

Profa. Dra. Isabella Fernanda Ferreira Programa de
Pós-Graduação em Educação – UFMS - CPAN (suplente)

Prof. Dr. Eduardo Pinto e Silva (suplente)

Pós-Graduação em Educação – (UFSCar)

AGRADECIMENTO

Agradeço em primeiro lugar à Deus e a Nossa Senhora Aparecida, que me encheram de bençãos, me protegeram, me guiaram, foram minha fortaleza. A quem recorri nos períodos difíceis e de alegria também, fazendo que com que eu conseguisse concretizar meu sonho.

Por todo apoio que tive durante a pós-graduação, principalmente da minha família, em especial, a minha avó Ana, minha mãe Maria de Lourdes e a minha tia Rivana, que não mediram esforços para que eu chegasse até aqui, sem elas eu não teria conseguido, não teria me tornado a mulher que sou hoje. Espero demonstrar minha gratidão exercendo com excelência e dignamente essa carreira que escolhi para minha vida.

Às minhas amigas, Talissa Souza e Rebeca Faro, que me acompanharam desde o início dessa trajetória. Durante a graduação foram meu suporte, meu alicerce, ao lado delas pude alcançar meus objetivos, presentes enviados por Deus, para que eu não desistisse, com elas vivi os melhores momentos como estudante universitária, como amiga e irmã, pois esse laço jamais se acabará. E não menos importante, as amigas Gabrielle Pacifico e Giulia Galvão, que fizeram parte do meu círculo de amizade, a quem recorri em vários momentos desse processo no mestrado, ouvindo minhas lamúrias, me auxiliando e me dando forças a cada semestre, sempre juntas, tornando meu percurso mais leve.

À minha orientadora, professora Doutora Vanessa Neumann, que me guiou desde o projeto de iniciação científica, no Trabalho de Conclusão de Curso na graduação de Psicologia e agora, no mestrado, agregando todo o conhecimento e me mostrando qual caminho a percorrer com seus ensinamentos, dedicando horas do seu tempo para me ajudar nessa etapa. Tenho grande admiração pela senhora e me sinto lisonjeada por tê-la comigo, sendo uma peça essencial para minha formação. Serei eternamente grata e espero que ainda possamos continuar juntas nesse trajeto pela educação.

À professora Doutora Carmem Saad, que me fez encantar pela Psicanálise, através de toda sua sabedoria transpassada, contemplando o quanto essa abordagem é magnífica. E agora na Residência, como minha supervisora, em um constante percurso de aprendizagem sobre o poder da escuta, o poder dessa teoria e método, capaz de ressignificar o sofrimento do próximo. A senhora é um exemplo de profissional, um modelo, que eu com todo apreço, pretendo seguir.

À professora Dra. Beatriz Rosalia Gomes Xavier Flandoli, que me acompanhou durante a graduação até nos dias atuais, uma pessoa que eu admiro profundamente. Bem como, à professora Profa. Dra. Grazielle Alves Amaral, obrigada por ambas aceitarem o convite para participar das bancas de Qualificação e de Defesa, enriquecendo o meu trabalho, com importantes contribuições.

Ao restante dos meus professores, cada um deles contribuíram para minha formação, acadêmica e pessoal, me fazendo enxergar um mundo jamais visto, me fazendo crescer. E hoje, a palavra que define melhor meu sentimento com relação a todos eles é: gratidão. Uma profissão que eu valorizo e estimo cada dia mais.

Por fim, agradeço às minhas colegas de trabalho e vida da Residência Multiprofissional em Saúde da Família com Ênfase em Povos Indígenas, Ingrid Santos, Luiza Vieira, Jéssica Costa, Maria Freitas e, em particular, minha duplinha Amanda Torres, que me animaram para dar continuidade e finalizar mais esse ciclo, mesmo sendo um trabalho árduo, exigindo dedicação e esforço em meio as tormentas de uma carga horária exaustiva como residente.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo primordial compreender o processo de sofrimento e adoecimento no trabalho de docentes readaptados nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Corumbá e de Ladário, MS. Para isso, foram analisados os processos intersubjetivos e intrapsíquicos ligados à organização do trabalho, assim como o modo de significação do sofrimento que levou a alterações na trajetória profissional e a realocações funcionais, identificando quais transtornos mentais acarretam nesta readaptação. O recurso metodológico utilizado possui natureza qualitativa de caráter exploratório, tendo como aporte teórico a Psicodinâmica do Trabalho (PdT), abordagem criada por Christophe Dejours, que visa abarcar as questões subjetivas e do psiquismo, mobilizadas mediante as relações e a organização do trabalho e, que consideram o conteúdo manifesto e latente, vivenciado pelos trabalhadores. Participaram desta pesquisa três docentes readaptados, lotados na área urbana nos municípios de Corumbá e Ladário/MS. Para a coleta de dados houve a aplicação do questionário sociodemográfico e entrevistas semiestruturadas. As análises ocorreram através da técnica de Análise do Núcleo de Sentido (ANS) que consiste na análise de conteúdo categorial, dividida em três eixos temático-categoriais: (1) antes da readaptação: uma trajetória de sobrecarga e sofrimento; (2) organização do trabalho: a análise pós-readaptação e, (3) o sofrimento continua: efeitos da readaptação. Os resultados apontaram que a trajetória do docente é permeada por sofrimento e sobrecarga, com fatores organizacionais exigentes e impositivos, em um contexto de trabalho nocivo para a saúde do trabalhador. Essa circunstância contribui para o adoecimento que, por vezes, leva à readaptação funcional dos docentes. Embora, os professores estejam realocados em outras funções, o sofrimento permanece, decorrente de complicações nas relações socioprofissionais, falta de reconhecimento, descrédito, medicalização e estigma, mesmo assim, dois professores revelaram que conseguiram ressignificar o trabalho por intermédio da readaptação.

Palavras-chave: Readaptação funcional; sofrimento psíquico; professores; psicodinâmica do Trabalho.

ABSTRACT

The main objective of this study is to understand the process of suffering and illness in the work of readapted teachers in schools of the State Education Network of Corumbá and Ladário, MS. For this, the intersubjective and intrapsychic processes linked to the organization of work were analyzed, as well as the way of meaning the suffering that led to changes in the professional path and functional reallocations, identifying which mental disorders entail in this readaptation. The methodological resource used has a qualitative nature of an exploratory nature, having as a theoretical contribution the Psychodynamics of Work (PdT), an approach created by Christophe Dejours, which aims to encompass subjective and psychic issues, mobilized through the relationships and organization of work and, that consider the manifest and latent content experienced by workers. Three readapted teachers participated in this research, working in the urban area in the municipalities of Corumbá and Ladário/MS. For data collection, a sociodemographic questionnaire and semi-structured interviews were applied. The analyzes took place through the Analysis of the Nucleus of Sense (ANS) technique, which consists of categorical content analysis, divided into three thematic-categorical axes: before readaptation: a path of overload and suffering; work organization: the post-rehabilitation analysis and, the suffering continues: readaptation effects. The results showed that the teacher's trajectory is permeated by suffering and overload, with demanding and imposing organizational factors, in a work context that is harmful to the worker's health. This circumstance contributes to the illness that sometimes leads to the functional readaptation of teachers. Although teachers are relocated to other functions, suffering remains, due to complications in socio-professional relationships, lack of recognition, discredit, medicalization and stigma, two teachers revealed that they were able to re-signify work through readaptation.

Keywords: Functional readaptation; psychic suffering; teachers; psychodynamics of work.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Dados sociodemográficos sobre os participantes	42
QUADRO 2 – O contexto de trabalho dos professores readaptados	43
QUADRO 3 – Informações referentes ao afastamento das funções laborais	43

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. PERCURSO HISTÓRICO: EDUCAÇÃO E O CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO	15
2.1 O neoliberalismo	16
2.2 Reestruturação produtiva e a teoria do capital humano	17
3. A READATAÇÃO FUNCIONAL	21
3.1 “Estado da arte”: a readaptação docente e seus desdobramentos	24
4. PSICODINÂMICA DO TRABALHO	32
4.1. Trajeto histórico	32
4.2. O sofrimento e as estratégias defensivas	34
5. METODOLOGIA	39
5.1. Procedimentos para coleta de dados e resguardo ético	40
5.2. Instrumento	41
5.3. Sujeitos/Participantes	42
5.4. Análise de dados	47
6. RESULTADO E DISCUSSÕES	48
6.1 Antes da readaptação: uma trajetória de sobrecarga e sofrimento	48
6.2. Organização do trabalho: a análise pós-readaptação	64
6.3 O sofrimento continua: efeitos da readaptação	73
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	81
ANEXO A - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO	92
ANEXO B - AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL (SED/MS)	93
ANEXO C - AUTORIZAÇÃO DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO 3 (CRE-3/SED)	95
APÊNDICE A - LEVANTAMENTO DE PRODUÇÃO: BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTB)	97
APÊNDICE B - LEVANTAMENTO DE PRODUÇÃO: PERIÓDICOS DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)	101
APÊNDICE C - LEVANTAMENTO DE PRODUÇÃO: LITERATURA LATINO-	

AMERICANA E DO CARIBE EM CIÊNCIAS DA SAÚDE (LILACS)	104
APÊNDICE D - LEVANTAMENTO DE PRODUÇÃO: SCIENTIFIC ELETRONIC LIBRARY ONLINE (SCIELO)	105
APÊNDICE E - OFÍCIO PARA A SECRETÁRIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL (SED/MS)	106
APÊNDICE F - TERMO DE AUTORIZAÇÃO (SED)	108
APÊNDICE G - OFÍCIO PARA OS(AS) RESPONSÁVEIS LEGAIS DAS INSTITUIÇÕES (ESCOLAS)	109
APÊNDICE H - TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL (TAI/ESCOLAS)	111
APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	108
APÊNDICE J - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA AS ENTREVISTAS	121
APÊNDICE K - PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO	122

APRESENTAÇÃO

A trajetória que culminou nesta pesquisa, teve suas raízes na graduação, mais precisamente no curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal. Foi neste âmbito que tive o primeiro contato com a temática “Saúde Mental e Trabalho”, disciplina obrigatória oferecida pelo curso.

A abordagem trabalhada dentro da disciplina, denominada de “Psicodinâmica do Trabalho” (PdT)¹, trouxe importantes reflexões sobre os processos de sofrimento e prazer no trabalho, bem como sobre quais são os fatores organizacionais que influenciam diretamente nesta dinâmica e, conseqüentemente, que podem, ou não, levar ao adoecimento do trabalhador, despertando em mim o interesse por tal área. Além de ter um elo com a Psicanálise, minha primeira paixão.

Após esse contato inicial, tive a oportunidade de participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), desenvolvendo o projeto intitulado “Síndrome de Burnout: a patologia social no contexto universitário”, vinculado ao projeto de pesquisa “Análise da ocorrência de sofrimento patogênico no contexto universitário”, que de um modo geral, teve o objetivo de analisar a organização do trabalho e sua relação com o surgimento de patologias sociais, como à sobrecarga, meu objeto de estudo no PIBIC.

A experiência de fazer parte da iniciação científica foi de extrema relevância. Trabalhei com um assunto em que pude perceber o quanto a esfera educacional está marcada pelas pressões organizacionais correspondentes à lógica gerencialista dos ajustes neoliberais e como isso tem afetado a saúde mental dos docentes, levando-os, muitas vezes, ao sofrimento e adoecimento. Ademais, a pesquisa em si me proporcionou um panorama que ainda não tinha contemplado, como investigar, coletar dados e analisá-los, se tornando um atrativo para continuar neste campo.

O tema “readaptação funcional” surgiu através de uma conversa com uma coordenadora escolar da rede estadual de ensino, que narrou sobre o aumento no número de casos de professores readaptados na instituição na qual trabalha, ao ser indagada acerca dos motivos pelos quais levavam esses profissionais a se readaptarem, ela respondeu que

¹ A Psicodinâmica do Trabalho (PdT) trata do conteúdo, da significação e das formas do sofrimento. Uma abordagem que incita os coletivos de trabalhadores e permite a construção de um espaço público para discussões, para que possam expressar o viver no trabalho. Segundo Dejours (1994), este expressar por meio da linguagem possibilita que os sujeitos pensem sobre o trabalho e procurem promover uma ação transformadora com o intuito de ressignificar o sofrimento.

na maioria das vezes os afastamentos e, por conseguinte, a readaptação, estavam relacionados à ocorrência de transtornos psíquicos, como estresse, burnout etc.

A partir desse momento, surgiram algumas inquietações que eu já vinha de uma certa forma estudando, sobre o sofrimento patogênico em docentes, mas passando do contexto universitário à educação básica, tendo como ponto chave a compreensão da readaptação funcional. Então, a partir dessa nova conjuntura comecei a me questionar sobre: quais são os fatores organizacionais que contribuem para a readaptação desses professores? Como se dão os processos intersubjetivos e intrapsíquicos ligados à organização do trabalho e que levam ao adoecimento? Como se dá o modo de significação do sofrimento que leva a alterações na trajetória profissional e a realocações funcionais? Quais são os transtornos mentais que acarretam na readaptação dos docentes?

Tal intento se torna desafiador, dada a interdisciplinaridade envolvida na pesquisa e a pouca produção que liga Psicodinâmica do Trabalho (PdT), educação, psicologia e saúde. Em pesquisa realizada para mapear o estado da arte sobre a readaptação docente, verificou-se a produção de 11 artigos, 13 dissertações e 7 teses. Desses, apenas 4 estudos estavam relacionados com a PdT: uma tese (AMARAL, 2018), uma dissertação (ROSSI, 2018) e dois artigos (AMARAL; MENDES; FACAS, 2019; SCHMIDT *et al.*, 2020). As produções também revelaram que as pressões e exigências, ocasionadas pela lógica gerencialista, na qual o ritmo de trabalho é exacerbado e um notório desempenho é constantemente cobrado, devido às reformas educacionais e a flexibilização do trabalho, tem provocado sofrimento psíquico nos professores da rede básica de ensino, levando-os a recorrer a readaptação funcional.

Em um contexto de precarização, em que o número de docentes readaptados tem aumentado consideravelmente, tal tema só é possível de ser estudado a partir de um olhar interdisciplinar que envolva educação e saúde, tendo em vista a importância de compreensão do sofrimento psíquico e suas implicações decorrentes da organização do trabalho nos professores readaptados da Rede Estadual de Ensino em Corumbá e Ladário/MS. Ainda mais sob a ótica da Psicodinâmica do Trabalho, em razão de terem poucos estudos que abordam a temática com base na perspectiva aludida.

1. INTRODUÇÃO

O final do século XX foi marcado por várias transformações no sistema educacional brasileiro levando ao agravamento das condições e práticas dos docentes, sobretudo no que concerne aos novos papéis e funções assumidos pelos professores. O processo de reestruturação produtiva, alicerçado na evolução tecnológica e flexibilização do trabalho, em conformidade com os ajustes neoliberais, produziram uma crescente precarização no âmbito escolar. (MENDES, 2015).

Esse cenário adveio da adaptação a uma lógica gerencialista que está calcada na diminuição de investimentos no sistema público de educação e no aumento de lucros, rendimentos e produção. As reformas educacionais dos anos de 1990 no Brasil tiveram orientações de organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), propondo que fossem reduzidas as desigualdades sociais e a pobreza por meio da expansão da educação básica, sem haver, no entanto, o aumento dos investimentos financeiros. (CARVALHO, 2014).

Vinculado aos ideais das políticas neoliberais, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de 1995, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, retira verbas destinadas à área da educação, estimula o investimento privado e a implantação das inovações tecnológicas e de gestão condizentes à era da globalização, impactando sobre o trabalho docente e sua conduta perante as instituições escolares. (LIMA, 2007).

De acordo com Oliveira (2004), a ampliação e o crescimento no atendimento da educação básica amparado nos critérios de custos mínimos provocaram uma sobrecarga no trabalho dos professores, bem como sua intensificação. Para o autor:

O trabalho docente não é definido mais apenas como uma atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e de avaliação. O trabalho docente amplia o seu âmbito de compreensão e, conseqüentemente, as análises a seu respeito tendem a se complexificar. (OLIVEIRA, 2004, p. 1132).

Esses efeitos acabaram marcando a atuação do professor por pressões organizacionais correspondentes à lógica da gestão gerencialista, que buscam frequentemente o aumento da produtividade, decorrendo em competitividade, individualismo e na intensificação do trabalho. Nessa conjuntura ocorre a submissão dos

educadores às mesmas condições e ao tipo de organização do trabalho expostas no mercado, requisitando novas demandas, valores e pensamentos próprios de uma empresa privada. Para Sguissardi (2008):

Em decorrência das transformações culturais e do reordenamento político-econômico em âmbito global, a educação tornou-se objeto de lucro ou acumulação; uma mercadoria ou a educação-mercadoria de interesse dos empresários da educação, que viria se completar com seu par gêmeo de interesse de todos os empresários dos demais ramos industriais e comerciais, a mercadoria-educação. (SGUISSARDI, 2008, p. 1000).

Nesse sentido, o processo de precarização do trabalho na escola pública, baseado no modelo toyotista de flexibilização, implementa a concepção de escola como uma empresa. As funções dos docentes passam a ser expandidas substancialmente com o intuito de atender às novas demandas de organização dos sistemas de produção, sendo esperado desse profissional uma postura flexível e polivalente. Essas exigências e competências requeridas modificam a atividade de ensinar; por não haver a promoção de meios compatíveis com o que é solicitado, a sobrecarga passa a vigorar na esfera da vida escolar, especialmente no trabalho docente. (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005).

A reorganização do trabalho do professor, ancorado nesses moldes, é guiado predominantemente pelos procedimentos e dispositivos de avaliação. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), por exemplo, mede os índices de desempenho dos alunos, avaliando o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações, acarretando no *ranking* das melhores escolas. Esse aspecto afeta diretamente os professores, já que são pressionados pelos gestores a alcançarem o topo das colocações através de seus alunos. (FACCI; URT; BARROS, 2018).

Outros pontos também vêm chamando a atenção no que diz respeito à intensificação e precarização do trabalho docente, dentre elas: as extensas jornadas e a necessidade de lecionar em diferentes lugares, para turmas com uma quantidade exacerbada; a sobreposição de funções/papéis; o trabalho repetitivo; o reordenamento do trabalho devido à falta de professores; a competição entre as equipes e trabalhadores; o ritmo intenso de trabalho; o volume excessivo de atividades; as estruturas físicas precárias nos locais do exercício profissional; as contradições entre as propostas pedagógicas; a baixa remuneração. (ROCHA; FERNANDES, 2008; LIMA; CARVALHO, 2013; MENDES, 2015).

Diante das constantes imposições, constrangimentos e pressões do trabalho real, que exigem a adaptação aos valores, metas e cultura organizacional, às intensificações e precárias condições, os professores da rede de ensino básico têm apresentado sofrimento e exaustão, estando mais suscetíveis a adoecer. Dada a dificuldade de reapropriação do próprio trabalho, já que as transformações/condições no âmbito educacional, atreladas ao modelo político-econômico dificultam relações coletivas, mais solidárias e de pertencimento, quando em sofrimento ou adoecimento esses profissionais acabam sozinhos recorrendo ao afastamento profissional, à licença médica e à readaptação funcional. (CORTEZ *et al.*, 2017).

Assim, este trabalho buscou compreender como foi o processo de sofrimento e adoecimento no trabalho de docentes readaptados nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Corumbá e de Ladário, MS. Para isso, foram analisados os processos intersubjetivos e intrapsíquicos ligados à organização do trabalho, o modo de significação do sofrimento que levou a alterações na trajetória profissional e a realocações funcionais, identificando quais fatores organizacionais, ditados pela gestão gerencialista, interferem (contribuem) na readaptação funcional dos professores e quais transtornos mentais acarretam na readaptação dos docentes.

2. PERCURSO HISTÓRICO: EDUCAÇÃO E O CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO

O ajuste econômico de base neoliberal e a reestruturação das políticas sociais, designadas por organismos internacionais de financiamento, como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), dentre outros, promoveram um modelo de educação voltada para a mercantilização. As políticas implementadas na esfera da educação, conforme o regime de acumulação flexível, desencadearam a expansão do campo privado/mercantil e o Estado, que antes era considerado provedor de iniciativas e garantia a educação, hoje, já não é mais visto como tal. (LIMA, 2007).

As ideias neoliberais de privatização fizeram com que o Estado fosse descentralizado, um novo sentido veio à tona, colocando o sujeito como ser unicamente capaz de mudar sua “condição”, sem levar em conta todo o contexto que o cerca. O professor, por conseguinte, foi inserido nessa lógica cruel do capitalismo, posto em circunstâncias degradantes, levado a se tornar um indivíduo polivalente, vivendo em um

ambiente de constantes pressões e exigências. (HELOANI, 2003).

Impõe-se ao docente que dê conta de um conjunto de tarefas, que seja responsabilizado não apenas pela parte educacional, mas também pelo social, seja flexível, produtivo, multifuncional e competitivo, de acordo com o modelo toyotista, vestindo a camisa da empresa, em um trabalho altamente intensificado e precário. (HELOANI, 2003).

Em razão do exposto, torna-se necessário aprofundar os estudos sobre o neoliberalismo e sua vinculação com o campo da educação, compreendendo as questões que levaram à precarização do trabalho docente. Para isso, partiremos da concepção histórica desse programa e do processo de reestruturação do capitalismo que fez parte desse contexto, juntamente com a Teoria do Capital Humano.

2.1 O NEOLIBERALISMO

O sistema liberal foi fundado nos séculos XVIII e XIX, como uma doutrina política econômica. Sua orientação estava pautada na tese do “Estado Mínimo”, que garantia aos grupos econômicos total liberdade para investirem em seus bens conforme desejassem, ou seja, o Estado seria afastado das atividades econômicas, não intervindo sobre elas. (OLIVEIRA, 2010).

Segundo a concepção liberal, o Estado deixa de regulamentar a relação entre chefe e empregado, burguesia e proletariado, esse fato “conduz as relações de produção a uma situação de completa exploração da classe proprietária sobre a classe despossuída.” (OLIVEIRA, 2010, p. 6). Além disso, a privatização de todos os setores da economia nacional faz parte das medidas adotadas pelo programa, transferindo os serviços públicos para o setor privado.

Apesar de ter sido criado nos séculos supracitados, sua aplicação nos países mais desenvolvidos economicamente, como Estados Unidos e Inglaterra, só foi substancial no final do século XX. Parte-se da premissa de que o “Estado de bem-estar social” (*Welfare State*) predominou após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), substituindo o liberalismo pelo keynesianismo, inspirado nas ideias de John Maynard Keynes (1883-1946), onde o Estado tinha que garantir os serviços públicos e a proteção da população. (MARIANO; FERRO, 2010)

Esse episódio onerou excessivamente o Estado e, para dar conta dos custos dos serviços oferecidos, os governos acabaram produzindo mais papel moeda, com o passar do tempo, a inflação foi elevada aos níveis mais altos. Juntamente com a inflação ocorreu a crise petrolífera, endividando os países subdesenvolvidos. Essa conjuntura culminou na abertura de espaço para a volta dos ideais liberais. (MARIANO; FERRO, 2010).

De acordo com Saviani (2013), o Consenso de Washington é considerado um marco para o neoliberalismo. Em 1989, o economista John Williamson promoveu uma reunião no *International Institute for Economy*, localizado em Washington, com o intuito de debater as reformas apontadas como necessárias para a América Latina, resultando em um conjunto de medidas macroeconômicas publicadas em 1990 e que deveriam ser seguidas. As reformas foram tratadas de forma unânime pelos mais diversos economistas e pelos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

O novo pensamento hegemônico estava respaldado na ideologia dos clássicos, defendendo o retorno do estado liberal e atacando o estado regulador. Sobre as “recomendações” do consenso referente aos países latino-americanos, Saviani (2013) descreve:

O consenso implicava, em primeiro lugar, um programa de rigoroso equilíbrio fiscal a ser seguido por meio de reformas administrativas, trabalhistas e previdenciárias tendo com vetor um corte profundo nos gastos públicos. Em segundo lugar, impunha-se uma rígida política monetária visando à estabilização. Em terceiro lugar, a desregulação dos mercados tanto financeiro como do trabalho, privatização radical e abertura comercial. (SAVIANI, 2013, p. 428).

Inicialmente, as chamadas condicionalidades foram utilizadas pelas agências internacionais de financiamento como uma forma de impor essas políticas. Mais tarde, o caráter de imposição deixa de vigorar, já que elas passam a ser adotadas pelas próprias elites econômicas e políticas da América Latina. (SAVIANI, 2013).

O cenário brasileiro baseado nesse sistema acaba configurando uma forte retração dos empregos, com o aumento do desemprego e do trabalho precário (parcial e/ou informal), causando maior insegurança e competitividade entre os profissionais. Com a revisão do papel do Estado para “mínimo” houve cortes na previdência, na seguridade social, na educação e saúde, causando insatisfação e piora nas condições de trabalho. (HELOANI, 2003).

A partir desse contexto, a educação brasileira muda de direção e sofre um grande impacto sobre suas ideias pedagógicas. O discurso empregado de um fracasso escolar,

torna-se justificável por causa de um Estado que é incapaz de gerir o bem comum. Desse modo, se advoga no campo educacional “a primazia da iniciativa privada regida pelas leis do mercado”. (SAVIANI, 2013, p. 428). Mercantilizando a educação e submetendo o trabalho do docente à lógica perversa do capital.

2.2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A TEORIA DO CAPITAL HUMANO

A reestruturação dos processos produtivos, alavancada pela crise estrutural do capitalismo na década de 1970, assinalou a revolução na base técnica da produção, conduzindo à passagem do fordismo para o toyotismo. O sistema fordista apoiava-se na tecnologia rígida das grandes fábricas, com a produção em série, de larga escala, e acúmulo demasiado de estoques direcionados ao consumo em massa. Conforme Ianni (2011, p. 14), o fordismo foi substituído pela “flexibilização dos processos de trabalho e produção, um padrão mais sensível às novas exigências do mercado mundial, combinando produtividade, capacidade de inovação e competitividade.”

O modelo toyotista, mais flexível e informatizado que o fordismo, amparado na diversificação e variação dos produtos fabricados, opera com trabalhadores polivalentes para atender as exigências de um público específico do mercado, produzindo somente o necessário (método denominado de *just in time*), ou seja, dispensando a formação de estoques. Nesse sistema, não existe mais a estabilidade no emprego, há uma disputa diária para conquistar uma posição. Ao trabalhador é requisitado vestir a camisa da empresa para poder se consolidar, assim como possuir um alto nível de produtividade constantemente. (SAVIANI, 2013).

As novas formas de organizações de produção e o fenômeno da globalização, proporcionaram o advento de um novo regime de acumulação, chamado por Harvey (2007) de “acumulação flexível”, configurando um novo estágio do capitalismo mundial, ligado à flexibilidade da produção, do trabalho e dos parâmetros de consumo. O autor afirma que a acumulação flexível é caracterizada pela chegada dos novos setores de produção, novos modos de abastecimentos de serviços financeiros, novas transações e, acima de tudo, taxas extremamente acentuadas de inovação organizacional, comercial e tecnológica.

Esse sistema flexível/toyotista provocou transformações na esfera educacional. Sobretudo a partir dos anos 90, quando passa a exigir e impor do professor uma postura

conforme os moldes do novo modelo gestão e ao modificar a percepção sobre a educação, como uma forma de captura do neoliberalismo, utilizada em prol do produtivismo, que mercantiliza a educação e a atuação do docente. Neste momento, a educação escolar é vista como uma admirável via para formar trabalhadores que executem multitarefas no mesmo trabalho, demandando o domínio de ordem matemática e dos conceitos gerais e abstratos, sendo este, um preparo exigido pela flexibilidade (SAVIANI, 2013).

Saviani (2013) ressalta que a educação teria mantido o *status* de contribuinte para o desenvolvimento econômico, ideia central da teoria do capital humano. A teoria, em sua versão original, considerava a “educação como tendo por função preparar as pessoas para atuar num mercado em expansão que exigia força de trabalho educada”. (SAVIANI, 2013, p. 429).

Frigotto (2006) também apresenta essa temática, enfatizando que o Theodore W. Schultz foi um dos primeiros a divulgar a teoria do capital humano, concebendo a educação como o principal capital humano, enquanto fonte de produção da capacidade de trabalho; através da educação o trabalho seria potencializado, passando a ser analisada como um investimento, da mesma forma que outro qualquer.

Os processos educativos teriam como função: produzir as habilidades intelectuais, desenvolver certas atitudes e transmitir os conhecimentos que funcionariam nos contextos laborais, isto é, formar a mão de obra que iria, com o tempo, ser incorporado ao mercado, com o intuito de garantir a competitividade das empresas e o incremento na economia. Ocorrendo de modo macroeconômico, com o investimento no “fator humano” que garantiria o aumento da produtividade e a superação da econômica, através da análise dos nexos entre os progressos educacionais e o crescimento econômico de um país e, microeconômico, constituído como fator elucidativo sobre as desigualdades individuais de produtividade e de renda, relacionado à mobilidade social. (FRIGOTTO, 2006).

Segundo Saviani (2013), o que sucedeu no início da década de 1990 é o predomínio do ponto de vista microeconômico, acarretando em novo significado da teoria do capital humano, voltado apenas para o individual. Busca-se atender os interesses privados, colocando o sujeito como o único capaz e competente de adquirir o mercado educacional e atingir as melhores colocações no mercado de trabalho, sem considerar as suas condições socioeconômicas, baseado nos preceitos meritocráticos.

Nos anos 90, o Estado já não é visto mais como o provedor das iniciativas, de planejamentos sobre as infâncias que garantia, por meio das escolas, o preparo da mão de obra que viria a ocupar os postos de trabalho, em um mercado em plena expansão, com o

objetivo de pleno emprego. A partir de então, o indivíduo é quem deve se capacitar para competir no mercado de trabalho e a educação é apenas um meio de investimento do capital humano individual para habilitar os sujeitos à disputa aos empregos disponíveis. (SAVIANI, 2013).

Logo, o acesso à educação pode ampliar o campo da empregabilidade, mas não lhe garante o emprego, por justamente não haver emprego e nem a preparação educacional/escolar acessível a todos. A teoria do capital humano foi reformulada para abarcar os pressupostos neoliberais, obtendo na educação a busca pela produtividade. Cabral, Silva e Silva (2016) relatam que:

Dentro desse processo de mudanças que acontecem no mundo do trabalho, ocorre também a redefinição do papel do Estado, que passa a atender, de forma cada vez mais restrita, aos direitos sociais e destina-se cada vez mais aos interesses econômicos. [...] A Teoria do Capital Humano não surge como proposta de colaborar com o desenvolvimento social, no sentido de favorecer mudanças nas estruturas e colaborar com uma sociedade mais igual e justa, objetiva apenas atender ao apelo econômico de amenizar a pobreza e, para tanto, enaltece o desenvolvimento individual como meio para que o desenvolvimento econômico aconteça (CABRAL; SILVA; SILVA, 2016, p. 40).

Os autores também esclarecem que a TCH tem afetado o docente e que implícito ao conceito do capital humano, está a formação da identidade desse profissional, fortemente “influenciada pela ideologia neoliberal, que mercantiliza a educação e torna o professor colaborador do domínio capitalista vigente” (CABRAL; SILVA; SILVA, 2016, p. 40).

Com base neste prisma nota-se que as transformações no campo de educação e, conseqüentemente, no trabalho do docente, forjada pela gestão gerencialista, demandam regularmente que os professores se “qualifiquem”, buscando uma formação para serem capazes de se inserirem/manterem no mercado de trabalho (cada vez mais exigente e excludente). (SAVIANI, 2013).

De acordo com a teoria do capital humano, deposita-se nos docentes a responsabilidade de se aperfeiçoarem e adequarem às imposições do sistema capitalista de produtividade, além fazer com que os alunos se adaptem à essa lógica também. O modo de gestão das escolas guiados a partir do enfoque economicista usa não só de inovações tecnológicas e de gestão próprias do toyotismo, mas também provocam mudanças nos valores e sentido do trabalho docente. (CABRAL; SILVA; SILVA, 2016).

A busca por um notório desempenho/produktividade, delineado pelo modo de organização do trabalho vigente e alicerçado na lógica neoliberal, são fatores essenciais para o estabelecimento da relação entre a atividade laboral do professor e o aparecimento de patologias, interferindo na qualidade de vida dos docentes. A assimilação da sobrecarga de tarefas, o estresse constante e intenso, que exigem ao máximo deste profissional, contribuem para que o sofrimento psíquico se manifeste, acarretando, muitas das vezes, em adoecimento (mental e físico), podendo levar o docente à readaptação funcional. (MARTINS, 2005).

3. A READAPTAÇÃO FUNCIONAL

A readaptação do professor refere-se ao processo de investidura do servidor em outras áreas e responsabilidades compatíveis com sua condição de saúde. Dessa forma, o docente readaptado passa a desempenhar diferentes atividades, conforme a recomendação médica, já que devido às limitações de acidentes ou doenças tornou-se incapaz de exercer as funções pelas as quais se preparou, como ministrar aulas. (ANTUNES, 2014).

Antunes (2014) ressalta que este processo está previsto em vários estatutos de servidores públicos dos entes da federação, englobando União, Distrito Federal, Estados e Municípios, sendo estabelecido na Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, da União Federal, na qual foram efetivadas, entre outras medidas, normas para os servidores em situação de desvio de função, termo que antecede a designação atual de “readaptação”. (BRASIL, 1960).

Contudo, o reaproveitamento de professores já era assegurado desde a Constituição Republicana de 1934, referente à regência de designada carteira extinta para outra, exposta no parágrafo 2º, do Art.158:

Aos professores nomeados por concurso para os institutos oficiais cabem as garantias de vitaliciedade e de inamovibilidade nos cargos, sem prejuízo do disposto no Título VII. Em casos de extinção da cadeira, será o professor aproveitado na regência de outra, em que se mostre habilitado. (BRASIL, 1934, Art. 158, § 2º).

Em 1967, a Constituição prevê, no Art. 99, o “obrigatório aproveitamento do servidor em cargo equivalente”. (BRASIL, 1967). Posteriormente, foi promulgada a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, alterando a Lei 3.780/60 e definindo o que vem ser o servidor público readaptado, com a distinção da expressão “desvio de função”, dando

margem para uma interpretação mais assertiva sobre seus direitos, pois muitas das vezes a realocação era confundida com a aposentadoria, afastamentos ou licenças médicas. (BRASIL, 1970). Mais adiante no Art. 41, da Constituição de 1988, ficou prevista a reintegração do servidor em diferentes cargos, com intuito de reaproveitamento. (BRASIL, 1988).

Por sua vez, a Lei nº 8.112/90 que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, abarca na Seção VII, Art. 24, que a readaptação se trata de uma “investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica” e, caso o sujeito seja julgado incapaz, poderá ser aposentado. (BRASIL, 2005, Art. 24.). Ainda de acordo com o parágrafo segundo:

A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga. (BRASIL, 2005, Art. 24. § 2º).

Após discussões e diversas propostas de emendas para legalizar e garantir os direitos dos funcionários readaptados que exercem outras funções decorrente do prejuízo de sua saúde em função da atividade laboral, ficaram estipulados os requisitos a serem contemplados pelos interessados, reportando as seguintes condições:

- a. Ser servidor efetivo, nomeado após prévia aprovação em concurso público;
- b. Que o servidor tenha sofrido superveniente (após a posse e exercício) limitação de sua capacidade física ou mental, em decorrência de moléstia profissional;
- c. A limitação seja apurada em inspeção médica oficial;
- d. A limitação comprometa ou impossibilite o exercício das funções do respectivo cargo;
- e. A limitação não impossibilite o exercício de outras funções, no âmbito da Administração Pública;
- f. A readaptação deverá ser feita nos moldes do § 2º do art. 24, da Lei nº 8.112/90, na Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97, sob pena de inconstitucionalidade. (ANTUNES, 2014, p. 27).

No que tange à funcionalidade pública do Estado, o regimento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis e do Poder Executivo, de 10 de outubro de 1990, abarca as regras (direitos) sobre a readaptação. Mediante a Lei nº 1.102, seção X, constata-se que, no “Art. 42. A readaptação é a investidura em cargo compatível com a capacidade física ou mental do funcionário, verificada em inspeção médica oficial”. (MATO GROSSO DO SUL, 1990, Art. 42).

E segundo a Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, o Art. 43 aponta que a readaptação somente será processada por meio da perícia médica oficial, podendo ser provisória, equivalente a um período de até seis meses (e, caso o servidor esteja participando de programa de reabilitação, esse período pode ser prorrogado) ou definitiva, quando, por ato do Governador do Estado ou autoridade encarregada, sejam atendidos os requisitos supracitados em lei ou regulamento. Nas circunstâncias que o servidor não pode ser readaptado em cargo ou função correspondente ao seu salário com o cargo ocupado, a aposentadoria poderá ser efetivada por invalidez, conforme o sistema da previdência social. (MATO GROSSO DO SUL, 2000).

A Resolução/SED nº 3.216, de 2 de março de 2017, que dispõe sobre a lotação provisória ou definitiva de professores readaptados nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, esclarece que os servidores que se encontram nessa situação devem preencher a ficha disponibilizada no site “www.sed.ms.gov.br”, denominada de “Ficha de Identificação” (ANEXO A), para que a Unidade Escolar encaminhe à CODIF/SUAP/SED, juntamente com a cópia do holerite e cópia do laudo da perícia médica oficial (Boletim de Inspeção Médica-BIM), atestando a incapacidade física ou mental do servidor. (MATO GROSSO DO SUL, 2017).

Gasparini, Barreto e Assunção (2005) estudaram sobre as licenças médicas, processo que faz parte da readaptação funcional. As autoras analisaram o Relatório da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte referente aos afastamentos de trabalhadores na área da educação municipal. Os dados são da Gerência de Saúde do Servidor e Perícia Médica (GSPM), pertencentes ao relatório, constatando que 16.556 servidores da educação foram atendidos pela GSPM no período de maio de 2001 a abril de 2002. Dentro desse total, 15.243 dos atendimentos acarretaram no afastamento do trabalho, ou seja, 92% dos funcionários foram afastados por algum problema de saúde.

A pesquisa ainda pôde verificar que naquele período os transtornos psíquicos ocupavam o primeiro lugar entre os diagnósticos que ocasionaram os afastamentos (15%) em um total de 2.333 servidores. As doenças do aparelho respiratório ficaram em segundo lugar (12,2%) e, em terceiro, as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (11,5%). (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005). Silva (2011) também pôde averiguar em seu estudo que no Estado de São Paulo, no primeiro semestre de 2010, 70% de todas as solicitações de afastamentos realizadas em 2009 foram concedidas aos professores em função dos transtornos psíquicos.

Diante das poucas pesquisas existentes, foi apurada a presença de dados publicados pela mídia, como na Globonews, que por meio da lei de acesso à informação revelaram a situação alarmante de professores afastados por transtornos mentais e comportamentais nas escolas estaduais de São Paulo, cujo número de afastamentos em 2016 quase dobrou com relação a 2015, indo de 25.849 para 50.046, representando 37% do total das licenças médicas pelas mais variadas causas. A matéria ressaltou ainda que as agressões, tanto verbais quanto físicas e ameaças, estão cada vez mais presentes na realidade e no cotidiano dos professores (ARCOVERDE *et al.*, 2017).

Tokarnia (2015) publicou uma reportagem sobre os problemas de saúde que afastam os professores da sala de aula, enfatizando um estudo executado em quatro estados: Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Santa Catarina e no Distrito Federal. Através da Secretaria de Educação, foi apurado que o DF lidera o ranking de afastamentos de servidores públicos por motivo de doença, com 58% do índice. Entre as causas prevalentes estão os transtornos mentais e comportamentais, como ansiedade, depressão, distúrbios do sono e fobias. Corroborando com os dados do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF) ao estimar que os atestados apresentados, pelos motivos supracitados, representam 70% dos afastamentos.

Uma outra pesquisa realizada por intermédio da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) indica que no período de 2012 até início de 2017, 71% dos 762 profissionais de educação da rede pública do país ficaram afastados das escolas, decorrente de problemas psicológicos e psiquiátricos. Os dados apontam o estresse com 501 ocorrências (65,7%), subsequente apresenta-se a depressão, correspondendo a 409 dos educadores entrevistados (53,7%), seguido pelo mesmo percentil aparecem os problemas de voz (VIEIRA, 2017). As licenças médicas e, conseqüentemente, os afastamentos, quando se tornam frequentes, podem levar os professores à categoria de readaptado (FACCI; URT; BARROS, 2018).

3.1 “ESTADO DA ARTE”: A READAPTAÇÃO DOCENTE E SEUS DESDOBRAMENTOS

Foi traçado o “estado da arte” sobre readaptação funcional de professores, sendo usados os seguintes descritores: readaptação funcional; readaptação ao emprego; readaptação ocupacional; readaptação and docente; readaptação and professor;

readaptação and professor and adoecimento e, readaptação and Psicodinâmica do Trabalho. E as bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)*; Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

Com o intuito de alcançar um olhar geral sobre o material, à princípio não foram demarcados critérios, assim como não foi estipulado período de tempo. No total foram identificados 2.867 trabalhos referente a readaptação e suas combinações. Contudo, constatou-se que muitas dessas pesquisas estavam relacionadas à área de enfermagem, a readaptação de encarcerados(as) e ao campo da saúde, no sentido de readaptação do organismo.

Então, em um segundo momento, foram definidos os critérios de inclusão e exclusão. Os de exclusão eliminaram os estudos sobre readaptação funcional nas demais áreas que não fossem da Educação e pesquisas com professores de universidades privadas e públicas. Os critérios de inclusão buscaram abarcar artigos, teses e dissertações publicados no Brasil em língua portuguesa, com foco relativo à readaptação funcional de professores e suas possíveis causas, além de trabalhos que abordassem a questão das condições/contexto do docente que podem levar (contribuir) para o afastamento.

O recorte temporal não foi incluído, pois queríamos saber desde quando começaram as produções de pesquisas sobre esse conteúdo. Na análise subsequente, que consistiu na leitura dos resumos e na separação dos que se enquadraram nos critérios de seleção da pesquisa, o número caiu para 32 publicações (Tabela 2). Ademais, vários materiais foram eliminados, já que se repetiam nas mesmas bases de dados, devido às combinações dos descritores e também entre elas.

Tabela 2- Segunda pesquisa dos descritores nas bases de dados, conforme os critérios de inclusão

Base de dados X Descritores	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	Scientific Electronic Library Online (SCIELO)	Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS)	Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)
1- Readaptação funcional	08	(1)	4	(3) 1	(6)
2- Readaptação ao emprego	(1) 1	0	0	(3) 1	(4)

3- Readaptação ocupacional	(2) 2	0	(1) 1	(6) 1	(7)
4- Readaptação and docente	(9) 4	(1)	(6) 1	(6)	(6)
5- Readaptação and professor	(15) 3	0	(6) 3	(4)	(6)
6- Readaptação and professor and adoecimento	(12)	0	(3)	(1)	(1)
7- Readaptação and Psicodinâmica do Trabalho	(2)	1	0	1	0
Total	18	1	9	3	0

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: os números entre parênteses são concernentes às publicações repetidas e não foram contabilizadas.

Com base nos dados tratados, pode-se verificar a produção de 12, artigos 13 dissertações e 7 teses (APÊNDICE A, B, C e D). Em 2015, foi o ano que mais publicaram sobre a readaptação docente, correspondendo a 21,9% (7) do total apurado.

À vista disso, observa-se que embora a Lei nº 3.780 referente à readaptação funcional esteja prevista desde 12 de julho de 1960 pela União Federal, os estudos relativos a esse tema são recentes, a partir de 2004, evidenciando que os agravos com relação a intensificação e precarização no contexto laboral do docente foram marcados no início da década de 1990, com as modificações no sistema político-econômico de cunho neoliberal e com as Reformas Educacionais desse período.

O cenário atual referente a educação tem sido tratada como desafiante para os professores, os estudos aludiram como os excessos no trabalho tem culminado em doenças ocupacionais, tendo como consequência a readaptação funcional. Para Santos (2015), essa categoria encontra-se em sofrimento, com frustrações, insatisfações e falta de realização no trabalho, expondo que o tempo com mais duração no magistério está associado aos piores estados de saúde e incapacidade para o exercício profissional, atenuado pelo número exorbitante de alunos em classe, baixa remuneração, mudanças de políticas e propostas educativas traçadas à margem do magistério, dentre outros. Concluindo que os professores do ensino básico estão submetidos a condições de trabalho alarmantes, expostos a cargas que ao longo do tempo podem acarretar no desgaste de suas capacidades vitais.

Os transtornos mentais e comportamentais (TMC) aparecem novamente como pauta de estudos nesta trama. A tese de Macaia (2013) analisou os processos que levam

os professores a se afastarem e readaptar por TMC, compreendendo como ocorre o retorno desses profissionais na rede pública municipal de São Paulo. O diagnóstico de TMC, mais recorrente entre os sujeitos da pesquisa, foram os episódios depressivos (F32), reações ao estresse grave e transtornos de adaptação (prevalentes nos servidores readaptados). Relacionado aos motivos de saúde, estão as condições desfavoráveis ao trabalho, com duplas ou mais jornadas, impasses nas relações de trabalho, principalmente referente a equipe gestora, polivalência e sobrecarga, pontos que são acentuados com os professores readaptados, pela impossibilidade de perceber o sentido e ser valorizado no ambiente de trabalho, já que devido ao fato de não estarem em sala de aula, são considerados “inativos”.

Como consequência, há um processo de exclusão e isolamento, que faz com que os docentes se desdobre, abarcando excessos de atividades e esforços, para serem reconhecidos e respeitados entre os colegas de trabalho. Além disso, a autora observou expressões de preconceitos relativos aos TMC e à própria readaptação, ao passo que não são visíveis, como as doenças físicas, criando um grande estigma com relação aos docentes readaptados, causando insegura e sentimentos de impotência no exercício profissional. A dissertação de Antunes (2014) reforça essas concepções, descrevendo que os professores passam por adversidades em toda a trajetória da readaptação, “desde suas condições de trabalho que perpassam pelas dificuldades, entraves, mal-estar até o momento do adoecimento e, finalmente, a situação de readaptado” (ANTUNES, 2014, p. 7). Como resultado, trouxe que os problemas experienciados pelos professores readaptados afetam sua identidade profissional, em razão de serem marcados por estigmas, sentimentos de autculpabilização, discriminação e desvalorização social, prejudicando as relações interpessoais e a qualidade de vida, tanto no trabalho como no pessoal.

Medeiros (2006) divulgou em sua pesquisa que as condições precárias de trabalho, marcadas por fatores alusivos à saúde e implicações no desempenho profissional, estão ligadas à disfonia, distúrbio de voz que afeta várias profissões, entre elas os professores. O estudo exploratório e descritivo averiguou através dos registros da Gerência de Saúde do Servidor e Perícia Médica (GSPM) que 164 docentes estavam readaptados por disfonia na rede municipal de ensino de Belo Horizonte-MG, no período de 1996 a 2004, correspondendo a 33% dos casos, resultando no impedimento para desempenhar a docência.

A autora Spitz (2009) corrobora com a concepção de que as questões organizacionais e ambientais são consideradas aspectos de risco para a voz profissional, principalmente para os professores, que lidam diariamente com o uso intensivo da voz em sala de aula inapropriada (presença de poeira, acústica, etc.), com ruídos internos e externos (obras, trânsito, ventiladores tonitruantes), além das más condições laborais. Em 2007, a análise realizada por meio da Gerência de Perícias Médicas (GPM) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro constatou que 41,73% dos professores tinham sido readaptados devido a disfonia.

Alguns dos trabalhos identificados continham uma relação entre a temática violência e readaptação funcional do docente, tratados sob a perspectiva da Teoria Histórico-Cultural, que foi concebida por Vygotsky e seus demais seguidores. Este referencial remete ao sujeito como fruto das interações que se têm com o outro e com o contexto, expressado através dos fenômenos sociais, históricos e culturais, constituindo assim, sua subjetividade. Os acontecimentos e personagens que permeiam o profissional readaptado influenciam diretamente na construção de sua subjetividade, englobando as condições insalubres vivenciadas na esfera laboral e com os outros protagonistas da escola, impactando e modificando também o âmbito de sua vida pessoal.

Nesse enredo, Krugmann (2015) revela a violência na escola consiste em um fenômeno social, intensificado nas últimas décadas e visto como um quadro preocupante, que ocorre entre os sujeitos, nas suas relações internas, externas e institucionais. Sua manifestação nem sempre ocorre na tipificação física, mas, por vezes, aparece como forma de ameaça, disciplinando o sujeito por intermédio do medo, suscitando em sentimentos de insegurança. Esta, pode se apresentar nas agressões psicológicas, verbais, nas humilhações e constrangimentos, extremamente nociva ao campo educacional. Atualmente, há uma banalização e naturalização da violência, em todas as maneiras de expressões (verbal, física, simbólica ou psicológica), fazendo parte do cotidiano escolar, em que muitos atos, antes vistos como agressões, hoje, já não são mais reconhecidos como tal, considerados até mesmo como “normais”, agravando ainda mais a situação do professor.

Do mesmo modo, a violência estrutural tem contribuído para o afastamento, readaptação e aposentadoria precoce dos docentes. Xavier (2015) apresentou como fatores determinantes para o sofrimento/adoecimento: o desrespeito, a desvalorização, o assédio moral, as condições socioeconômicas, a deterioração do trabalho, falta de políticas públicas, de investimentos na estrutura e nos instrumentos pedagógicos, aspectos

que integram a violência estrutural no âmbito da educação. Krugmann (2015) acrescenta ressaltando que a readaptação funcional não resolve os problemas dos professores realocados em outras funções, eles apenas se veem afastados da fonte direta de seu estresse (a sala de aula), mas continuam arcando com os traumas e dores sofridos. A partir do próprio processo de readaptação, passam por mais um tipo de violência, a institucionalizada, avultando a angústia desses trabalhadores, perdendo sua identidade, com sentimentos de inferioridade e de inutilidade. Para Santos (2015, p. 8): “a violência nas escolas é o pano de fundo destas readaptações, assim como a própria readaptação é um processo de violência.”

Sob a ótica da Psicodinâmica do Trabalho apenas quatro obras científicas foram encontradas. Na tese de Amaral (2018) o objetivo proposto teve como base analisar as diferentes maneiras de significação do sofrimento através da investigação dos impactos da escuta clínica do sofrimento na atividade laboral referente a mobilização subjetiva dos docentes readaptados. A mobilização subjetiva remete ao processo intersubjetivo que se define pelo envolvimento de toda a subjetividade do trabalhador e pelo espaço público de debates sobre o trabalho, para que isso ocorra é necessário a dinâmica contribuição-retribuição simbólica, presumindo o reconhecimento do fazer diante dos pares e hierarquia, assim como, a cooperação. Tal recurso permite que o sofrimento seja transformado por meio de uma operação simbólica, resgatando o sentido do trabalho.

Nesta pesquisa foi empregado o método da clínica do trabalho, realizada com professoras readaptadas da rede pública de ensino do Distrito Federal, durante 22 sessões. Os resultados demonstraram que apesar das docentes se sentirem mais fortalecidas para enfrentar o sofrimento do adoecimento e da readaptação, não houve a possibilidade de atingir a mobilização subjetiva na clínica, enquanto processo de sentido e prazer no âmbito laboral, por se tratar de um trabalho morto. A readaptação, na verdade, tem contribuído com o isolamento e a exclusão dessas profissionais, desconstruindo laços sociais, impedindo que uma mobilização coletiva potente ocorra, para que haja uma mudança nos pontos estruturais desse não-trabalho a que estão sujeitas (AMARAL, 2018).

A dissertação de Rossi (2018) reforça a ideia de que o docente readaptado não contempla mais o trabalho como um campo em que há sentido. As vivências e experiências de um professor que não atua mais em sala de aula, foram relatadas e analisadas em três eixos: Trabalho, Readaptação Funcional e Organização, tendo como base a perspectiva da PdT. Foi constatado que o professor ao falar sobre o trabalho associa

ao trabalho em sala de aula, na compreensão de “ser professor”; ao proferir acerca da readaptação funcional relaciona o trabalho como fora de sala de aula, “não ser mais professor” e ao comentar a respeito da Organização caracteriza o trabalho como sem sentido, tornando-o “ninguém”. A autora ressalta que:

Há uma ruptura provocada na readaptação funcional entre o significado social e o sentido pessoal, pois é evidente que o sentido pessoal não está correspondendo à significação social da prática docente, com isso, a atividade do professor readaptado também se encontra alienada (ROSSI, 2018, p. 197).

A questão do “ser professor” compreende a atividade desenvolvida pelo docente que têm por finalidade o ato de ensinar e direcionar no processo de conhecimento do aluno, vinculado à prática pedagógica, dando sentido ao trabalho. Ao contrário do papel do professor readaptado, que tem sua identidade desconstruída, por não ser mais reconhecido como tal dentro do coletivo, onde há uma discrepância entre o professor regente e o readaptado, considerado um trabalhador-doente, sem pertencimento, esvaziado de sentido, realidade que inviabiliza a transformação do sofrimento em prazer no trabalho. Rossi (2018) traz ainda que embora as estratégias defensivas visem minimizar o sofrimento, para que o indivíduo possa se manter em sua ocupação, neste caso, a sobrecarga e as condições precárias de trabalho levaram o profissional ao esgotamento, afirmando: “quando as estratégias de defesa enfraquecem instala-se o adoecimento, que para o nosso entrevistado culminou na sua readaptação funcional.” (ROSSI, 2018, p. 195).

As produções de Schmidt *et al.* (2020) e Amaral, Mendes e Facas (2019) revelaram a importância da clínica psicodinâmica do trabalho com professores readaptados. A primeira, promovida com doze docentes readaptados do Ensino Fundamental e Médio do Estado de São Paulo, evidenciou que o espaço grupal pôde proporcionar um lugar de acolhimento a estes profissionais, em virtude de se encontrarem diante de uma situação de desamparo, solidão e fragilidade. Com a identificação e compreensão donexo causal entre o contexto laboral e o adoecimento, devido às precárias circunstâncias que são submetidos, houve a promoção e a construção de uma escuta sensível, permitindo dar voz às queixas suplantadas referentes ao retorno no trabalho, local onde puderam externalizar suas vivências de dores e estigmas (SCHMIDT *et al.*, 2020).

Já no segundo artigo, foi apresentado o desdobramento da tese de doutorado de Amaral (2018), citada anteriormente. A partir da clínica do trabalho, pretendia-se

investigar os efeitos de seus dispositivos sobre a mobilização subjetiva de professoras readaptadas no Distrito Federal, envolvendo a escuta clínica, formação e supervisão. É por meio da Psicodinâmica do Trabalho (PdT) que a clínica fica definida como um espaço de fala e escuta qualificado do sofrimento, buscando promover a autonomia, rompendo com a dominação simbólica, modificando seu sentido e ressignificando este sofrimento, para transforma-lo em vivências de saúde e prazer no trabalho. Processo que ocorre através da tomada de consciência, acesso às experiências no mundo e pela reorganização coletiva de ações na esfera laboral (AMARAL; MENDES; FACAS, 2019).

A pesquisa em questão teve sua ênfase pautada na relação dos indivíduos com o trabalho na readaptação. Os relatos demonstravam que não havia uma prescrição das atividades para essas trabalhadoras, mesmo que realocados em outras funções, não tinham um suporte ou orientação para exercerem as novas tarefas, ficando com a sensação de terem sido “jogados” em determinadas áreas e, muitas das vezes, tornavam-se uma espécie de “quebra-galho”; assim, os sentimentos de inutilidade, invisibilidade e falta de pertencimento, sinalizados pela exclusão, discriminação e rejeição, eram narrados recorrentemente, intensificados ainda mais pelo estigma da professora readaptada no ambiente de trabalho, referenciado como preguiçosos ou acomodados por estarem nesta condição. A ausência de cooperação na própria categoria docente também ficou evidente, já que acabavam separando os docentes regentes, que estão em sala de aula, e os readaptados, como uma categoria distinta, inclusive por não terem mais o contato direto com os alunos, gerando a perda de identidade profissional. (AMARAL; MENDES; FACAS, 2019).

À face do exposto, as autoras salientaram que conquanto a clínica tivesse o intuito de reapropriação do sentido do trabalho, através do processo de mobilização subjetiva, não foi possível ser atingido esse objetivo com as professoras readaptadas, afinal “o trabalho delas passou a ter um sentido de sobrevivência, pois lhes eram designadas tarefas repetitivas e sem continuidade, em que não encontraram caminho para exercer funções pedagógicas, fazendo com que seu trabalho se tornasse sem sentido”. (AMARAL; MENDES; FACAS, 2019, p. 9). Seguindo esta linha de pensamento, o trabalho dessas participantes ficou caracterizado como trabalho morto, em razão de não haver uma abertura para se reinventarem, vivenciando somente o silenciamento e a solidão, manifestado pela violência, assédio moral e na falta de prescrição. (AMARAL; MENDES; FACAS, 2019; FERREIRA, 2016).

Observamos até o momento que os excessos no trabalho e as condições precárias,

têm culminado na readaptação funcional de professores. E o processo que poderia amenizar o sofrimento do docente é, na verdade, permeado por falhas, que acabam estigmatizando o profissional readaptado e inviabiliza a sua reinserção, bem como a mobilização subjetiva e a ressignificação do sofrimento. Ao passo que o número de docentes readaptados tem aumentado notavelmente, considera-se a extrema importância de pesquisar o sofrimento psíquico e as implicações decorrentes da organização do trabalho.

4. PSICODINÂMICA DO TRABALHO

Levando em conta os impactos psíquicos que acometem a saúde do trabalhador, principalmente no que diz respeito ao professor readaptado, o trabalhar transcende o concreto e se instala na subjetividade, cujo foco não está somente na necessidade de sobrevivência, mas sobretudo na autorrealização, impondo-se como dimensão central na vida das pessoas. O sentido que o trabalhador dá sobre as situações de trabalho abarca tanto as questões do psiquismo quanto às condições socioeconômicas e o contexto histórico em que está inserido. (TAMAYO; MENDES, 1999).

4.1 TRAJETO HISTÓRICO

Em seu percurso teórico, Christophe Dejours encontrava-se inicialmente alinhado a uma corrente francesa denominada de Psicopatologia do Trabalho, sendo esta uma disciplina com o enfoque voltado para o surgimento de doenças mentais decorrentes das pressões e conflitos no âmbito laboral. O autor, influenciado por esta percepção, buscou compreender sobre o sofrimento psíquico no trabalho, com o objetivo de estabelecer relações entre imposições organizacionais e prováveis descompensações psicológicas dos sujeitos. (SZNELWAR; UCHIDA, 2004).

Perante este prisma, a organização do trabalho² tornou-se o conceito central de sua obra, considerando ser “um dado pré-existente ao encontro entre o homem e o trabalho,

² De acordo com Dejours, Abdoucheli e Jayet (1994), a organização do trabalho é compreendida através de duas dimensões: a divisão do trabalho e a divisão de pessoas. A primeira diz respeito à divisão de tarefas entre os operadores, seu modo operatório prescrito, que visa a repartição e a cadência. Já a segunda está relacionada às questões de hierarquia, de relações de poder e responsabilidades. Os autores, destacam: “a

como um conjunto de constrangimentos massivos, monolíticos, inabaláveis, até inexoráveis, tendo o peso e a rigidez da matéria mineral”. (DEJOURS, 2000, p. 205). Analisada como um fator que produziria uma colisão penosa e opressiva sobre o aparelho psíquico

No entanto, Dejours ao aprofundar seus estudos pôde constatar que embora os trabalhadores estivessem diante de uma excessiva deterioração de diversas situações no trabalho, frequentemente eles conseguiam impedir o adoecimento. Encontrando um “estranho silêncio” ao invés dos “ruídos” da loucura e das doenças mentais, em que prevalecia sobre este um estado de “normalidade”. (SZNELWAR; UCHIDA, 2004).

Lima (1998) ressalta que nesse momento o foco das pesquisas e análises de Dejours muda, surgindo um grande enigma, pois o que seria natural e evidente para as pessoas torna-se uma incógnita a ser estudada, passando do campo da psicopatologia para a normalidade. Dessa maneira, o âmago da questão fica direcionado ao estudo da normalidade, buscando compreender as estratégias defensivas (individuais e/ou coletivas) utilizadas pelos trabalhadores com o objetivo de evitar a doença e manter, mesmo que precariamente, o equilíbrio psíquico.

A partir dessa perspectiva o autor propõe a alteração do nome da disciplina para “Psicodinâmica do Trabalho”, o que acarretou também na ampliação do campo de investigação, possibilitando uma nova compreensão sobre o sofrimento, tal como para o prazer no trabalho, já que ele “pode causar infelicidade, alienação e doença mental, mas também pode ser mediador da autorrealização, da sublimação e da saúde”. (DEJOURS, 2000, p. 98).

A vivência de prazer no trabalho está associada a experiências de gratificação, de realização, de reconhecimento, de liberdade e de valorização, que viabilizam as negociações, a formação de compromisso e a ressonância entre o subjetivo e a realidade concreta do trabalho. Ao permitir que o sujeito utilize sua criatividade, há a possibilidade de estabelecer uma relação favorável dentro do contexto laboral, o que acarreta na promoção da saúde do trabalhador. (MENDES, 2007).

Enquanto fonte de saúde psíquica, o trabalho colabora para a construção (ou reconstrução) da identidade do sujeito, fazendo parte da organização e expressão da subjetividade individual, podendo se tornar uma via de prazer. Nessa concepção, a saúde

divisão das tarefas e o modo operatório incitam o sentido e o interesse do trabalho para o sujeito, enquanto a divisão de homens solicita sobretudo as relações entre pessoas e mobiliza os investimentos afetivos.” (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 1994, p. 126)

no trabalho pode ser caracterizada como o equilíbrio instaurado pela vivência de prazer e sofrimento, quando os sujeitos conseguem mobilizar mecanismos para obtenção de uma relação mais gratificante com o trabalho e, por conseguinte, pela dinâmica do reconhecimento, sendo este o elemento crucial no processo de construção da identidade do trabalhador no campo social. (MENDES, 2007).

O reconhecimento apresenta-se como um dos principais aspectos na relação sujeito e trabalho. O sujeito busca constantemente que o seu “fazer” seja reconhecido pelo outro, espera receber um retorno do seu investimento por meio do reconhecimento de suas atividades/tarefas em favor da organização do trabalho. Athayde (1996) constata que a díade ‘contribuição – retribuição’ é o ponto chave para a mobilização da subjetividade, elemento que compõe o campo das relações sociais mediadas pelo trabalho.

Como qualidade de trabalho realizado, ele pode ser inscrito na esfera da personalidade, acarretando na construção da identidade, visto que a mediação do outro interfere na relação entre identidade e trabalho. Dessa maneira, o sujeito não constitui sua identidade a partir de si, mas sim pelo reconhecimento de ter feito algo; isso faz com que se crie um sentimento de pertencimento ao coletivo, a uma equipe ou um ofício. (DEJOURS, 1999).

Dejours (1999) expõe que somente após a qualidade de trabalho ter sido reconhecida é que se pode repatriar o reconhecimento para o registro da identidade. Porém, Mendes (2007) faz um alerta:

Ao mesmo tempo que o reconhecimento é um dos modos de fortalecimento da estruturação psíquica e da saúde, pode ser um modo de captura dos trabalhadores nas armadilhas da dominação. O trabalho na sua centralidade exerce papel fundamental para realização do sujeito, e essa condição é usada pela organização do trabalho para fazer o trabalhador se engajar na produção. A organização do trabalho promete utilizar o trabalho como forma de auto-realização, levando o trabalhador muitas vezes a exaustão em nome dessa promessa. (MENDES, 2007, p. 45).

Logo, verifica-se que as organizações produtivas, sob o comando do capital, utilizam de mecanismos e princípios obscuros como recursos para intensificar o trabalho e ampliar a produção, apresentados como novas formas de gestão contemporâneas, presentes cada vez mais cotidiano escolar e que colocam os professores à mercê de metas de produção, instaurando uma competição entre os trabalhadores e, principalmente, consigo mesmo. (ROIK; PILATTI, 2009).

4.2 O SOFRIMENTO E AS ESTRATÉGIAS DEFENSIVAS

Os indivíduos têm percepções e reações diferentes diante das situações de trabalho, chegam ao meio laboral com uma bagagem, sua história de vida pessoal. Neste contexto, os problemas nascem das relações conflituosas, por um lado, encontra-se o sujeito, carregado de experiências e necessidades de prazer e, por outro, a organização, adaptando o trabalhador a um estipulado modelo, que tende a funcionar no automatismo. Essas condições contraditórias levam o profissional ao sofrimento, indicando dois pontos ambivalentes, o funcionamento psíquico e a organização do trabalho.

O mundo objetivo, com seus desafios, regras, paradigmas e valores, entra em conflito com a singularidade do sujeito, provocando confronto entre relações e organização do trabalho e mundo interno e subjetivo do trabalhador, causando sofrimento psíquico (BARBOSA, 2014, p. 9).

O sofrimento está ligado à vivência de experiências dolorosas, como medo, angústia, estresse, ansiedade e insegurança, derivado de um grande paradigma conflituoso entre o mundo objetivo, com suas regras e condutas pertencentes à organização do trabalho, e o mundo subjetivo (interno), referente à singularidade do sujeito (seus desejos e necessidades). Contudo, o sofrimento também pode ser compreendido como uma “mola propulsora”, alavancando a subjetivação e a criação, desde que o trabalhador tenha um papel ativo frente às imposições e possa transformar concretamente as circunstâncias de trabalho, trazendo benefícios para a saúde mental (MENDES, 2007).

Mas quando o trabalho é permeado pela submissão, ausência de liberdade e imposição de padrões estabelecidos pela organização do trabalho, impedindo que a descarga psíquica seja realizada, o sujeito é levado ao sofrimento patogênico e à descompensação física e mental. Ele se instala quando a realidade não oferece possibilidades de gratificação dos desejos do trabalhador, melhor dizendo, não condiz com sua identidade.

Dejours (2000) complementa que as imposições e pressões exercidas pelas organizações do trabalho, relacionadas às exigências de adaptação a valores organizacionais e culturais, levam o trabalhador ao sofrimento e exaustão, quando não há essa capacidade de negociação entre o sujeito e a realidade, tornando o mesmo suscetível a diversos fatores potencialmente adoecedores.

Os professores vivenciam um modo de organização do trabalho precário e as disposições internas, subjetivas, não são correspondidas, criam a possibilidade de adoecimento e sofrimento deste profissional. Seus desejos nem sempre equivalem às demandas que a instituição escolar lhe impõe, já que muitas delas são desprovidas de sentido diante na nova ordem social, seu papel que antes era de ensinar, agora passa a ser confuso em relação às ações que são requisitadas no cotidiano. Este profissional passa a lidar com conjunto de funções as quais não pode solucionar, como a fome, violência, desajustes familiares, pobreza e inúmeras outras situações, além de lidar com as exigências de produtividade impostas pelo neoliberalismo, que causam a sobrecarga laboral. (AGUIAR; ALMEIDA, 2008).

As autoras Aguiar e Almeida (2008, p. 16) ressaltam ainda que “a combinação de alguns fatores como excesso de trabalho, as condições oferecidas pela escola para o desempenho profissional e as condições subjetivas do próprio professor acabam por adoecê-lo”, ou seja, acabam mesclando sua história pessoal com as ocorrências da vida profissional, vivenciando a atividade do magistério como lugar de sofrimento.

Nessa dinâmica, a gestão explora o perfeccionismo como forma de criar a ilusão de reconhecimento, os professores acabam aderindo à sobrecarga, se submetendo aos subterfúgios da dominação e ao discurso do capitalismo, que mascara e manipula através dos diferentes modos de organização do trabalho, completando com excelência seu serviço, acentuado por um ritmo frenético, denominado por Dejours (2008) como hiperatividade profissional, cujos esforços dos trabalhadores são sujeitos às pressões da atividade laboral, sem, no entanto, descuidar da qualidade do trabalho executado.

Para abarcar todo sofrimento gerado pela rigidez da organização do trabalho e sua lógica gerencialista, os sujeitos utilizam de estratégias defensivas para minimizar a percepção do sofrimento no trabalho, por intermédio de uma percepção modificada da realidade que encobre o risco psíquico ao qual os trabalhadores estão expostos. A eufemização do sofrimento viabiliza uma proteção ao psiquismo, permitindo que os trabalhadores continuem trabalhando, mesmo em contextos assinalados pelas adversidades, de modo a permanecer no campo da normalidade e evitar a descompensação. (LANCMAN; UCHIDA, 2003).

Essas estratégias visam minorar a percepção que os trabalhadores têm da realidade que os fazem sofrer. Devido à impossibilidade de usar sua autonomia e criatividade, ou seja, de transformar a maneira que as atividades são executadas, as estratégias acabam sendo construídas e partilhadas, podendo abranger o coletivo de profissionais. A

utilização das estratégias de defesa propicia um equilíbrio psíquico e ocorre de forma inconsciente, sendo “necessárias para a continuação do trabalho e para a adaptação às pressões organizacionais irreduzíveis, minimizando a percepção que os trabalhadores têm dessas pressões”. (NASSIF, 2005, p. 84).

Ao mesmo passo que as estratégias são usadas para evitar o adoecimento, também podem anular a possibilidade de transformação, já que os indivíduos começam a agir de forma passiva e silenciosa, pois não tomam consciência, servindo para mascarar o sofrimento e sendo exploradas pela gestão para o aumento da produtividade. Nesse caso, ao longo do uso das estratégias podem adoecer, dando conta do real que o cerca, acarretando o conflito entre os dois polos: interno (subjetivo) e externo (organização do trabalho). (SANTIAGO, 2013). O fato é que as estratégias defensivas “podem atenuar o sofrimento, mas, por outro lado, se funcionarem muito bem e as pessoas deixarem de sentir o sofrimento, pode-se prever a alienação”. (DEJOURS, 1999, p. 171).

Ainda que as vivências de prazer e sofrimento no trabalho sejam subjetivas e pessoais, diferentes sujeitos são inseridos em um ambiente comum de trabalho, isso faz com que eles sejam capazes de unir forças, para assim, elaborarem e compartilharem estratégias de defesa, que funcionam através de um acordo entre os membros do coletivo com a negação de perigo, agressividade, aceleração, etc. Tendem a ser excluídos, os trabalhadores que não aderem à estratégia coletiva de defesa, por ameaçar a fixidez grupo. Existem também as estratégias de defesa individual, porém as coletivas são apontadas como as mais eficazes por conta da adesão e da força do coletivo no trabalho. (VIEIRA; MENDES; MERLO, 2013).

As estratégias de defesa individual surgem das questões de imprevisibilidade, sobrecarga de trabalho e principalmente pela dificuldade de comunicação entre os integrantes de um setor. Dentre essas estratégias estão a falta de investimento de energia nas tarefas que precisam ser desenvolvidas, perda do sentido do trabalho e a indiferença com os resultados obtidos. Dejours (1987) explicita que as estratégias defensivas apenas amenizam o sofrimento, porém são incapazes de modificar os aspectos geradores de sofrimento.

Vale destacar que, embora as estratégias de defesa sejam constituídas de mecanismos de defesa do ego, eles não são sinônimos. Esses mecanismos têm por finalidade proteger o ego em relação à angústia dos conflitos intrapsíquicos, enquanto as estratégias atenuam a percepção do sofrimento decorrente do trabalho, tendo em vista distanciar os riscos de doença mental ou somática. Os mecanismos de defesa são

considerados processos psíquicos usados pelo ego, acontece em nível inconsciente, em oposição às demandas instintivas do id. (VIEIRA; MENDES, MERLO, 2013).

De acordo com Freud (1978), sobre os mecanismos de defesa, compreende-se que de um lado existem os impulsos do id que demandam a gratificação, de outro o ego, que precisa equilibrar esses impulsos conforme as exigências realidade externa, as inibições e as expectativas do superego. A ansiedade produzida por esse conflito sinaliza ao ego que determinado impulso inadmissível e aterrorizante procura se expressar, fazendo com que algum mecanismo de defesa seja necessário para manter inconsciente tal impulso.

No âmbito da dinâmica organizacional, os mecanismos de defesa são mobilizados diante do mal-estar contemporâneo, ligados às consequências dos denominados “novos modelos de gestão”, permitindo que os trabalhadores suportem a angústia. Contudo, Vieira, Mendes e Merlo (2013) expõem:

Uma organização do trabalho que limita de forma excessiva as possibilidades de realização dos impulsos e desejos poderia resultar em aumento da carga psíquica – elementos afetivos e relacionais do trabalho – podendo tornar-se fonte de tensão e sofrimento, evidenciada sob a forma de angústia. Em outros termos: esse mal-estar, função das contradições e pressões decorrentes do sistema de produção e regulação do trabalho, instala-se quando a realidade não oferece possibilidades de gratificação dos desejos, não havendo liberdade para promover adaptações no seu modo de trabalho. (VIEIRA; MENDES; MERLO, 2013, p. 252).

O trabalho pode se configurar, assim, como uma via de experiências angustiantes e as estratégias defensivas, dentre elas os mecanismos de defesa, correm o risco de se esgotarem perante ao recrudescimento das circunstâncias que agravam o sofrimento. Nesse caso, o sofrimento patogênico é instalado, uma vez que equilíbrio (entre o sujeito e a organização do trabalho) foi corrompido e não se consegue mais negociar suas próprias demandas junto à organização do trabalho, dificultando assim a ressignificação do contexto laboral, além de impedir que seja exercitado a capacidade criativa. (VIEIRA; MENDES; MERLO, 2013).

Para Vieira, Mendes e Merlo (2013, p 417), “o sofrimento passa a ser considerado patogênico quando se esgotam os recursos defensivos, permanecendo a vivência prolongada de fracasso, que desencadeia o adoecimento”. Fato que pode estar acontecendo com os professores que recorreram a readaptação funcional por motivo de adoecimento/transtornos mentais, em virtude de o sofrimento ser resultado do confronto entre a subjetividade e a organização do trabalho.

O confronto com o acúmulo de atividades e exigências previstas alicerçadas na lógica da racionalidade econômica capitalista pode se manifestar nas patologias e doenças. Portanto, entende-se que a readaptação funcional está relacionada ao sofrimento patogênico, quando é impossibilitada a negociação entre a organização do trabalho e os conteúdos subjetivos dos trabalhadores, podendo abrir caminho para a expressão de doenças psíquicas e/ou somáticas que acometem a saúde do professor. (MACÊDO, 2013).

5. METODOLOGIA

Esta pesquisa tem por concepção a abordagem qualitativa de caráter exploratório. Segundo explana Minayo (2014), esse método “se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem artefatos e a si mesmos, sentem e pensam” (p. 57). Logo, permite desvelar processos sociais e a construção da realidade, preocupando-se menos com a generalização e mais com aprofundamento da compreensão, entendendo que o foco de atenção do estudo consiste em priorizar os indivíduos e as singularidades dos dados fornecidos/relatados, sem objetivar os aspectos quantitativos, mas sim, a qualidade do material coletado. (MINAYO, 2014).

E por meio da abordagem da Psicodinâmica do Trabalho pode-se analisar a dinâmica da relação objetiva e subjetiva dos elementos psíquicos, sociais, políticos e econômicos que atuam no contexto laboral. (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYNET, 1994). Mendes (2007) pontua que a pesquisa em psicodinâmica permite desvelar as transformações da organização do trabalho, o êxito das estratégias defensivas, a emancipação dos trabalhadores, a posição de poder política e social do seu encargo, assim como a reapropriação do trabalho por parte do indivíduo e do coletivo. Tendo como propósito reconhecer as relações entre trabalho, subjetividade e as vivências de sofrimento e prazer advindas da organização do trabalho.

Para participação dos/as professores/as na pesquisa foram definidos os seguintes critérios de inclusão:

- Pertencer à Rede Estadual de Ensino em Corumbá e Ladário/MS;
- Estar em processo de readaptação temporário;

- Ter se afastado por motivo de adoecimento mental;
- Atuar em escolas localizadas na área urbana.

5.1 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS E RESGUARDO ÉTICO

Inicialmente, entramos em contato com a Coordenadoria Regional de Educação 3 (CRE-3/SED)³ – onde os municípios de Corumbá e Ladário são jurisdicionados – para saber como poderíamos ter acesso aos dados dos professores readaptados e se a própria CRE-3 os forneceria. Nesta ocasião, nos foi informado que eles apenas concederiam os dados mediante autorização da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. (SED/MS).

Portanto, foi enviado um e-mail para a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), órgão responsável pelas universidades e escolas estaduais de Mato Grosso do Sul, com um ofício (APÊNDICE E) solicitando autorização para ter acesso aos dados dos professores readaptados através da CRE-3 e, assim como a concessão para a realização de entrevistas semiestruturadas nas Unidades Escolares da Rede Estadual nos municípios supracitados. Juntamente com o ofício, foi enviado o Termo para permissão (APÊNDICE F).

Após a autorização da SED/MS (ANEXO B), foi realizado novamente o contato com a CRE-3. Entretanto, nesta segunda interlocução, fomos comunicadas que a CRE-3 não teria como fornecer esses dados, por não terem Recursos Humanos (RH), mas que autorizavam a pesquisa e que solicitássemos qualquer informação diretamente com a Direção Escolar. (ANEXO C).

Posteriormente, a pesquisa passou a ser *in loco*, com a ida às Escolas Estaduais de Corumbá e Ladário. Os(as) diretores(as) foram informados(as) sobre a pesquisa, apresentamos um ofício (APÊNDICE G) e o Termo de Autorização Institucional – TAI para obter as autorizações dos responsáveis legais pelas instituições coparticipantes.

³ A CRE-3 tem a função de monitorar, acompanhar e coordenar as incumbências educacionais das escolas, além das ações da Secretaria de Estado de Educação realizadas nos respectivos municípios. No total a CRE-3 atende 13 (treze) Escolas Estaduais de jurisdição, sendo 11 do município de Corumbá e 2 (dois) do município de Ladário, contemplando o Ensino Fundamental e Médio da Educação Básica em diferentes modalidades. As escolas atendidas são: E. E. Maria Helena Albaneze; E. E. Dr. João Leite de Barros; E. E. João Quirino de Carvalho; E. E. Maria Leite; E. E. Rotary Club; E. E. 2 de Setembro; E. E. Nathércia Pompeo dos Santos; E. E. Carlos de Castro Brasil; E. E. Leme do Prado; E. E. Júlia Gonçalves Passarinho; E. E. Dom Bosco; E. E. Octacílio Faustino da Silva e, E. E. Dr. Gabriel Vandoni de Barros.

Apenas as sete Escolas Estaduais _ Carlos Castro Brasil, Dom Bosco, Dr. Gabriel Vandoni de Barros, Leme do Prado, Maria Leite, Nathércia Pompeo dos Santos e Octacílio Faustino da Silva _ informaram haver professores(as) readaptados(as) na instituição e assinaram o TAI. (APÊNDICE H).

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul sob o número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 57832322.2.0000.0021. Todos os professores readaptados que aceitaram participar da entrevista assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. (APÊNDICE I). Foi assegurado o sigilo da identificação e respostas fornecidas pelos/as docentes, não havendo sanções caso não quisessem participar da pesquisa. Foi garantida a omissão de qualquer dado que possa porventura identificá-los/as na divulgação dos resultados da pesquisa, a Resolução nº 466, de dezembro de 2012, que visa as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos e a Resolução nº 510, de abril de 2016 referente as especificidades éticas das pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais (CHS), ambas do Conselho Nacional de Saúde.

Após esse processo de permissão institucional, iniciou-se o contato com os/as docentes readaptados/as. Os sujeitos foram convidados (individualmente) a participar da de uma entrevista para responderem o roteiro de entrevista semiestruturada (APÊNDICE J) e um questionário sociodemográfico (APÊNDICE K), com o intuito de coletar dados sobre o perfil do professor readaptado. Para buscar não interferir na operacionalização e/ou nas atividades cotidianas desenvolvidas pelos/as professores/as readaptados/as, a data e o horário da entrevista foi marcado antecipadamente, contemplando a disponibilidade do/a entrevistado/a. Todas as entrevistas ocorreram de forma presencial no espaço cedido através da instituição coparticipante, e duraram aproximadamente entre 40 minutos a 1h30min e a aplicação do questionário em torno de 10 minutos, variando conforme cada participante.

As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, levando em conta que a fala do sujeito é fundamental para apreensão do objeto e interpretação dos dados.

5.2 INSTRUMENTOS

O roteiro de entrevista semiestruturada é um instrumento que tem a finalidade de

fazer a mediação entre os marcos histórico-metodológicos e a realidade empírica; portanto, ele desdobra vários indicadores considerados fundamentais dos tópicos que abarcam a abrangência das informações esperadas, neste caso, sobre o sofrimento psíquico, a organização do trabalho e a readaptação. Além de possibilitar que os sujeitos da pesquisa tenham liberdade e espontaneidade para discorrer sobre as questões formuladas, sendo a entrevista um material essencial para a investigação qualitativa já que “a palavra expressa a fala cotidiana, seja nas relações afetivas e técnicas ou nos discursos intelectuais, burocráticos e políticos.” (MINAYO, 1993, p. 245).

Para Mendes (2007), baseada nas concepções da Psicodinâmica do Trabalho (PdT), a entrevista é como uma técnica de coleta de dados tendo como centralidade a relação “pesquisador-pesquisado” e a fala-escuta. Através dela o entrevistador busca compreender os conteúdos latentes e manifestos que se revelam por meio da fala do entrevistado sobre os pontos referentes a organização do trabalho, as vivências de prazer-sofrimento, os processos de saúde-adoecimento e de subjetivação e as mediações.

5.3 SUJEITOS/PARTICIPANTES

A proposta inicial previa um total de 12 participantes, com base nas informações fornecidas pelos(as) diretores(as) das instituições, sobre haver ou não professores/as readaptados/as vinculados/as às escolas. Contudo, de acordo com os critérios de inclusão para a participação na pesquisa, o número da amostra ficou delimitada a três professores, já que alguns/as docentes estavam readaptados por motivo de questões físicas, afastados temporariamente (no ato do contato para fins de pesquisa.) ou optaram por não fazerem parte do estudo. A pesquisa foi realizada mediante uma amostragem não probabilística por conveniência.

Participaram desta pesquisa duas docentes e um docente em fase de readaptação funcional temporária na Rede Estadual de Ensino em Corumbá e Ladário/MS, conforme o Quadro 1. Por uma questão de ética e sigilo, os nomes verdadeiros não foram utilizados, elegendose os códigos P1, P2 e P3.

QUADRO 1 – Dados sociodemográficos sobre os participantes

NOME	SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	ESTADO CIVIL	POSSUI FILHOS(AS)?
P1	Feminino	51 anos	Especialização completa	Divorciada	Sim

P2	Feminino	54 anos	Pós-graduada em Língua	Casada	Sim
P3	Masculino	42 anos	Superior completo	Casado	Sim

Fonte: Elaborado pelas autoras

Além das características primárias, os/as participantes também trouxeram informações importantes sobre o contexto de trabalho em que estão inseridos/as. Observou-se que todos trabalham em instituições educacionais há mais de uma década e que apenas um professor readaptado exerce mais de um turno de jornada de trabalho, embora esse mesmo não trabalhe em outra escola (Quadro 2).

QUADRO 2 – O contexto de trabalho dos professores readaptados

NOME	ESCOLA ATUAL	TRAB. EM OUTRA ESCOLA (além da que já está readaptado/a)	TEMPO DE DOCÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÚMERO DE TURNOS NA ESCOLA	EXERCE OUTRA ATIVIDADE PROFISSIONAL?
P1	Escola A	Sim	35 anos	20 horas	Um	Professora cedida da educação para a assistência social.
P2	Escola B	Sim	16 anos	20 horas	Um	Não
P3	Escola C	Não	16 anos	40 horas	Dois	Não

Fonte: Elaborado pelas autoras

Os participantes também relataram as questões pertinentes ao motivo e o tempo que estão readaptados, assim como forneceram informações sobre quais incumbências estão exercendo atualmente, como consta no Quadro 3.

QUADRO 3 – Informações referentes ao afastamento das funções laborais

NOME	ANO DA READAPTAÇÃO	MOTIVO DA READAPTAÇÃO FUNCIONAL	TEMPO QUE ESTÁ READAPTADO	FUNÇÃO EXERCIDA ATUALMENTE NA UNIDADE ESCOLAR
P1	2005	F 32, F 39 e F 41.	17 anos	Professora cedida da educação para a assistência social.
P2	2017	F 41.0 e F 33.1.	5 anos	Auxiliar de Coordenação

P3	2019	F 33.1 e F 41.	3 anos	Assessor Pedagógico
-----------	------	----------------	--------	---------------------

Fonte: Elaborado pelas autoras

De acordo a Classificação Internacional das Doenças, CID-10, o sistema de classificação de doenças utilizado em todo o mundo para padronizar a codificação de doenças, diagnóstico e tratamento de transtornos mentais, apresentamos no quadro três, na terceira coluna os motivos de afastamento das funções que estão associados a:

- F32 - Episódios depressivos;
- F39 - Transtorno do humor [afetivo] não especificado;
- F41.0 - Transtorno de pânico [ansiedade paroxística episódica];
- F33.1 - Transtorno depressivo recorrente, episódio atual moderado.

Os transtornos mentais são condições que afetam o funcionamento psicológico, emocional e comportamental de uma pessoa, causando sofrimento significativo e interferindo na vida cotidiana. Com base no Protocolo de Atenção à Saúde Mental e Trabalho (2015) esses transtornos podem envolver alterações no pensamento, nas emoções, no comportamento ou nas interações sociais, acometendo a população trabalhadora, através dos agravos gerados pela organização do trabalho, onde as pessoas têm que lidar com desafios relacionados à saúde mental e o local de trabalho.

Existem diversos tipos diferentes de transtornos mentais, cada um com características específicas e critérios de diagnóstico estabelecidos pelos manuais de classificação. A seguir será caracterizado cada um dos motivos que afastaram os docentes de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição – DSM-5⁴, publicado pela Associação Psiquiátrica Americana, a APA, que fornece uma linguagem comum e critérios padrão para a classificação de transtornos mentais e sua relação com o contexto de trabalho, apresentando quais consequências podem surgir diante desta conjuntura.

Episódios Depressivos - F32 e Transtorno Depressivo Recorrente - F33.1

⁴ O DSM é usado por profissionais de saúde mental e pesquisadores para diagnosticar e tratar transtornos de saúde mental. A versão atual do DSM é o DSM-5, publicado em 2013. Inclui critérios atualizados para o diagnóstico de transtornos mentais, bem como informações sobre fatores culturais e contextuais que podem influenciar a apresentação dos sintomas.

Segundo o manual, os Episódios Depressivos - F32 - referem-se a um período em que a pessoa fica de humor deprimido ou perde o interesse ou o prazer em quase todas as atividades costumeiras e recorrentes realizadas em sua rotina. Para ser considerado um episódio depressivo, o quadro de sinais deve durar pelo menos duas semanas. (APA, 2014). Além desses sintomas, outros podem ser caracterizados como um humor triste, uma sensação de vazio ou episódios de irritabilidade, juntamente com outros sintomas que tiveram a vida diária do indivíduo.

Assim, com base nas características do episódio depressivo, o indivíduo deve apresentar cinco ou mais dos seguintes sintomas durante pelo menos duas semanas: humor depressivo na maior parte do dia; diminuição acentuada do interesse ou prazer em todas ou quase todas as atividades na maioria dos dias; perda ou ganho significativo de peso sem estar na dieta; insônia ou hipersonia quase todos os dias; agitação ou retardo psicomotor quase todos os dias; fadiga ou perda de energia quase todos os dias; sentimentos de inutilidade ou culpa excessiva; diminuição da capacidade de pensar ou concentrar-se e pensamentos recorrentes de morte, ideação suicida recorrente sem um plano específico. (APA, 2014).

Já o Transtorno Depressivo Recorrente - F33.1, também conhecido como depressão recorrente ou transtorno depressivo maior, é uma condição mental caracterizada por episódios repetidos de depressão ao longo do tempo, sendo um dos transtornos de humor mais comuns e que pode causar um impacto significativo na vida cotidiana e no bem-estar emocional. De acordo com o DMS-5 o grau de gravidade da depressão é determinado com base em uma variedade de fatores, como a intensidade dos sintomas, as consequências na vida cotidiana da pessoa e a duração dos sintomas. (APA, 2014).

A relação entre a depressão e o trabalho é complexa e multifacetada. O ambiente de trabalho e as experiências profissionais influenciam na saúde mental de um indivíduo, incluindo o desenvolvimento ou agravamento da depressão. Ela é capaz de afetar negativamente o desempenho profissional, a motivação e a satisfação no trabalho, tornando difícil lidar com as exigências ocupacionais. Por outro lado, um ambiente de trabalho saudável, com apoio social, autonomia, reconhecimento e equilíbrio adequado entre trabalho e vida pessoal, pode ser protetor contra as complicações que a depressão desencadeia. (RODRIGUES; CARVALHEIROS, 2019).

Deve-se considerar alguns pontos-chave neste contexto: os altos níveis de estresse

no trabalho: como cargas excessivas de trabalho, prazos apertados, falta de autonomia; conflitos interpessoais e exigências por resultados; as relações socioprofissionais: quando marcadas por assédio moral, bullying, discriminação ou falta de apoio dos colegas e superiores; o desgaste profissional: profissões que exigem um alto nível de envolvimento emocional, como a dos professores, são mais suscetíveis aos esgotamento emocional; a falta de equilíbrio entre as demandas do trabalho e as responsabilidades pessoais, acarretando em estresse crônico e nas dificuldades emocionais e, a pressão para estar sempre disponível, além da falta de tempo para atividades de lazer, também podem contribuir para o desenvolvimento da doença. (RODRIGUES; CARVALHEIROS, 2019).

Transtorno do Humor não Especificado - F39

O Transtorno do Humor não Especificado - F39 - é um diagnóstico utilizado pelo DSM-5 quando um paciente apresenta sintomas que não se enquadram em nenhuma outra categoria de transtorno do humor. É importante ressaltar que esse diagnóstico só deve ser feito após a exclusão de outras condições médicas e psiquiátricas que possam estar causando os sintomas. Entretanto, cabe salientar que após a última revisão do DSM-5, a classe dos Transtornos de Humor foi excluída, originando duas novas classes: o Transtorno Bipolar e os Transtornos Relacionados e Depressivos compondo treze categorias de transtornos sendo dez delas para novas classes e três foram eliminadas. São elas: Perturbação do Humor Devido a Outra Condição Física, Perturbação do Humor Induzida por Substâncias e Perturbação do Humor Sem Outra Especificação (APA, 2014).

Esses transtornos afetam significativamente o humor, as emoções e o funcionamento psicológico de um indivíduo. Entre as questões acometidas no trabalho estão: a produtividade e desempenho: com a redução da capacidade de um indivíduo para realizar suas tarefas no trabalho, incluindo os sintomas como baixa energia, dificuldade de concentração, falta de motivação e alterações de humor; o absenteísmo e presenteísmo: referente as faltas frequentes no trabalho devido a crises de humor, falta de energia ou necessidade de cuidados de saúde. Além disso, mesmo quando presentes, os indivíduos podem enfrentar dificuldades para se envolver plenamente nas atividades de trabalho devido aos sintomas do transtorno; os relacionamentos interpessoais: mudanças de humor, irritabilidade e dificuldade em lidar com o estresse, tendem a gerar conflitos ou dificuldades de comunicação com colegas e supervisores; o estigma e discriminação: ao

enfrentar a falta de compreensão e preconceito por parte dos colegas e até mesmo de superiores e, a autoestima e autoconfiança: que refletem na forma como o sujeito se vê no contexto profissional e influência na diminuição da confiança em suas habilidades. (MORENO; MORENO, 2007).

Transtorno de Pânico - F41.0

O Transtorno de Pânico - F41.0, é caracterizado pela ocorrência sistemáticas de ataques de pânico inesperados e recorrentes, acompanhados por sintomas físicos e psicológicos intensos, sendo eles palpitações, sudorese, tremores, sensação de falta de ar, dor no peito, tontura, náusea, medo de morrer ou perder o controle, entre outros. Esses sintomas podem ocorrer de forma repentina e imprevisível, levando a um medo constante de ter novos ataques de pânico. Ele pode ser debilitante e interferir significativamente na vida diária, causando sofrimento emocional e limitando a participação em atividades sociais e ocupacionais. (APA, 2014).

É importante destacar que cada indivíduo com Transtorno de Pânico estão propensos a terem experiências e desafios únicos no ambiente de trabalho, entre eles: limitações no desempenho: durante um ataque de pânico, a pessoa pode ter dificuldades em se concentrar, tomar decisões e executar suas tarefas de maneira eficaz; absenteísmo: a pessoa pode evitar certas situações ou ambientes que desencadeiam os ataques; preocupação com a segurança: os sujeitos ficam constantemente preocupados com a ocorrência de ataques de pânico no trabalho, especialmente em ambientes que consideram provocar a crise e, estresse no ambiente de trabalho: pressão excessiva, demandas intensas, falta de apoio e conflitos interpessoais acabam aumentando a ansiedade e a probabilidade de ataques de pânico. (ROUBIK, 2021).

5.4 ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram analisados através da técnica de Análise do Núcleo de Sentido (ANS), proposta por Mendes (2007). A ANS foi baseada na análise de conteúdo categorial de Laurence Bardin (2002), que permite compreender como o trabalho é vivenciado pelos indivíduos e como ele afeta sua subjetividade. Isso inclui investigar as

contradições, tensões e conflitos que podem surgir no contexto do trabalho, bem como as estratégias defensivas adotadas pelos trabalhadores para lidar com essas situações. Por meio dela, é possível identificar os elementos que podem gerar sofrimento ou prazer no trabalho, assim como as influências do contexto organizacional, das relações interpessoais e das demandas do trabalho sobre a saúde mental dos trabalhadores. A abordagem do Núcleo de Sentido destaca a importância de considerar a dimensão subjetiva do trabalho para compreender os impactos na saúde mental dos trabalhadores. (MENDES, 2007).

Assim, após a realização da entrevista, produzimos uma análise prévia com a transcrição literal das falas dos entrevistados, dividindo em fatores comuns dos discursos que aparecem como maior frequência nas falas dos sujeitos entrevistados e que apresentam uma semelhança de significado semântico, lógico e psicológico, visando agrupar tanto o conteúdo manifesto quanto o conteúdo latente, que foram revelados mediante as verbalizações. Isso possibilitou a investigação dos conteúdos referentes ao sentido e a dinâmica do contexto laboral. Logo em seguida, foi construído a categorização desses conteúdos para auxiliar no tratamento dos dados obtidos com o objetivo de “[...] apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e o receptor”. (BARDIN, 1977, p. 133)

Para tanto, a ANS foi organizada em três categorias:

1. Antes da readaptação: uma trajetória de sobrecarga e sofrimento;
2. Organização do trabalho: a análise pós-readaptação;
3. O sofrimento continua: efeitos da readaptação.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo desta seção visa compreender a trajetória dos docentes readaptados da cidade de Corumbá/MS, apresentando os fatores organizacionais que interferem nas readaptações funcionais, além dos processos intersubjetivos e intrapsíquicos, entre eles, o sofrimento e as estratégias defensivas utilizadas pelos docentes e uma análise referente a pós-readaptação desses profissionais. Com essa finalidade, foi realizado o detalhamento das falas dos entrevistados correlacionando com a fundamentação teórica baseada na Psicodinâmica do trabalho e na literatura acadêmica que trata sobre o processo de

realocação funcional.

6.1 ANTES DA READAPTAÇÃO: UMA TRAJETÓRIA DE SOBRECARGA E SOFRIMENTO

As transformações ocorridas no sistema educacional brasileiro, no final do século XX, acarretaram em uma deterioração nos aspectos laborais dos professores. Ao passo que muitas das vezes podem gerar sofrimento e sobrecarga de trabalho, contribuindo para o agravamento dos problemas de saúde dos profissionais da educação diante da precarização das condições de trabalho, por serem remetidos a uma exaustiva jornada de trabalho, altas demandas e atividades quase sobre-humana, de acordo a base político-econômica neoliberal. Portanto, esta categoria expõe fatores, situações e questões relativas à trajetória profissional dos professores antes do processo que culminou na readaptação laboral de cada um.

A partir dos anos 90, com as mudanças impostas à educação, o professor começou a assumir um posicionamento mais direcionado ao modelo neoliberal, o que impactou na formação da sua identidade profissional (CABRAL; SILVA; SILVA, 2016). Essas mudanças repercutiram no percurso profissional como foi mencionado pelo professor P3. De acordo com ele, no início da carreira, a motivação era explícita na fala ao colocar que: *“de modo geral... no início tinha uma certa empolgação, satisfação”* (P3). Mendes (2015), esclarece que a nova estrutura do trabalho, apoiada na concepção neoliberal, produz uma demanda exaustiva e inadequada crescente no contexto escolar, que acabam gerando uma sobrecarga no trabalho docente e interfere diretamente nos papéis assumido pelos docentes, já que são obrigados a adotarem uma postura flexível, produtiva, polivalente e competitiva, para abarcar a nova era da globalização.

Neste modelo educacional, de nova estrutura governamental e social, o professor P3 se deparou com situações desapontantes que geraram desconforto e frustração com relação ao seu trabalho na educação no decorrer dos anos, envolvendo situações associadas ao modo de organização do trabalho e as relações interpessoais. Conforme, o participante ressalta:

Com o tempo fui meio que desencantando por causa desses problemas, por causa de alguns alunos também, por causa de todos os problemas de burocracia, de cobrança, de alguns pais que você vê que decepcionam, de

alunos que morreram, de alunos que foram presos...há um desencanto, dos alunos que são abusados, você vê que te desrespeitam e você vai cansando ao longo do tempo. (P3)

Dejours (2000) revela que o trabalho precisa fazer sentido e ter significado para os indivíduos, pois “a constituição da identidade das pessoas está necessariamente vinculada às situações de trabalho nas quais estão inseridas” (FERREIRA, 2007, p.51). O trabalho depende da implicação subjetiva, em ser reconhecido e ter coerência do que se faz, “ao contrário, ter de se dedicar de corpo e alma a um trabalho sem sentido apenas sobrecarrega o corpo e a alma.” (LIMA, 2010, p. 8).

O desencanto no desenvolvimento do trabalho docente também está relacionado a falta de reconhecimento e de valorização da profissão pela sociedade de um modo geral, mas, especificamente pelos pais dos alunos. Conforme o relato do professor P3, os posicionamentos dos progenitores diante dos acontecimentos pedagógicos em relação aos filhos causam desânimo e frustração na execução de sua função como professor. Segundo ele, tem: “*alguns pais que você vê que decepcionam*” (P3) se referindo às atitudes deles quanto ao ofício de ensinar.

Além dos fatores descritos acima, outros motivos que “influenciam modos de pensar e sentir, comportamentos, identidades” (FERREIRA, 2007, p.34,) podem contribuir para o sofrimento e angústia no desenvolvimento das funções pertinentes ao ofício de professor. Um aspecto relatado pelos professores refere-se às cobranças tanto das esferas governamentais quanto das chefias diretas gerando mais demanda de trabalho e burocracia.

Para Oliveira (2004), o trabalho do professor não é mais definido como uma atividade em sala de aula, mas sim, dentro da percepção gerencialista, uma ação voltada à produtividade. A professora P2, expõe que os docentes precisam dar conta de várias demandas, já que “*na sala de aula a gente tem essas atribuições, como ministrar aula, fazer o diário, planejamento, elaborar atividade, corrigir, depois você tem o conselho de classe, você tem que apresentar para os pais...*” repercutindo na qualidade do trabalho dos professores ao exigir atitudes mais produtivas e mercantilizadas.

Nesta ótica pode-se verificar que as mudanças no campo da educação e no trabalho do professor estão mais focadas nas demandas gerencialista, colocando a responsabilidade apenas no profissional para aperfeiçoarem e se manterem no mercado de trabalho. O docente passa a ser introduzido em uma lógica de precarização do trabalho, baseada no modelo toyotista como se a escola fosse uma empresa, preconizando a

produtividade e desempenho de cunho exclusivos do professor, como ser unicamente capaz de mudar sua “condição” e do ambiente escolar, retirando o contexto em este sujeito está inserido. (SAVIANI, 2013).

Dentro desse parâmetro neoliberal, a qualidade e os rendimentos do trabalho docente são apontados como decorrentes apenas das competências ou habilidades individuais, como indica o participante P3 sobre as crescentes imposições que recaem somente aos professores, provocando em *“mais cobrança de aumentar a produção, aumentar a produção e você vê que a qualidade está caindo. Então essa cobrança que tem com os professores e a parte burocrática que cada vez mais aumenta também”*, sem ao menos considerar uma análise que vincule o desempenho do docente às condições e relações de trabalho que em são ofertados. (SOUZA, 2010).

Os docentes acabam sendo culpabilizados, por não conseguirem abarcar toda demanda exigida, deixando-os mais frustrados com os resultados do trabalho quando não atingem o esperado pela instituição, como constatado pelo professor P3: *“eu já fiquei frustrado algumas vezes, quando vem, por exemplo, o resultado das provas institucionais e não te traz um bom resultado, então você se questiona se está fazendo um bom trabalho.”* Essa culpabilização advém em parte das cobranças, tanto das esferas governamentais quanto das chefias diretas, gerando mais sobrecarga de trabalho e mais demandas de trabalho.

A persistência e a intensidade com que os fatores estressantes vivenciados pelos professores e, associadas a sucessivas tentativas de lidar adequadamente com eles, também podem tornar esse indivíduo vulnerável ao surgimento de vários problemas de saúde que levam a realocação laboral (MASLACH, SCHAUFELI e LEITER, 2001). O professor P3 relatou que *“por causa de todos os problemas de burocracia, de cobrança”*, ele passou a ter uma sobrecarga maior de trabalho assim, como a professora P1, ao esclarecer sobre seu trabalho em sala de aula, antes da readaptação *“muitos alunos, muitas turmas, muitos diários de classe para fazer, então isso acarretou também”*, evidenciando o excesso de demandas laborais.

Para os autores Lima; Carvalho (2013); Mendes (2015); Rocha; Fernandes (2008); vários fatores repercutem na qualidade do/ no trabalho docente como as extensas jornadas, tornando o trabalho extenuante pois, *“meu trabalho era em sala de aula, 40 horas, eu...assim nos últimos tempos... eu não estava conseguindo...”* (P3). O problema em desenvolver todas as suas tarefas, influenciava na convivência com os alunos: *“eu não estava conseguindo focar na rotina que eu tinha estabelecido...porque eu já... nos*

últimos tempos eu não estava tendo muita paciência com os alunos.” (P3), circunstâncias que favoreceram ainda mais para o adoecimento dos docentes.

Os autores supracitados também colocam a necessidade de lecionar em diferentes lugares ou em vários turnos como um outro fator que interfere na qualidade do trabalho escolar (LIMA; CARVALHO, 2013; MENDES, 2015; ROCHA; FERNANDES, 2008). O professor P3 enfatizou que além da jornada na escola e na sala de aula era um *“trabalho estressante aqui, era pavoroso”*, ele também tinha uma demanda dupla *“ainda levando esse trabalho para casa, levando prova para corrigir, planejamento...os sábados letivos que aumentaram também, essa carga tem muito a ver com a carga horária do professor”*. (P3). Muitos docentes são submetidos a horas de trabalho não pago, verificando um alongamento da jornada de trabalho e que foi concretizada pelas exigências no aumento de horas diárias de atividades, para dar conta das requisições escolares (ROSSI, 2018).

O agravamento nas condições de trabalho vem de uma política pública embasada no neoliberalismo sob a ótica gerencialista, que visa o aumento da produtividade, a competitividade e o individualismo, com os parâmetros de custo mínimo. O sistema de gestão passou a ser baseado em metas e avaliações de desempenho, sempre requisitando mais do trabalhador, sem, no entanto, que sejam dadas as condições de trabalho mínimas e apropriadas para que se tenha uma melhora no desempenho, proporcionando metas impossíveis e crescentes em meio a objetivos contraditórios. (LIMA, 2010).

Passar por condições muitas vezes desumanas no ambiente de trabalho, acarreta em um impacto negativo na saúde mental desses profissionais, como o fator da carga horária exaustiva e desvalorização profissional, uníssona entre os participantes. A docente P2 também descreve uma dupla rotina de trabalho, que além de *“lançar notas, conteúdo, planejamento suas atividades de sala...preparar para as aulas, atividades, corrigir...fora isso, sempre acabava levando o trabalho para a casa, por causa dos diários, sempre tinha que correr e tinha que fazer em casa, não tem como.”* (P2)

O professor acaba se dedicando às tarefas mesmo não estando dentro da sala de aula e nas escolas, tratando-se de períodos e jornadas destinados à preparação ou planejamento das atividades didático-pedagógicas, as avaliações dos alunos e, até mesmo pesquisas e estudos para o aprimoramento profissional. Demanda ainda, tempo disponível para os conselhos de classe, encontro com os pais e para as atividades extraescolares. Conseqüentemente, observa-se que as gamas de tarefas excedem o ato pedagógico da docência propriamente dita, fazendo com que os professores se responsabilizem por

outras funções na instituição escolar. (TEIXEIRA, 2010)

Vale ressaltar ainda que na atualidade, o uso da internet e o tempo virtual tem agravado e ampliado as atividades dos professores, intensificando seus ritmos de trabalho, como apresentando pelo participante P3 *“antes eu não me desligava, por exemplo, eu fiquei uma de licença para acompanhar minha mãe, ela ficou internada esse ano e, o pessoal ficava mandando mensagem, mandando, mandando, sem parar, coisas da escola”*, demandas de trabalho que extrapolam as paredes da escola acabam interferindo no convívio social e pessoal.

As características do trabalho do professor, uma vez que ele está exposto a inúmeros fatores como sobrecarga de trabalho, falta de controle sobre o tempo, problemas comportamentais dos estudantes, burocracia excessiva, implementação de novas iniciativas educacionais e dificuldade de relacionamento com os supervisores, favorecem ao desenvolvimento ao longo da carreira a situações de estresse e de adoecimento tanto mental como físico (MASLACH, SCHAUFELI e LEITER, 2001).

Como ocorreu com a professora P2, relatando que no decorrer do tempo ela foi perdendo a visão e teve que usar óculos, devido as requisições que exigiam um esforço físico. Mencionou que ao iniciar a docência os diários eram feitos à mão, ou seja, *“não era digital, era no papel, você tinha que anotar todas as faltas, você tinha que mexer tudo no papel”* (P2), assim as atividades demandavam a parte física e pleiteavam uma energia psíquica, a fim de abarcar todas as exigências.

Além da dupla jornada de trabalho, das demandas burocráticas e das cobranças externas, processo em que foram avolumando a carga de trabalho e não correspondendo às expectativas internas, provocaram uma desilusão por parte dos professores. Relativo ao aumento nas questões burocráticas e administrativas, o professor P3 relatou que *“eu acredito que tanto a parte da carga horária, mas também a burocrática, foi piorando...a coisa do esperar resultado e não corresponder”*, causando desapontamento por parte da categoria.

No relato da professora P1 podemos verificar um resumo da trajetória da maioria dos professores da educação básica brasileira,

era sala lotada, muitas disciplinas que a gente trabalhava, ainda mais que eu era nova, então eu não dava só língua portuguesa, dava português, inglês, ensino religioso, naquela época tinha educação moral, artes, tudo isso passava para a gente, então me deixava muito cansada, pode ser que juntando esses fatores e mais fatores pessoais que eu tive, que desencadeou tudo, ficou pior.
(P1)

As condições de trabalho com carga horária excessiva, a superlotação das salas e a burocracia ainda podem ser acrescidas do descaso da sociedade e dos dirigentes do país. O professor P3 se indigna quando relata que *“você vê que te desrespeitam e você vai cansando ao longo do tempo, até a desvalorização nacional da nossa categoria, não só a questão do salário, mas da questão cultural mesmo, não há uma valorização, tanto pelo governo quanto dos pais, da própria sociedade, dos próprios alunos mesmo”*. Observa-se uma relação perversa e cruel entre as demandas e as condições de trabalho do professor, além da falta de reconhecimento com relação a esta categoria profissional.

A professora P2 expôs que ela *“trabalhava em três períodos, então desde que eu comecei a trabalhar, a gente trabalhava até tarde, porque não era EJA, então a gente ficava até tarde mesmo da noite, trabalhava longe de casa também, era muito cansativo”*, sendo desgastante as atividades laborais, exigindo para além das capacidades do trabalhador. Ao lecionar turnos diferentes, o docente passa a extrapolar a carga de trabalho, para produzir mais, diante das pressões laborais e fortalecidas pela precarização deste contexto.

Além dos fatores relatados pelos professores e situações relacionados como a quantidade de disciplinas que os professores ministram, a superlotação das salas de aula e sobrecarga com altas demandas burocráticas e/ou administrativas que possuem, condizentes com o modo de organização do trabalho e exemplos de gatilhos que favorecem o adoecimento dos docentes da educação básica brasileira. Diante das considerações sobre a realidade do professor brasileiro e para entender com maior riqueza de detalhes esta categoria foi subcategorizada em: condições de trabalho, sofrimento patogênico e estratégias defensivas que serão tratadas a seguir.

Condições de trabalho

Os fatores ambientais, que correspondem às condições de iluminações, sonoras, climáticas, o espaço físico e a segurança geral do ambiente, são apontados como elementos de riscos à saúde, pois na maioria das vezes expõem os docentes a uma condição de trabalho desfavorável. Para Feltrim e Silva (2020), as condições precárias no ambiente laboral escolar que os professores enfrentam, cotidianamente, são um dos fatores desencadeantes de tensão e de estresse, afetando o bem-estar desses profissionais como relatado pela professora P1, *“na última escola que eu estava, achava um ambiente*

muito sujo, muito desestimulante até para o professor, para o aluno, piorou.”

O professor P3 corrobora e complementa: *“a dificuldade estrutural, por exemplo, é muito calor, os alunos reclamam, tem algumas salas com ar-condicionado, mas a parte elétrica é muito precária, aqui por exemplo nessa sala, o conserto desse ar saiu do meu bolso”* (P3). Na fala do participante P3 não só a falta de infraestrutura causa prejuízos à saúde mental, mas, também a financeira tendo que tirar do próprio salário para ter uma qualidade laboral no ambiente em que atua.

Os docentes evidenciaram a precarização dos equipamentos em sala de aula que oferecem poucas condições e segurança para os professores e alunos em sala de aula, *“não sei se você observou a sala, sem mesa, um ventilador barulhento...”* (P2). A participante ao expor sobre o tema, explica que os ventiladores das salas fazem ruídos extremamente altos, devido a esse fato, na maior parte das vezes precisava mantê-los desligados, pois, além do barulho, tinha a sensação de que eles iriam cair em cima das pessoas. Ademais, há ainda a circunstância crítica sobre alguns deles nem funcionarem, o que agrava a situação, já que Corumbá é uma cidade com temperaturas elevadas.

Complementa ainda que *“também tem a questão da voz, por causa do barulho dos ventiladores, desgasta muito”* (P2). Cabe ressaltar que na categoria docente, a prevalência de disfonia se faz presente, elencada como uma das hipóteses de desgaste e mal-estar dos professores, já que estão associadas aos ajustes que os docentes utilizam para contrabalançar as debilidades das salas de aulas. Tendo em vista as situações ambientais nocivas, os docentes passam a compensar as condições de trabalho deletérias à custa de seus próprios recursos biológicos e cognitivos (ASSUNÇÃO, 2010).

A falta ou precarização estrutural do ambiente de trabalho é considerado uma violência estrutural. Essa violência estrutural é esclarecida por Minayo (1994) quando os trabalhadores, em seu ambiente de trabalho sentem desconforto, sofrimento, desgaste e fadiga chegando ao viés do adoecimento patogênico. A questão da luminosidade também foi citada pela professora P2 onde ele relata que *“...tinha uma sala que funcionava à noite, mas não acendia a lâmpada da frente, então os alunos ficavam tudo para trás e até para o professor era ruim”*.

Teixeira (2013), explana que as condições físicas precárias das escolas brasileiras bem como a escassez de equipamentos para o exercício do trabalho elevam as condições de adoecimento dos professores, a professora P2 coloca que *“...se agora, estamos precisando de lâmpada (de dia), imagina a noite, uma sala dessas com só três lâmpadas, fica muito ruim.* Martins (2018) destaca que o sofrimento psíquico pode advir do

enfrentamento dos percalços entre o sujeito e a realidade, ou seja, do professor que quer exercer seu ofício com a realidade que não contribui devido a precariedade da infraestrutura existente onde esse confronto entre o ideal e o real pode levar o professor a um sofrimento patogênico.

Sofrimento Patogênico

A falta de condições adequadas de trabalho e do reconhecimento pessoal e social do profissional da educação, afeta a saúde emocional dos professores que, por vezes, se torna desanimador perceber que a sociedade, gestores e governantes, em geral, bem como, seus pares, não valorizam o ofício árduo e a dedicação dos mesmos à educação do Brasil. A ausência de apoio mencionada acima e da precarização e intensificação das demandas laborais, podem contribuir para um sentimento de desânimo, angústia e sofrimento levando-os ao adoecimento.

Freud (1978), esclarece que o sofrimento é inerente à condição humana, mas o modo de organização do trabalho pode influenciar no surgimento do adoecimento, bem como nas experiências prazerosas na laboração, a depender de como está constituído. Nesse processo a atividade laboral possui um caráter dialético: onde de um lado está o sujeito trabalhador que dá sentido ao que faz; e de outro, as situações de trabalho que impactam sobre as percepções dele em relação a todo o contexto de trabalho. Na presença dessa dialética, o trabalhador pode ter vivências de prazer e ou de sofrimento.

Na esfera do trabalho, o sofrimento surge quando não é possível modificar a sua organização, colaborando para que a energia pulsional não consiga encontrar meios para ser descarregada na execução do trabalho, produzindo o desprazer e a tensão. Essa descarga pulsional está ligada diretamente à subjetividade do trabalhador, entrando em contato com a sua história de vida, as crenças, projetos e valores do indivíduo diante do ambiente e tudo que envolve a esfera laboral, ou seja, “a carga psíquica do trabalho resulta da confrontação do desejo do trabalhador, à injunção do empregador contida da organização do trabalho.” (DEJOURS, 1996, p. 28).

Logo, o sofrimento no trabalho está articulado com o sofrimento singular, herdado da história pessoal e intrafamiliar, juntamente com o sofrimento relativo às situações presenciadas no trabalho. Nessa conjuntura, o passado da infância é reproduzido no plano da atual da vida adulta. Conforme apresentando pelo professor P3:

Na verdade, eu vinha de traumas emocionais muito grande, na infância, na idade adulta, eu vinha com tantas coisas e nunca tinha feito terapia, eu vim de um lar em que meu pai era alcoólatra... aí eu tive que fazer faculdade, para poder sair da pobreza mesmo, daí sai da faculdade e já entrei no magistério. (P3)

Ao expor sobre as questões que permeiam a relação de trabalho na atualidade, estamos também expondo sobre o passado, as lembranças de infância que acarretam nas mobilizações e reflexões referente às escolhas que ocorreram ao longo da vida e que ilusoriamente são aleatórias, mas, na verdade, são estabelecidas por fatores internos das singularidades de cada sujeito. Freitas e Facas (2013), salientam que é através dessa inter-relação que o sofrimento se manifesta, podendo ser denominado criativo ou patogênico, a depender do modo de organização do trabalho e do destino que o trabalhador pode dar a ele. De acordo com Olarte (2022, p. 21), o trabalho pode se tornar um:

elemento nocivo à saúde, pois, dependendo da relação intersubjetiva com a organização do trabalho, o sofrimento pode culminar em doença ou em criatividade, quando ao lidar com o sofrimento o sujeito é mobilizado a agir, a utilizar de sua expertise, criatividade e sua inteligência prática, trazendo benefícios para a organização do trabalho e para sua realização pessoal.

O sofrimento criativo se caracteriza por haver possibilidades de enfrentamento frente às imposições da organização do trabalho, permeado pelas estratégias criativas e práticas que ampliam a resistência psíquica diante do desequilíbrio no ambiente de trabalho. Quando o sujeito consegue engajar o seu saber-fazer, utilizando sua inventividade para dar conta do hiato entre prescrição-real e ser reconhecido, tem-se dessa forma o sofrimento criativo “[...] onde o trabalho propicia a sua transformação em criatividade e, conseqüentemente, em saúde” (DEJOURS, ABDOUCHELI e JAYET, 1994, p. 37).

Por outro lado, o sofrimento patogênico está relacionado a experiências descontentamento e sentimento de frustração de forma rígida e fixa aumentando as probabilidades do adoecimento mental, já que não há chances de serem ressignificadas e elaboradas as circunstâncias de sofrimento no trabalho, ainda mais diante das novas formas de organização do trabalho, restando ao trabalhador apenas a busca para se adaptar a lógica perversa do capitalismo, deixando-o vulnerável e fragilizado.

Levando em consideração com o que observamos na trajetória dos docentes, as transformações no mundo capitalista de produção, processada pelos preceitos neoliberais, têm intensificado e precarizado as condições de trabalho docente, mediante reformas,

exigências e imposições que mercantilizam a educação e a atuação desse profissional, marcado ainda pelas pressões organizacionais, que correspondentes à lógica da gestão gerencialista, ao buscarem o aumento da produtividade e produzir como consequência a competitividade, o individualismo e a intensificação do trabalho.

Em um contexto tão nocivo, o profissional da educação fica impedido de deslocar o sofrimento criativo, em detrimento do patogênico e, como consequência o adoecimento surge, como foi constatado nas falas dos docentes. Os Episódios Depressivos se relacionam com o trabalho ao passo que são vivenciadas constantes situações de frustrações, precarização e sobrecarga no trabalho, relações socioprofissionais complexas e, sentimento de impotência perante as injustiças no ambiente laboral. Selligman-Silva (2011, p. 533) pontua “a postura de desânimo diante da vida e do futuro... [A depressão pode aparecer] através de expressões somáticas de mal-estar ou doenças; acidentes de trabalho; alcoolismo; absenteísmo.”

Quando o adoecimento ultrapassa os limites aceitáveis, o professor busca maneiras de escapar da insatisfação laboral que está vivendo na tentativa de equilibrar o seu emocional e tentar preservar sua saúde mental. Um modo de escape, descrito por Dejours (1987), é o absenteísmo. Ele é caracterizado como uma forma de resistência frente às demandas de um trabalho “adoecedor”, sendo uma forma encontrada pelo trabalhador para resistir, escapar, fazendo um enfrentamento possível frente a situação que se encontra, “*eu não conseguia levantar, não conseguia trabalhar e ficava muito chateada, triste de não poder, de não conseguir*” (P1). Este fato revela uma fuga daquilo que causa dor e sofrimento à docente. Quando as tentativas de enfrentamento se esgotam, a estratégia de não ir trabalhar passa a ser uma escolha válida e pertinente “*eu tentava ir trabalhar doente, mas depois que eu via que não conseguia, já não ia e não ia mesmo*” (P1). O seu desabafo descortina a falta de condição de bem-estar no ambiente de trabalho, levando-a a faltar como uma estratégia para aplacar a sua dor e sofrimento. (PENTEADO; NETO, 2019).

Sob este prisma é possível visualizar que o absenteísmo surge quando se instala o conflito entre a organização do trabalho e o funcionamento psíquico do ser humano, “*sabe quando você não quer ver nem cara de escola?*” (P1) esgotando todas as possibilidades e estratégias de exercer dignamente sua profissão. Dejours (1987) é claro ao esclarecer que o absenteísmo ocorre quando o indivíduo chega ao ápice do seu limite de sofrimento, sendo a evasão do seu ambiente de trabalho na diligência por equilíbrio e satisfação laboral, que acaba se tornando um ato muito mais de resistência diante as adversidades

adoecedoras do que uma falta no trabalho.

Ademais, as causas do absenteísmo entre os professores possuem características mais específicas se comparado às demais profissões e estão voltadas para as: péssimas condições físicas e materiais, precárias condições de trabalho, problemas sociais vivenciados por eles em suas escolas e salas de aula, somando-se às novas tarefas, atividades e responsabilidades (GARCIA; ANADON, 2009). Outro fator de absenteísmo entre os docentes está relacionado à sobrecarga de trabalho onde, por vezes, ele assume vários papéis que não são de sua responsabilidade e vão ou estão além da sua formação. Estas demandas sobrepostas acabam por provocar um cansaço físico e mental resultando em um afastamento laboral por meio de uma licença médica e ao ser associado os dois cansaços – o físico e o mental – o diagnóstico médico culmina em algum transtorno psíquico entre a ansiedade e a depressão.

Os transtornos mentais: depressão, ansiedade, crises e até, em casos mais severos, como o pensamento suicida, são os fatores que mais adoecem os profissionais da educação atualmente. Esses distúrbios de saúde podem afetar a produtividade e o prazer no trabalho docente, além de contribuir para o aumento das taxas de absenteísmo, mas, vale reforçar que, estes fatores não ocorrem repentinamente e em um grau elevado de comprometimento das atividades laborais do professor. Ela vai ocorrendo paulatinamente *“de uns tempos para cá eu fui tendo esse cansaço mental”* (P3), até que o docente não consegue mais exercer sua função como antes, nem no trabalho e nem na vida pessoal, *“eu não conseguia mais administrar os próprios problemas”* trazendo dor e sofrimento para sua vida como um todo (PENTEADO; NETO, 2019), *“e isso vai meio que frustrando você, afetando a saúde de uma certa forma que você não consegue mais trabalhar, então isso vai desgastando.”* (P3).

Esse desgaste e frustração ocorre quando há uma ruptura ou uma lacuna entre o real e o ideal no quadro laboral, emergindo uma sensação de fracasso e de desânimo Moraes (2018) revela que esse cenário pode chegar a quadros de transtornos mentais mais graves como a crises. Elas são silenciosas e sistêmicas aumentando cada vez mais a sua intensidade a ponto do docente não se dá conta, até que ela se manifesta, *“sai em 2015, porque eu tive uma crise aqui e tive uma outra também”* (P3), deixando a pessoa desorientada sem saber o que fazer diante do quadro de crise de ansiedade, *“eu fiquei tão perturbado que eu tive vontade de me jogar na frente de um ônibus, era uma crise que eu tinha”* (P3), que acaba por lançar mão de atitudes a fim de sanar a dor e o desespero emocional ao qual se encontra, *“a ansiedade já estava virando uma depressão muito*

grave, por isso me afastei seis meses, aí depois de seis veio a readaptação em 2019”. (P3).

Os sintomas de que algo não estava bem vinham se mostrando para o professor durante quatro anos e, quando os limites foram superados, a saúde emocional começou a se debilitar, mandando sinais cada vez mais fortes e frequentes culminando em crises. O ambiente de trabalho pode apresentar “[...] efeitos poderosos sobre o sofrimento psíquico” (DEJOURS, 1996, p. 21), podendo agravar progressivamente a saúde mental do indivíduo, *“teve uma última, uma bem grave, que eu tive uma briga com um aluno meu...eu na verdade estava em acompanhamento psiquiátrico, já tinha sido afastado duas vezes, daí nessa última a psiquiátrica resolveu me afastar um pouco mais”* e *“se eu não fosse fazer esse tratamento, ter iniciado com os medicamentos...eu não sei se estaria vivo não”*. (P3).

Em relação ao sofrimento psíquico que acomete os trabalhadores, os transtornos mentais relacionados ao trabalho não resultam de fatores isolados, mas de um contexto ambiental e social mais amplo e repleto de particularidades, principalmente, no que tange o ofício do educador. O participante P3 menciona que o adoecimento causou um sentimento de vulnerabilidade e de fragilidade, afetando seu cotidiano: *“vai meio que frustrando você, afetando a saúde de uma certa forma que você não consegue mais trabalhar, então isso vai desgastando”* (P3), com o passar do tempo, o sofrimento, que está no centro da relação psíquica entre o ser humano e o trabalho, vai se agravando cada vez mais levando o profissional da educação a desenvolver outras patologias ou a potencializar as previamente existentes:

eu não estava conseguindo ter um controle emocional... eu perdia a paciência muito fácil, então nos últimos tempos eu não estava conseguindo ter o controle que eu tinha no início da carreira, eu não estava mais conseguindo ter empolgação, de conseguir fazer projetos novos, ter uma ideia nova ou coisa do tipo, então estava bem complicado, um pouquinho antes de eu ser readaptado (P3)

O conflito entre os seus valores e a situação externa de embate com o aluno foi tão elevado que ele ponderou *“depois eu me arrependi, depois eu me arrependi tanto, que tive vontade de me matar”* (P3). Em sua narrativa há uma consternação no ocorrido a ponto de desejar o suicídio na tentativa de aplacar a dor que sente, já que *“os estados mentais provocados pelos estados de depressão essencial, no qual se instala doenças agudas somáticas ou agravamento de doenças preexistentes, demonstra o sofrimento psíquico”*. (DEJOURS, 2013)

Vale ressaltar ainda, que o trabalho é visto como primordial para o sujeito, fazendo parte de sua constituição identitária. Entretanto, ele promove conflitos que precisam ser contornados ou enfrentados de acordo com as demandas do indivíduo. Para os professores, a situação laboral atual tem trazido angústias, desejos, medos e que busca manter sua saúde mental em meio a essa complexidade de relações que, muitas vezes, leva à naturalização da problemática do mal-estar e dos sofrimentos e adoecimentos na docência. Dejours (2013), esclarece que os docentes se encontram em sofrimento diante de tantas frustrações, insatisfações e falta de realização no trabalho, expondo que ao buscar por uma saúde mais adequada tanto física, psíquica e social, eles se valem de estratégias defensivas para responder às adversidades laborais e possibilitar a ressignificação ou transformação do sofrimento em seu ambiente de trabalho.

Estratégias Defensivas

De acordo com o que foi apresentado nos tópicos acima que retratam as condições de trabalho atualmente no contexto educacional, os educadores lançam mão de estratégias defensivas na tentativa de aplacar todo o sofrimento que eles passam ou já passaram. As estratégias defensivas, segundo Lancman e Uchida (2003), tentam minimizar a percepção do sofrimento de uma forma que a percepção da realidade, por vezes, diante do sofrimento ao qual os indivíduos estão passando.

A saúde no trabalho está na busca pela integridade física, psíquica e social pelos trabalhadores em seu contexto de trabalho e procura se viabilizar, mesmo que precariamente, pelo uso eficaz de estratégias defensivas para responder às adversidades do processo produtivo, possibilitando a ressignificação ou transformação do sofrimento no trabalho. É primordial destacar que as utilizações demasiadas das estratégias defensivas podem ocasionar e intensificar as patologias sociais ao se transformarem em ideologias de defesa. A patologia se manifesta, quando há um rompimento no equilíbrio, onde o sofrimento não pode ser mais contornável e o uso das estratégias coletivas defensivas já não é capaz de silenciar ou negar os aspectos injustos da organização do trabalho, ocasionando no surgimento de doenças.

Na tentativa de abarcar o seu sofrimento, a professora P1 desenvolveu como estratégia defensiva evidenciando a excelência do seu trabalho para que a condição da sua saúde mental não fosse notada pelos seus pares, sendo que “o que eu fazia muito era

procurar ser super hiper mega perfeita, para não gerar conversas, tentava ir trabalhar doente". Nesta fala pode-se observar uma esfera de perfeccionismo como forma de criar a ilusão diante do seu sofrimento patológico. O cenário relatado pela professora demonstra o quão desafiador é exercer o seu ofício, ao ponto de afetarem outras áreas de sua vida e tornarem-se um sofrimento até culminar no adoecimento do indivíduo, onde "as ideologias da excelência e do desempenho, fortalecidas no contexto de precarização do emprego, reforçam esta patologia" (FERREIRA, p. 35, 2007), denominada patologia social da sobrecarga.

Ferreira (2007, p. 35), coloca que:

essas patologias sociais resultam do contínuo embate das pessoas com seus ambientes de trabalho. A impossibilidade de lidar com as adversidades eo sofrimento – decorrentes da organização do trabalho – pode levar à anestesia e à insensibilidade ao próprio sofrimento e ao dos outros, processo que pode se intensificar a ponto de ser compartilhado pelo grupo.

Entre as patologias da sociedade modernas, existe a categoria "sobrecarga", que está relacionada às imposições desproporcionais frente às competências do trabalhador, fazendo com que ele extrapole seus limites sociais, físicos e psicológicos, para atingir algum reconhecimento e realização, por se tornar centralidade em sua vida ou quando é tido como garantia de sobrevivência. (MENDES, 2007). Assim, a ideologia de excelência no ambiente do trabalho é o resultado da lógica capitalista com foco no gerencialismo, instigando o discurso da performance e produtividade, na medida em que o profissional se supera no desempenho e produz excessivamente, com o intuito de ser recompensado e reconhecido no contexto laboral.

Neste patamar está a argumentação do professor P3 onde ele buscava o grau de excelência em seu trabalho, para cumprir as metas e ser produtivo, estando adoecido, pois "*achava que sempre dava, dá para aguentar, dá para dar aula, eu estou bem fisicamente então está ótimo e esse próprio estigma eu mesmo tinha, eu falava "é só mental, dá para eu ir levando"*" (P3), negando seu sofrimento e expressão subjetiva, a fim de transparecer que é eficaz, apto e integrado, em condições degradantes, se conformando com a organização perversa do trabalho, sendo submisso e condizentes com as práticas que geram o sofrimento, patologia denominada de servidão voluntária.

Frente a exaustiva jornada e sobrecarga de trabalho, os educadores utilizam algumas estratégias defensivas na tentativa de proteger a psique do trabalhador diante das demandas exaustivas e a rigidez do trabalho (LANCMAN; UCHIDA, 2003) como fez o

professor P3, *“dou uma fugida para fazer outra coisa, porque tem dia que eu não consigo dar conta do trabalho burocrático, que é bastante, dou uma fugida aqui ou ali, até para dar conta de fazer duas ou três coisas ao mesmo tempo.”* Contudo, esse processo não é capaz de mudar a realidade em que o sujeito está inserido, e quando elas são usadas demasiadamente, o trabalhador “não encontra meios para eliminar a tensão causada pelo trabalho e seus investimentos se tornam inócuos diante da rigidez da organização do trabalho” (RODRIGUES; CALHEIROS, 2019, p. 556).

Dejours (2013) revela que estratégias podem acabar mascarando o sofrimento patológico, quando os trabalhadores são incapazes de modificar os aspectos geradores de sofrimento, como o próprio professor complementou *“eu fui buscar tratamento, porque minha mulher me levou, ela ficou insistindo para eu ir e eu falava “ahh acho melhor não, como vou parar de trabalhar?!”* (P3), ou seja, acreditar que daria conta foi uma estratégia defensiva encontrada por ele na tentativa de minimizar a percepção da realidade que o faz sofrer nem que para isso ele se defenda inconscientemente utilizando-se de estratégias “necessárias para a continuação do trabalho e para a adaptação às pressões organizacionais irreduzíveis, minimizando a percepção que os trabalhadores têm dessas pressões”. (NASSIF, 2005, p. 84) onde ele relata que *“dá para levar, dá para levar...” e nesse “dá para levar” eu quase perdi meu emprego*”. Ao ser questionado, ele explicou o motivo: *“[...] na crise que eu tive aqui, eu quase bati no aluno”*. (P3). O nível de adoecimento foi tão elevado ao ponto de não perceber como ele estava doente.

Nota-se que para os educadores, um dos mecanismos de defesa utilizados em relação ao adoecimento foi a de negação. As estratégias de negação são utilizadas quando as vivências são “[...] fixas, rígidas e inaugura a repetição, a frustração, o aborrecimento e sentimento de impotência” (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 1994, p. 10). É o caso que o professor P3 ao relatar sobre outro colega de trabalho *“tem um colega meu, um outro professor, para ele poder buscar tratamento foi uma luta, ele não queria, falava que não queria tomar remédio, que não é louco, que ia curar por conta própria e tinha essa visão de que não precisava de ajuda.”* (P3)

Com isso pode-se compreender que o sofrimento patológico se torna rígido ao ponto de a pessoa não buscar ajuda interna ou externa, onde o trabalho se torna um mediador de desequilíbrio e fraqueza da saúde, destruindo o aparelho mental e a estabilidade psíquica do sujeito, levando-o para uma descompensação e para a doença, *“o que as pessoas vão falar?! O que elas vão pensar?!” então eu tinha esse estigma, eu achava que os outros fazeres eu aceitava, mas para mim, não...falava “.* (P3)

As vivências de sofrimento patogênico podem se expressar pelos males causados no corpo, na mente e nas relações socioprofissionais. Suas causas advêm do contexto de trabalho e manifesta-se por ansiedade, insatisfação, indignidade, inutilidade, desvalorização e desgaste no trabalho. O fato é que as estratégias defensivas “podem atenuar o sofrimento, mas, por outro lado, se funcionarem muito bem e as pessoas deixarem de sentir o sofrimento, pode-se prever a alienação” (DEJOURS, 1996, p. 171), como complementa a narrativa do professor P3, “*dá para aguentar, dá para eu aguentar calado*”.

As estratégias defensivas cumprem um papel importante, para que o professor consiga suportar o sofrimento que o trabalho lhe proporciona, a partir da percepção modificada da realidade, seja individualmente ou coletivamente. Elas estabelecem o fortalecimento do cuidado da saúde mental podendo auxiliar na detecção e prevenção do sofrimento mental. Entretanto, as mesmas estratégias defensivas podem refutar situações e atitudes importantes que intensificam o sofrimento patogênico do docente e, quando utilizadas de maneira excessiva, potencializam o desenvolvimento de patologias e no surgimento das doenças, como no caso dos professores readaptados.

6.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: A ANÁLISE PÓS-READAPTAÇÃO

A organização do trabalho refere-se à forma como as tarefas são estruturadas, distribuídas e coordenadas dentro de um ambiente de trabalho. Envolve a designação de responsabilidades, o estabelecimento de processos e fluxos de trabalho, a definição de hierarquias e a implementação de sistemas de gestão (DEJOURS, 1987). Observamos com base no aspectos expostos na categoria anteposta, o quanto o modo de organização do trabalho, influenciada pelos princípios neoliberais, pode afetar a saúde do docente, acarretando em sofrimento psíquico, devido aos fatores relacionados às atividades e tarefas realizadas no trabalho, capaz de provocar como resultado o adoecimento do docente e, conseqüentemente, levar a readaptação funcional.

A readaptação funcional visa permitir que o professor continue exercendo suas funções de ensino, mesmo diante das suas limitações. Vale destacar que a readaptação funcional é um direito do servidor público, desde que seja comprovada a sua incapacidade para o cargo atual. Ela tem o intuito de preservar a dignidade do servidor e possibilitar a sua permanência no serviço público, ainda que em um cargo diferente. Conforme citado

anteriormente, no âmbito brasileiro, a Lei nº 8.112/1990 trata da readaptação funcional de servidores públicos, incluindo professores, e dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. De acordo com a legislação, a readaptação funcional permite a adequação das atribuições do servidor público em decorrência de limitações físicas, mentais ou sensoriais, buscando garantir que ele possa continuar exercendo uma função compatível com suas capacidades. (BRASIL, 2005). No caso do docente, adaptando o ambiente e as práticas educacionais às suas necessidades específicas.

Contudo, o que pode ser constatado nas entrevistas é que o sofrimento psíquico e a sobrecarga permanecem, mesmo após a readaptação dos professores. Agora, o trabalho não envolve especificamente a sala de aula, mas desafios e adaptações de um novo conjunto de responsabilidades. Aprender novas tarefas, desenvolver novas habilidades ou lidar com um ambiente de trabalho diferente pode ser desgastante. A professora P2 observa que atualmente: *“são outras atribuições, mas continua sendo estressante do mesmo jeito, só que não é como estar na sala de aula, que você precisa estar passando o conhecimento o aluno, como eu te falei, eu tenho agora dificuldade de transmitir e também eu não preciso fazer isso lá na coordenação, por outro lado, é cansativo, é estressante.* (P2) compreendendo que as demandas são diferentes, porém, extenuantes.

Ela coloca que suas atividades permanecem excessivas e que há apenas uma realocação para outro setor da escola, em que as exigências escolares e tensões se fazem presente no próprio ambiente: *“você tem que estar sempre lendo, se atualizando, aí chega uma época que sua mente já não aguenta mais, às vezes mesmo que eu esteja aqui, trabalhando, fora de sala de aula, tem muita demanda.”* (P2), a participante acaba enfrentando dificuldades em realizar certas atividades e para lidar com as demandas do trabalho, que podem gerar frustração e um sentimento de inadequação.

Com a readaptação, às requisições do trabalho dos professores em geral se mantiveram exaustivas e penosas, entretanto, com obrigações diferentes: saíram as atividades pedagógicas para desempenharem outras funções, como coordenação e/ou como assessor pedagógico. A professora P2, colocou que o seu: *“trabalho continua sendo desgastante, porque tem dia que eu chego bem e tem outros que sinto uma dor aqui (nos ombros), que eu já sei que é de tensão”*, o acúmulo de tarefas, prazos e exigências pode gerar altos níveis de estresse nos docentes, assim como o professor P3 apresenta: *“agora é um mais trabalho burocrático, é o trabalho de fazer a conexão dos professores com a direção, dos alunos com a direção, dos pais com os professores, a questão do*

relacionamento dos professores com os pais também, porque às vezes tem que mediar até o conflito entre professores e alunos.” (P3).

A questão da burocracia foi evidenciada em vários relatos durante as entrevistas. Dentro da esfera política, o significado das palavras burocracia é literalmente o "poder da caneta ", caracterizada por fluxo lento de papéis, regras rígidas e procedimentos rotineiros, constatando alta demandas e atividades a serem cumpridas com a “execução de tarefas repetitivas, monótonas, sem sentido e com pressão de tempo” (ROSSI, 2010, p. 385). Salienta-se ainda a quantidade excessiva de procedimentos e processos administrativos que os professores precisam lidar no exercício de suas funções, isso inclui tarefas relacionadas à documentação, relatórios, registros, planejamento curricular, avaliações, entre outros aspectos administrativos que consomem tempo e recursos:

A questão burocrática, por exemplo, hoje está tendo uma avaliação, uma avaliação dos alunos, aí de repente eu já tenho esse outro tipo de avaliação (mostrando a papelada em cima mesa) que vai acontecer na quinta-feira, aí de repente vem um outro projeto que eu tenho na outra semana, então vem muitas coisas para fazer em pouco tempo, coisas que são para ontem. (P3)

A presença da burocracia no trabalho docente pode ter várias consequências negativas, os professores têm que dedicar uma quantidade significativa de tempo e energia para cumprir requisitos burocráticos, podem ficar desmotivados e perder o foco no ensino e na aprendizagem, como revela o professor P3, sobre buscar auxiliar os demais docentes e as demandas burocráticas: *“às vezes a gente até tenta ajudar, mas também às vezes não dá tempo, porque vem tanta coisa para fazer, tanto trabalho burocrático, que às vezes você faz mais trabalho burocrático do que trabalho pedagógico”.* (P3). A atenção é desviada para atividades administrativas em detrimento do desenvolvimento de estratégias pedagógicas, muitas vezes impõe procedimentos e políticas padronizadas que podem restringir a autonomia dos professores. Isso limita sua capacidade de adaptar o currículo e as práticas pedagógicas às necessidades e interesses dos alunos, bem como à sua própria expertise profissional. (GANDINI, 2010).

Fica claro que a readaptação funcional dos professores não sanou, nem mesmo amenizou a sobrecarga, mas foi deslocada para fora da sala de aula, em outros ambientes e funções. Apesar de todos os sofrimentos e vivências atribuídos pelos trabalhadores em relação ao trabalho, dois dos participantes puderam dar novos sentidos, buscando transformar a maneira como o trabalho é percebido e experienciado, atribuindo um novo significado, de modo a torná-lo mais satisfatório, significativo e alinhado com os valores e objetivos pessoais. Essa ressignificação envolve a busca por um propósito maior no

trabalho, uma conexão com valores pessoais e uma maior satisfação com as atividades realizadas.

Um novo sentido e ressignificado laboral

Dejours (2013), compreende que a ressignificação do trabalho envolve repensar a forma como as atividades laborais são organizadas e realizadas, buscando torná-las mais significativas, saudáveis e satisfatórias. Isso implica em promover mudanças nas relações de trabalho, nas condições laborais e na cultura organizacional, de forma a reduzir os fatores que causam sofrimento e promover as vivências de prazer dos trabalhadores. Esse processo é impulsionado pelo desejo de encontrar um equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, bem como a busca por um trabalho que seja gratificante e alinhado com os interesses e paixões individuais. Trata-se de uma resposta ao reconhecimento de que o trabalho tem um papel fundamental na vida e que pode ser transformado em uma fonte de realização.

A ruptura entre as atribuições do trabalho anterior e o atual, favorecem a produção que o educador produza novos sentidos para reconfigurações do trabalho cotidiano (RAMOS; TITTONI; NARDI, 2008) e ao ressignificar sua identidade profissional, o professor se sente mais vivo *“produzindo, eu não queria perder esse ambiente, de ter esse dia-a-dia, para mim é importante trabalhar, me sentir ativo”*. (P3) e pertencente ao ambiente, pois o trabalho vai além de um conjunto de atividades realizadas, ele precisa envolver o indivíduo na reflexão de sua realidade no intuito de transformar a sua volta e a si mesmo (MENDES; ARAÚJO, 2012).

Ao refletir sobre a sua realidade atual, *“achei importante essa saída da sala de aula, porque de uma certa forma eu consegui sair para ter um tempo para mim também”* (P3) entendendo que sua realocação laboral é importante para sua identidade como indivíduo, bem como para o seu provento *“eu estou em outra função e eu tiro meu sustento daqui”*. Arbex, Souza e Mendonça (2013), destacam que o trabalho não precisa estar somente para função ou suprimento das necessidades básicas de sobrevivência, mas, também abarcar uma realização pessoal satisfatória na concepção de valores e conhecimento inerente ao ofício de ensinar. Além da sua função, após a readaptação, passar a ter sentido o professor P3 identificou a importância dos vínculos estabelecidos no ambiente de trabalho para a sua existência, *“meus amigos estão aqui, a minha*

convivência, aqui é uma segunda casa para mim e eu não queria me desvincular e na verdade, nem ir para uma outra escola, porque aqui eu tenho vínculo, criei um vínculo... aqui eu me senti seguro, vontade, me senti confortável, então foi importante eu me readaptar. (P3)

Foi possível observar que este professor pode ressignificar o trabalho através do processo de readaptação, apesar de todos os percalços que tinha passado, como os problemas nas condições de trabalho, a jornada excessiva de trabalho, os problemas com alunos, as crises de ansiedade que o debilitaram mentalmente, mas ainda assim, almejava se sentir produtivo *“porque na verdade eu não queria me aposentar”* (P3). Para Ramos, Tittoni e Nardi (2008), a readaptação permite que o professor produza novos sentidos para reconfigurações do trabalho cotidiano, propiciando que continue ativo e pertencente ao ambiente de trabalho que lhe é familiar, onde, ele continua *“produzindo, eu não queria perder esse ambiente, de ter esse dia-a-dia, para mim é importante trabalhar, me sentir ativo”*. (P3)

Percebe-se o ressignificado das novas funções diante da sobreposição do trabalho *“me adaptei bem a função, estou bem-adaptado à função, às vezes eu saio cansado daqui, saio com a cabeça até assim coçando, mas não saio com aquele trauma “ahh amanhã eu tenho que voltar lá de novo”* (P3). Contou que vai buscando os conhecimentos pertinentes à sua nova função (...) *eu estou fazendo outras coisas, estou fazendo outras funções que não é dar aula e nessa nova função tem coisas que são novidades, que eu vou aprendendo”* bem como estabelecendo os vínculos nas relações intrapessoais, estabelecendo vínculos e confiança no atual trabalho que executa *“com a readaptação eu consegui administrar as coisas, tanto é que o pessoal confia em mim aqui, às vezes a diretora sai e eu consigo resolver alguns conflitos, do dia a dia da escola”* revelando uma nova forma de olhar para a sua nova função laboral. (P3), revelando uma nova forma de olhar para a sua nova função laboral.

O seu discurso salientou que, em meio às adversidades encontradas antes e durante o processo de readaptação, ele ressignificou o seu papel na escola com um novo olhar diante do seu sofrimento em sala de aula *“eu sabia também que naquele momento eu não estava em condições de dar aula, então é uma maneira de eu estar trabalhando”* (P3). Observamos que a readaptação funcional pode proporcionar ao professor P3, um senso de identidade, dando a ele um papel definido na sociedade e uma sensação de pertencimento e de contribuição.

Dentro dessa perspectiva, é notório como o trabalho desempenha um papel

fundamental na construção da identidade pessoal e social dos indivíduos. Ele pode ser uma fonte de realização e satisfação, proporcionando um senso de propósito e significado. Com as entrevistas podemos verificar que há uma ressignificação no contexto laboral, como pontua a professora P1: “*Então eu falo que eu consegui, que eu consegui superar, ressignificar todo o sofrimento, hoje eu consigo trabalhar bem, ocupar um certo cargo de chefia... da época que eu trabalhava na escola para a época que eu passei a ser readaptada, eu me encontrei mais como readaptada*”, mostrando que a readaptação funcional foi importante para ela conseguir dar continuidade na docência. Porém, o sofrimento ainda permanece, decorrente das hostilidades nas relações socioprofissionais, estigmas e medicalização, presentes em todo o processo, mas que não deixaram de permitir esse novo sentido.

Relações Socioprofissionais

A relação socioprofissional no ambiente de trabalho tem se modificado significativamente desde o desenvolvimento industrial, cujo foco estava na divisão entre planejar e executar o trabalho. O reconhecimento da competência do trabalhador pelos seus pares e pela hierarquia tornou-se uma mobilização subjetiva permitindo a transformação do sofrimento a partir de uma operação simbólica: o resgate do sentido do trabalho pelo trabalhador. (MENDEZ; PAZ; BARROS, 2003).

A hierarquia é um aspecto comum em muitos ambientes de trabalho e pode desempenhar um papel significativo nas dinâmicas e nas relações entre os trabalhadores. Ela pode afetar a distribuição do poder, a tomada de decisões, as oportunidades de promoção, a autonomia no trabalho e o acesso a recursos. Entretanto, se a hierarquia for rígida e autoritária pode contribuir para a criação de um ambiente de trabalho onde os trabalhadores sintam falta de autonomia, sejam submetidos a altos níveis de controle e pressão, e enfrentam dificuldades para expressar suas opiniões e contribuições. Isso pode levar a um aumento do estresse, da insatisfação e do sofrimento no trabalho. (DEJOURS, 1987).

Nas instituições educacionais há uma hierarquia entre a equipe gestora – diretores, vice-diretores e pedagogos – com os professores de sala de aula e os readaptados. Foi constatado em algumas situações, disparidades nas relações entre os gestores e os docentes readaptados. O maior problema para a professora P1, quando ocorreu a sua

realocação laboral, estava na relação com o seu gestor que, por vezes, *“eu não queria ir nem para levar o atestado médico da readaptação, licença, mandava alguém levar, que eu não queria, não queria olhar a cara da diretora, porque vai tratando mal, né?! Então eu nem queria ir para isso”*. Uma organização do trabalho desfavorável pode apresentar assédio moral, falta de participação nas decisões, pressão por resultados excessivos e falta de reconhecimento, gerando conflitos e adoecimento.

A equipe diretiva chegou ao extremo quanto ao tratamento despendido aos docentes expondo-os ao constrangimento chegando ao assédio moral *“eu tive problema, foi em uma escola do município, porque a diretora não queria saber de professor readaptado, não queria que eu fizesse nada lá, apesar de eu ter sido supervisora dela durante um ano... (P1)* associado à atitudes de assédio moral, os superiores, extrapolam em atitudes inadmissíveis para uma educadora *“tinha muito assédio da parte dela e eu chamava muito a atenção dela com relação a isso, ela gritava, xingava professor no corredor. Já em uma outra escola, como readaptada me dava super bem com o diretor, com toda a equipe (P1)*.

Ferreira (2009) destaca que o assédio moral é um fenômeno complexo que envolve relações de poder, dinâmicas interpessoais e impactos na saúde mental dos trabalhadores. Não é apenas uma questão individual, mas também é influenciado pelo contexto organizacional e pelas condições de trabalho. E, pode surgir em ambientes de trabalho onde há uma cultura organizacional tóxica, nas quais as relações de poder são mal distribuídas e as condições de trabalho são adversas. Ele destaca que o assédio moral pode ter consequências graves para a saúde mental dos trabalhadores, acarretando no aumento do estresse, ansiedade, depressão e até mesmo ao suicídio em casos extremos.

Quando o assédio moral se institucionaliza, principalmente no ambiente de trabalho, várias condutas e situações se tornam recorrentes com episódios humilhantes e constrangedores, repetidos e prolongados dos superiores em relação aos readaptados (HELOANI, 2005). Era o que acontecia entre a professora P1 e o diretor da escola em que ela trabalhava, *“fazia questão de falar que eu era readaptada, que eu não tinha aguentado mais e isso fazia com que os gestores não gostassem desse discurso” (P1)*, subjulgou a capacidade laboral dela devido *“a minha dificuldade aconteceu em 2013 por conta da troca de gestor, a outra gestora não gostava de professor readaptado, falava que já tinha uma readaptada, ter duas, três não ia dar muito certo.”* O constrangimento era recorrente fortalecendo uma relação mais cruel e injusta com o educador (HELOANI, 2005), *“era mais constrangedor, era em relação a direção da escola... porque mesmo*

readaptada eu tirava licença, então não gostavam, tinha os comentários que você só ficava doente. Chegaram até de me perguntar como que fazia para tirar licença médica, como que fazia para ser readaptada” (P1).

Quando ocorreu a troca da equipe diretiva da escola, as mudanças não foram fáceis pois, to mudança requer um gasto de energia para a adaptação e, algumas vezes, causa um distanciamento entre os pares *“meu problema foi quando trocou a direção, porque eu estava em outra direção, aí teve uma sindicância e depois por eu ser vinculada ao diretor anterior, ela falou que não tinha horário” (P1).* Por vezes, a sociedade contemporânea se mostra indiferente *“ao sofrimento do outro (...) não abraça e acolhe os trabalhadores adoecidos criando uma atmosfera de intolerância e segregação” (BARRETO; HELOANI, 2015, p. 152)* e diante desse cenário, os vínculos estabelecidos no ambiente de trabalho que são fundamentais para o trabalhador acabam por se desfazer rompendo o alicerce dos valores do indivíduo.

Entretanto, quando a equipe gestora é mais receptiva e empática com relação ao trabalho do readaptado, o trabalho flui, gerando segurança nas relações socioprofissionais, os *“chefes são tranquilos aqui, diferente das outras escolas que eu trabalhei, porque aqui a gente tem um diálogo, talvez porque a gente se conhece tem muito tempo e graças a Deus que eu tive amigos que me acolheram, se eu não tivesse eu não estaria com o meu emprego” (P3),* a professora P1 também encontrou a reciprocidade pela equipe diretiva para realizar o seu trabalho, *“como readaptada me dava super bem com o diretor, com toda a equipe.” (P1).* Uma hierarquia mais flexível e colaborativa, baseada em relações de respeito e confiança, pode promover um ambiente de trabalho mais saudável e satisfatório. Isso permite uma maior participação dos trabalhadores nas decisões, um melhor fluxo de comunicação e um senso de valorização e reconhecimento.

Olarte (2022) coloca que o posicionamento da equipe diretiva da instituição é importante para institucionalizar o sentimento de pertencimento e de identidade de quem ensina ao ambiente escolar em que atua, pois *“é a partir de a construção de espaços de discussão que os coletivos se fortalecem, as trocas acontecem e a identidade socioprofissional fortalece” (OLARTE, 2022, p. 50).* Nesta visão, a teoria psicodinâmica reconhece que o trabalho humano não desempenha um papel menor na constituição do indivíduo, pelo contrário, leva em conta que o trabalho pode estabelecer conexões sociopessoais importantes para compor a identidade do indivíduo.

É torna importante, no ambiente de trabalho, o fortalecimento dos vínculos sociopessoais para que se fortaleçam a empatia, a reciprocidade e a subjetividade humana

para que a hierarquia exista de forma salutar e gratificante e não o contrário correndo o risco de promover um ambiente de trabalho ditatorial. Os vínculos nas relações humanas são importantes para não desenvolver o assédio moral (HELOANI, 2005) nos ambientes de trabalho. Dependendo do posicionamento da equipe gestora, o local de trabalho pode se tornar um ambiente de acolhimento para o profissional da educação diante de atitudes e fatores como o reconhecimento do seu trabalho por meio de sua chefia direta.

Estratégias defensivas na readaptação funcional

As estratégias defensivas são desenvolvidas pelos trabalhadores como uma forma de proteção e podem variar de acordo com o contexto e as condições específicas de trabalho, utilizadas como mecanismo de enfrentamento diante de situações adversas e potencialmente prejudiciais à sua saúde mental. Os trabalhadores de alguma forma desenvolvem estratégias para que possam executar suas atividades diárias. Uma das estratégias defensivas laborais utilizadas é a hiperatividade profissional. Quando o trabalhador desenvolve, tarefas repetitivas, monótonas, fragmentadas ou sobrecarregadas, frequentemente, lançam mão de estratégias defensivas, como a de aumentar a velocidade de produção enquanto também praticam uma autoaceleração e hiperatividade laboral sendo estas estratégias de natureza individual ou coletiva (DEJOURS, 2008).

Para Dejours (2012), muitos trabalhadores podem descobrir a autoaceleração por conta própria como uma estratégia para lidar com a ansiedade, o medo, a preocupação que o ambiente de trabalho impõe aos educadores, por exemplo. Assim, a professora P1 utilizou (de forma inconsciente) desse mecanismo para desenvolver o seu trabalho de forma que seu desempenho fosse elevado. Conforme ela aponta: *“em uma outra escola, como readaptada me dava super bem com o diretor, com toda a equipe, falava que eu trabalhava muito mais que os coordenadores até”*. Esse ritmo acelerado, pode ser visto também uma armadilha na relação sem limites com as exigências do trabalho, em uma busca por reconhecimento, que raramente acontece. Logo, na procura para ser reconhecido, mais demandas acabam sendo aceitas (FREITAS, 2013).

Na tentativa de combater ou ocultar a ansiedade e a aflição, o sofrimento ainda assim permanece, porém, camuflado. O professor P3 utilizou como estratégia a antecipação da opinião do outro por meio do humor. Ele coloca que *“há, tem um estigma sim, porque...alguns até brincam “ahh você está bem, só quer ficar aí para não ir pra*

sala de aula”, aí eu falo “eu não sei, me jogaram aqui”, mas é porque eu gosto de tirar sarro mesmo, eu tiro sarro mesmo”. O humor pode ser considerado uma estratégia defensiva utilizada pelos trabalhadores para lidar com situações adversas no ambiente de trabalho, para ajudar a reduzir o estresse e aliviar a tensão emocional. Quando os trabalhadores enfrentam desafios, pressões ou situações estressantes, o humor pode ser uma maneira de desviar a atenção do problema imediato, permitindo uma perspectiva mais leve e descontraída.

Sendo assim, na impossibilidade de transformar o trabalho, o sofrimento se manifesta em comportamentos e condutas defensivos, ora individuais, ora coletivos, com o objetivo do indivíduo “[...] evitar, negar ou se adaptar aos conflitos e/ou sentimentos dolorosos, mantendo assim o equilíbrio psíquico” (MORAES, 2013, p. 153-157). Isso pode ajudar a minimizar o impacto emocional negativo dessas situações e facilitar a adaptação, mas ao mesmo tempo, pode mascarar as condições nocivas do ambiente de trabalho, pois as estratégias não são capazes de modificar os fatores geradores de sofrimento, além de promover a alienação, quando funcionam muito bem.

6.3 O SOFRIMENTO CONTINUA: EFEITOS DA READAPTAÇÃO

Durante o processo de readaptação, os professores passaram por várias situações que também fomentam o sofrimento já experienciado no ambiente de trabalho, conforme colocado anteriormente pela fala dos entrevistados, gerando uma estigmatização e medicalização.

Estigma

Os professores readaptados passam por diversos desafios, além do processo de readaptação causar sofrimento, ainda há a questão do estigma negativo referente ao adoecimento. Nos relatos dos participantes pode-se constatar ocasiões de desvalorização do trabalho, desconfiança com relação aos gestores e colegas de trabalho e falas preconceituosas. Ademais, é necessário acrescentar a forma como os docentes são tratados pela equipe de saúde quando realizam as perícias médicas, ocorrendo de maneira desrespeitosa e cruel. (AMARAL; MENDES, 2017).

A submissão ao meio de avaliação da perícia médica, faz com os professores vivenciem uma experiência de insultos e desumanidade. Por se tratarem de doenças mentais, o estigma aumenta, já que o sofrimento não é físico, visível aos olhos das pessoas. Seja pela falta de conhecimento ou pela desqualificação do adoecimento, muitas vezes, os médicos peritos atribuem aos professores, que buscam a readaptação, um sentido de má fé, estigmatizados como preguiçosos e falsos. A professora P1 relata sobre esses serviços de perícia médica: *“na maioria das vezes é muito complicado, porque eles cometem muito assédio, humilha o professor, às vezes o professor não tem condições e eles não deferem a readaptação, dizendo que ele tem condição de voltar.”* (P1), sujeitando-a a uma circunstância de ofensas e constrangimentos.

Ela inclui também o aspecto relativo ao descrédito desses profissionais: *“...já teve perito que ficou questionando se eu tomava mesmo aquele remédio, que eu poderia voltar, falando que já tem muito coordenado no estado, que eu deveria ficar em sala de aula.”* (P1). Logo, fica claro a inexistência das articulações entre a perícia (governamentais) e as propostas políticas de promoção e saúde que envolvam os trabalhadores, principalmente, os que solicitam a readaptação funcional devido aos transtornos mentais, frustrando as pessoas que requisitam seus direitos perante a lei: *“porque antes nós tínhamos a junta de saúde mental, passávamos por psiquiátrica, mas agora não está mais assim, então você passa por quem está lá, às vezes é ortopedista, ginecologista, não são da área, e fazem questão de não dar, então é assim.”* (P1)

Ressalta-se ainda, o fato dos peritos não se atentarem a questão do quão adoecedor pode ser o ambiente de trabalho, com a carga horária exorbitante, atividades burocráticas excessivas, relações interpessoais complicadas, etc., gerando dificuldade no estabelecimento sobre quais atribuições os readaptados devem desempenhar (NUNES, 2010). Para a docente P2, a concepção dos médicos peritos não entenderem e/ou não relacionarem o papel desempenhado na escola com o adoecimento mental, prejudica e provoca mais sofrimento ao trabalhador: *“quando veio a pandemia, eles suspenderam minha readaptação, porque eles alegaram que não tinha necessidade de eu estar readaptada, uma vez que era aula remota. Mas, como que eu... se meu problema é psiquiátrico e eu teria que gravar aula, como que eu iria fazer isso?!”*. (P2), salientado que naquele momento já estava angustiada, por estar passando pelo processo de readaptação, porém, ficou ainda mais intenso, provocando pânico e ansiedade.

A trajetória do professor readaptado é permeada por várias adversidades e o estigma concernente a esses profissionais não para por aí, adentram ao ambiente escolar,

nas relações socioprofissionais. Os afastamentos e licenças médicas eram comentadas pelos seus pares: “...até quando você tirava licença era ruim, porque as pessoas só falavam que você ficava doente, umas falavam “ahh ela é louca”, porque eu ia no psiquiatra que só tinha em Campo Grande.” (P1). A fala da professora P1 remete a uma problemática sobre o preconceito e incompreensão em relação à saúde mental, que acabam contribuindo para a exclusão e discriminação das pessoas com sofrimento psíquico, deixando-as mais vulneráveis.

Para tanto, a rotulação e estereótipo como “louco/doido” acerca dos docentes readaptados por transtornos mentais, estão presentes nos discursos de diversos profissionais na área da educação: “*tinha gente que falava “ahh vem cá sua doida”*” (P1), o que leva ao agravamento da condição de não pertencimento e de exclusão. A professora P1 narrou ainda que ao participar de uma eleição para concorrer a direção da escola, foi contestada diversas vezes por ser readaptada: “*inclusive pessoas falaram que a campanha foi muito suja, falavam “quem vai votar em você, que é uma louca”, que tratava com psiquiatra, que eu não iria saber me portar como diretora, então eu fiquei muito chateada*” (P1), mostrando como o estigma acarreta em efeitos negativos e deletérios na vida das pessoas.

Há inclusive um julgamento de que os docentes readaptados são pessoas preguiçosas, que não querem trabalhar, visto até mesmo como uma “malandragem”, inventando estarem doentes para não exercerem suas funções em sala de aula, como exposto pela docente P1: “*é estigma do preguiçoso, que não quer trabalhar, que solicita a readaptação para não fazer nada...*”, o professor P3 complementa: “*às vezes você não está bem mentalmente, mas as pessoas veem isso como preguiça, como malandragem e não é*”. Não consideram todo sofrimento vivenciado pelos professores, fazem comentários preconceituosos, menosprezando seu valor no grupo social, aos quais supostamente pertencem. A participante P2 evidência:

Tem muito estigma e o principal é esse de que é preguiçoso, que finge que está doente, acham que a gente está burlando para não trabalhar, fingindo, esse é o maior estigma do readaptado, que nós estamos tomando o lugar de quem quer trabalhar, se tem profissional readaptado, eles não colocam coordenador. (P2)

O estigma diz respeito à atitude e comportamentos negativos no que tange às pessoas com problemas, sobretudo, quando o assunto é saúde mental. Goffman (1963) corrobora e ressalta que o estigma tem uma característica relacionada ao descrédito do sujeito, reduzindo-o, como se fosse um defeito. Assim, os professores readaptados são

vistos como “diferentes”, com fraquezas que divergem das particularidades do grupo social. Neste caso, o fato de não estarem exercendo o magistério e afastados de suas funções originais, faz com que eles deixem de pertencer ao grupo social dos docentes, como a P2 pontua: *“muitas das vezes, eles veem a gente como um estorvo.”*

Essa concepção acarreta em um sentimento de inutilidade e depreciação do seu desempenho, uma verdadeira ruptura na identidade profissional (AMARAL; MENDES, 2017). A docente P2 complementa e elucida como acontece no contexto escolar: *“as pessoas olham você meio que, assim, sabe?! Como se eu não tivesse ativa, não te informam muito sobre as coisas, você não tem um lugar para ficar.”* (P2). Ela explica também que as pessoas não a reconhecem, não valorizam os readaptados, já que são considerados, por muitos, pessoas que não conseguem mais contribuir com o sistema educacional e que não fazem parte daquele coletivo. Na fala da professora P1 fica claro essa perspectiva: *“até mesmo a questão do reconhecimento, a valorização, não mencionava seu nome, nós éramos readaptados, fazíamos o mesmo papel do coordenador, mas só falava que era readaptado para menosprezar.”* (P2). Santos (2015) sinaliza as adversidades supracitadas no campo da readaptação:

O sentido da readaptação, então, é do espaço do adoecimento, do estigma, do isolamento e do esvaziamento do trabalho. Estes sentidos são permeados e tem como pano de fundo as vivências de violência na escola e como atribuem sentido a essas experiências. Percebemos que o sentido da violência passa pelo viés da precária condição de trabalho, das relações sociais deterioradas, da ausência ou dificuldade de reconhecimento de si e do outro nas relações. (SANTOS, 2015 p. 109).

O reconhecimento referente ao professor readaptado encontra-se afetado, no sentido que não há uma realização do “eu” no campo social, implicando diretamente na construção da identidade, que no momento, fica inviabilizada, pois estão, em sua maioria, excluídos do seu meio social. Dejours (2011) esclarece que o reconhecimento diz respeito uma retribuição moral e simbólica proveniente da contribuição dada pelo sujeito à organização do trabalho, mediante o engajamento de sua inteligência e subjetividade no trabalho.

Contudo, os docentes readaptados, julgados por seu saber-fazer, não são reconhecidos por seus pares e nem pela qualidade do trabalho, tendo em vista que o estigma prevalece diante das conjunturas no ambiente laboral, como apresentado pela professora P1 sobre a concepção que os demais profissionais têm relativo a readaptação: *“a visão que eles têm de que o profissional readaptado é de uma pessoa doente, que não*

pode fazer nada e não é isso, ele pode ser aproveitado, pode ser útil dentro da escola.” (P1), perpassando o julgamento do um ser sem funcionalidade para o contexto escolar e, como consequência, desestabiliza a identidade do sujeito, quando na verdade, dentro de suas limitações, pode desempenhar outras incumbências com excelência. Assim, observamos o quanto o estigma prejudica a vida do sujeito, desencadeando mais sofrimento do que já vivencia em sua história.

Medicalização

Pode-se dizer que a medicalização faz parte do processo da readaptação funcional, um fator que demanda atenção. O docente, procura ajuda médica somente no limite de suas forças, quando a situação de angústia ou de sofrimento fica insuportável e outros mecanismos de defesas, já não dão conta (BRITO *et al.*, 2001). Os professores relataram o uso da medicação, a fim de aplacar o sofrimento que os transtornos causavam. A professora P1 coloca que, a dificuldade com relação ao uso dos medicamentos e para conciliar com a rotina do campo da educação, *“na época o que mais era difícil para mim, quando estava readaptada [sem estar cedida para outra secretaria], era a questão da medicação, porque eu tomava uns remédios muito fortes e para acordar no horário cedo eu não conseguia, sabe?! (P1)*

Para Dantas (2009, p. 564), *“o psicofármaco aparece como uma solução técnica para eliminar nossas inquietações, diante de uma sociedade que nos impõe a necessidade de estar na condição de felicidade permanente”,* circunstância impossível de ser alcançada, ainda mais em contextos precários e intensos como aos que os docentes trabalham. Muitas vezes, em busca para continuar com os afazeres diários ou dar conta das condições corriqueiras, os professores recorrem a diferentes tratamentos: *“além de ir ao psiquiatra, dos remédios que eu tomo, dos três tipos de remédio, eu ainda faço terapia” (P3).*

Facci e Esper (2020, p. 61) afirma que *“o uso de medicamentos para a manutenção e a permanência no trabalho é uma evidência de que o trabalho perdeu sua função de humanização e, ao contrário, provoca “deformações” no sujeito”.* Isto é observado na verbalização da professora P2 quando *“a dificuldade é mais relacionada ao cansaço, por conta dos remédios, aí você fica mais limitado, por exemplo, tem dia que eu sento ali, quando eu vejo, já estou dormindo.” (P2).* Brzozowski e Caponi (2014), igualmente,

analisam que a medicalização das questões sociais leva à naturalização da vida e dos processos sociais que permeiam o comportamento dos indivíduos “*eu chego em casa e minha mente não pára, aí eu deito assim... e fico pensando, pensando, pensando, por isso que eu tomo remédio, às vezes eu estou tão acelerada que quando eu me deito sinto toda aquela tensão*” (P2), o medicamento também é utilizado como uma “válvula de escape”, para atenuar sofrimento decorrente do ambiente de trabalho, uma fuga dessa realidade nefasta.

O adoecimento e o uso de medicamentos não está relacionado somente às questões laborais, nem tão pouco exclusivamente deles, mas há um sinal de alerta sobre o processo de medicalização entre eles. E, quando ocorre de maneira excessiva pode levar a uma visão reducionista dos problemas e dificultar a compreensão de fatores sociais, psicológicos e ambientais relevantes para a saúde e o bem-estar. É importante considerar as questões que permeiam o sofrimento do docente, para não criar expectativas irrealistas de soluções rápidas através de medicamentos e a comercialização exagerada de produtos farmacêuticos.

7. CONCLUSÃO

O presente estudo evidenciou a ligação entre as reformas educacionais, que ocorreram nos anos 90, e os ajustes neoliberais, marcadas pelo modelo toyotista e flexível de gestão, acarretando na precarização do trabalho dentro do âmbito escolar. Leite (2017) discute que as precarizações do trabalho docente, juntamente com a competitividade e o produtivismo, se intensificam quando as transformações do mundo do trabalho são transportadas para a educação, caracterizadas pelas imposições e pressões exercidas através das organizações do trabalho, deixando os docentes mais suscetíveis ao sofrimento patogênico e ao adoecimento.

Assim, os professores apontaram alguns fatores organizacionais que contribuíram para o sofrimento psíquico, sobrecarga e aos transtornos mentais, levando à readaptação laboral. Foram pontuadas várias questões e situações, entre elas: a carga excessiva de trabalho e responsabilidades que os professores enfrentam, muitas vezes indo além do tempo e dos recursos disponíveis; relações interpessoais difíceis; classes superlotadas, com um grande número de alunos; infraestrutura inadequada; pressão externa, envolvendo as altas expectativas dos pais, diretores, colegas, comunidade e até mesmo

dos próprios alunos; imposições na busca por resultados acadêmicos, avaliações de desempenho e metas de ensino, que o sistema e as instituições de ensino estabelecem para os professores.

Os docentes sobrepõem suas demandas pedagógicas com atividades que por vezes não são vistas e nem tão pouco mensuradas. Essas demandas levaram as professoras P1, P2 e o professor P3 ao processo de readaptação e relocação laboral. Apesar de eles terem perspectivas e vivências laborais diferenciadas, os relatos apresentados foram parecidos. Ressalta-se que mesmo após a readaptação funcional, os docentes continuaram experienciando um percurso de sobrecarga, mas agora, fora da sala de aula, com as exaustivas atividades burocráticas. O sofrimento também se fez presente, decorrente de complicações nas relações socioprofissionais, falta de reconhecimento, descrédito, medicalização e estigma referente a readaptação.

O estigma docente readaptado, foi ressaltado em diversas falas, onde os professores foram vistos como “improdutivos” e “preguiçosos”, gerando sentimentos de frustração, desmotivação e dificuldade na reintegração no ensino. Para combater o estigma do professor readaptado, é fundamental promover a conscientização e a educação sobre a readaptação funcional e a inclusão de pessoas com deficiência ou limitações. Ademais, é importante implementar políticas e práticas inclusivas nas escolas, garantindo a acessibilidade física e proporcionando apoio adequado para o professor readaptado desempenhar suas funções de maneira eficaz.

Também houve relatos concernentes a relações de trabalho conflituosas, se manifestando de várias formas, como agressões verbais, intimidação, discriminação, assédio moral, exclusão social, entre outros comportamentos hostis. Os docentes enfrentam estereótipos por estarem readaptados no trabalho, devido às normas sociais e culturais que criam expectativas rígidas sobre o que é considerado um "professor ideal" e, muitas vezes, os sujeitos acreditam erroneamente que a readaptação é uma indicação de fraqueza ou incompetência.

Dentro dessa conjuntura, a abordagem de Christophe Dejours, denominada de Psicodinâmica do Trabalho (PdT) contribuiu para uma visão mais ampla e integrada da organização do trabalho, considerando não apenas os aspectos técnicos e econômicos, mas também os impactos sobre a saúde e a subjetividade dos trabalhadores. Por meio dela foi possível compreender as relações entre o trabalho e a saúde mental dos trabalhadores, ao analisar as dinâmicas psíquicas e organizacionais presentes no contexto educacional, que levaram ao sofrimento.

Foi possível verificar que as estratégias defensivas estão sendo utilizadas pelos docentes, já que elas buscam neutralizar o sofrimento para preservar minimamente a saúde e se manterem produtivos, a partir da percepção alterada da realidade, e como consequência, da avaliação a que estão submetidos. Ademais, esse fenômeno pode também estar mascarando a ideologia da excelência e do desempenho, presentes nas patologias sociais de sobrecarga, assim como todo sofrimento acarretado pelas situações de desgastes, tanto físico quanto emocional (SOBOLL, 2002).

Embora a trajetória dos docentes readaptados seja permeada pelo sofrimento patogênico, permanecendo até depois do processo de readaptação funcional. Dois participantes revelaram que conseguiram ressignificar seu ambiente de trabalho, se identificando enquanto docentes readaptados. Eles consideraram que a realocação para outra função, foi essencial, para que pudessem continuar nesta jornada da docência, pois não viam a aposentadoria como uma opção válida, sendo o trabalho o meio para continuar inseridos no âmbito escolar, mas afastado da sala de aula.

Tendo em vista o aspecto da promoção de saúde mental, sugere-se o uso da clínica do trabalho, proposta por Christophe Dejours e método próprio da Psicodinâmica do Trabalho (PdT), como possibilidade de engajamento e expansão da subjetividade dos trabalhadores na busca para promover um lugar de autonomia e de criação, de forma a potencializar a transformação e ressignificação das estratégias defensivas em mobilização criativa e de sublimação (MAGNUS; MERLO, 2015). E, políticas públicas de readaptação que levem em consideração não apenas as necessidades dos trabalhadores, mas também as condições de trabalho, as relações de trabalho e os fatores organizacionais que podem impactar a saúde mental dos indivíduos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República Federativa do Brasil. **Constituição Federal de 16 de julho de 1934 parágrafo 2º artigo 158**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em: 24 jan. 2021.

. Constituição (1967). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil** – 24 de janeiro de 1967. Brasília, DF: Fundação Projeto Rondon – Minter, 1986.

. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Seção II Dos Serviços Públicos**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 24 jan. 2021

. **Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960**. Capítulo X da readaptação. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/1950-1969/L3780.htm> Acesso em: 22 jan. 2021.

. **Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970**. Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5645.htm> Acesso em: 02 jan. 2021.

. **Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005**. Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc47.htm> Acesso em: 02 jan. 2021.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei nº 1102, de 10 de outubro 1990**. Seção X - da Readaptação. Disponível em: < <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=134974>> Acesso em: 02 fev. 2021

. **Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000**. Altera dispositivos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=136228#:~:text=Altera%20dispositivos%20da%20Lei%20n%C2%BA,Sul%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.>>> Acesso em: 03 jan. 2021.

. **Resolução/SED N. 3.216, DE 2 DE MARÇO DE 2017**. Dispõe sobre a lotação de professores readaptados, provisória ou definitivamente, nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.acpms.com.br/resolucao-sed-n-3-216-de-2-de-marco-de-2017-do-estado-9-362-de-06-03-2017-pags-03-e-04-lotacao-de-professores-readaptados-provisoria-ou>

definitivamente-nas-escolas-da-rede-estadual/ Acesso em: 25 jan. 2021.

AMARAL, G. A. **Escuta clínica do trabalho e (re)significação do sofrimento de professoras readaptadas**. 2018. 234 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

AMARAL, G. A.; MENDES, A. M. B. Readaptação profissional de professores como uma promessa que não se cumpre: uma análise da produção científica brasileira. **Educação em Revista**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 105–120, 2017. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/7417>. Acesso em: 07 mai. 2023.

AMARAL, G. A.; MENDES, A. M.; FACAS, E. P. (Im)possibilidade de mobilização subjetiva na clínica das patologias do trabalho: o caso das professoras readaptadas. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v. 19, n. 2, p. 1-14, ago. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692019000200002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 ago. 2022.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** (5th ed.). Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANTUNES, S. M. P. S. N. (2014). Readaptação e identidade docente: um relato de pesquisa. **Cadernos de Educação**, 13(26), 149-158. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/cadernosdeeducacao/article/view/5075/4278>> Acesso em: 14 jan. 2021.

ARBEX, A. P. S.; SOUZA, K. R.; MENDONÇA, A. L. O. Trabalho docente, readaptação e saúde: a experiência dos professores de uma universidade pública. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 263-284, 2013.

ARCOVERDE, *et. al.* Número de professores afastados por transtornos em SP quase dobra em 2016 e vai a 50 mil. **G1**, 21 de nov. de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/numero-de-professores-afastados-por-transtornos-em-sp-quase-dobra-em-2016-e-vai-a-50-mil.html>> Acesso em: 21 de jun. 2022.

ASSIS, A. C. P. **Compreensão do sentido de ser professor readaptado por transtornos psíquicos à luz da fenomenologia heideggeriana**. 2016. 102 fls. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

ATHAYDE, M. R. C. **Gestão de trabalho e modernidade**. Questões para a Engenharia de Produção. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.

BARBOSA, M. S. X. T. **Trabalho docente, readaptação funcional e identidade: um estudo de caso**. Dissertação (Especialização em Clínica Psicodinâmica do Trabalho e Gestão do Estresse) – Universidade de Brasília (Instituto de Psicologia), BRASÍLIA, 2014. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/9782/1/2014_MariadoSocorroXavierTravassosBarbosa.pdf> Acesso em: 28 jan. 2021.

BASTOS, A dos S. **Percepções e condutas do cotidiano laboral sob a ótica dos trabalhadores reabilitados profissionalmente**. 2015. 139f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

BIROLIM, M. M. *et al.* Trabalho de alta exigência entre professores: associações com fatores ocupacionais conforme o apoio social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 24, p. 1.255-1.264, jul. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/57hTLfPMCfKjGng44XjtYjn/?lang=pt>> Acesso em: 10 ago. 2021.

BRITO, J. *et al.* **Trabalhar na escola? Só inventando o prazer**. Rio de Janeiro: Edições Ipub, 2001.

BRZOZOWSKI, F. S.; CAPONI, S. **Da encefalite letárgica ao Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH): emergência e consolidação das explicações biológicas reducionistas**. Gavagai, v. 2, n. 2, p. 26–39, 2014.

CABRAL, A; SILVA, C. L. M; SILVA, L. F. L. Teoria do capital humano, educação, desenvolvimento econômico e suas implicações na formação de professores. IN. **Revista Principia**. IFPB, João Pessoa, p. 35-41, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/viewFile/1070/575>> Acesso em: 02 jun. 2021.

CARVALHO, C. M. M. **Precarização das condições de trabalho dos professores do ensino fundamental da Rede Estadual de Goiás**. 2014. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2014. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/1108>> Acesso em: 20 jan. 2021.

CELORIO, J. A. **Narrativas e Imaginários de Professoras Readaptadas: Rumo a uma Pedagogia da Observância**. 2015. 245 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

COELHO, A. D. F.; SÁ, E. B. F. de. O adoecimento docente e a readaptação funcional dos servidores públicos no município de Juiz de Fora. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.19, n.1, p. 234-249, jan./jul. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/27784/18982>> Acesso em: 30 de jun. 2022.

CORTEZ, P. A. *et al.* **A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente**. Cad. Saúde Colet. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v25n1/1414-462X-cadsc-1414-462X201700010001.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2021.

DANTAS, J. B. Tecnificação da vida: uma discussão sobre o discurso da medicalização da sociedade. Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 21 – n. 3, p. 563-580, Set./Dez. 2009. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/52796/1/2009_art_jbdantas.pdf. Acesso em: 18 mai. 2023.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1987.

DEJOURS, C. **Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações**. In: CHANLAT, Jean-François (Org.). O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

DEJOURS, C. Ativismo profissional: masoquismo, compulsividade ou alienação? In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (org.). **Christophe Dejours**: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. 2a ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, Brasília: Paralelo 15, 2008. p. 187-216.

DEJOURS, C. **Psicodinâmica do trabalho e teoria da sedução**. Psicologia em Estudo, n. 17, v. 3, p. 363-371, 2012.

DEJOURS, C. A sublimação, entre sofrimento e prazer no trabalho. **Revista Portuguesa de Psicanálise**, Lisboa, Portugal, v. 33, n. 2, p. 9-28, 2013.

FACCI, M. G. D.; URT, S. C.; BARROS, A. T. F. **Professor readaptado: a precarização do trabalho docente e o adoecimento**. Psicologia Escolar e Educacional, 22(2), p. 281-290, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572018000200281&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 02 fev. 2021.

FACCI, M. G. D.; ESPER, M. B. S. B. Adoecimento e medicalização de professores universitários frente a precarização e intensificação do trabalho. **Movimento-revista de educação**. v. 7, n. 15, 23 dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/42453/27639>. Acesso em: 07 mai. 2023.

FARIAS, J. V. de; MIGUEL, J. R. Readaptação Funcional: Uma voz silenciada no canto da Escola / Functional Readaptation: A Silenced Voice In The School Corner. ID on line. **Revista de psicologia**, [S.l.], v. 13, n. 44, p. 301-332, fev. 2019. ISSN 1981-1179. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1620>>. Acesso em: 08 ago. 2022.

FERREIRA, C. L.; SILVA, A. B. da. O contexto atual da Educação: um desafio para o professor. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, vol.13, n.45, p. 1034-1042, 2019.

FERREIRA, J. B. **Perdi um jeito de sorrir que eu tinha**: violência, assédio moral e servidão voluntária no trabalho. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.

FERREIRA, J. B. **Trabalho, sofrimento e patologias sociais**: estudo com trabalhadores bancários e anistiados políticos de uma empresa pública. Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, Universidade de Brasília (DF), 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33529743.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2023.

FREITAS, L. G. Docentes, seu trabalho e a dinâmica de prazer-sofrimento. In: FREITAS,

L. G. (Coord.), **Prazer e Sofrimento no Trabalho Docente – pesquisas brasileiras**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 35-47.

FREITAS, L. G.; FACAS, E. P. Vivências de prazer-sofrimento no trabalho de professores. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 01, p.7-26, 2013.

FREUD, S. **O ego e os mecanismos de defesa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GANDINI, R. P. C. Burocracia. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em: <<https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/365-1.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2023.

GARCIA, M. M. A.; ANADON, S. B. Reforma educacional, intensificação e autointensificação do trabalho docente. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 63-85, jan./abr. 2009 63 Disponível em: <https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/1382/Reforma%20Educativa%20e%20autointensificacao%20do%20trabalho%20docente.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 mai. 2023.

GASPARINI, S. M; BARRETO, S. M; ASSUNÇÃO, A. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p.189- 199, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a03v31n2.pdf>> Acesso em: 03 fev. 2021.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo, SP: Loyola, 2007.

HELOANI, R. **Gestão e organização no capitalismo globalizado**. São Paulo: Atlas, 2003.

HELOANI, R.; BARRETO, M. M. S. **Violência, Saúde e Trabalho: a intolerância e o assédio moral nas relações laborais**. *Serviço Social & Sociedade*, v. 123, p. 544-561, 2015.

HELOANI, R. Assédio moral: a dignidade violada. **Aletheia**, Canoas, n. 22, p. 101-108, dez. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942005000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 jun. 2023.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

KRUGMANN, T. F. **Histórias de vida de professoras em processo de readaptação funcional**. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Psicologia), Campo Grande/MS:

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2015.

LANCMAN, S.; UCHIDA, S. Trabalho e subjetividade: o olhar da psicodinâmica do trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [S. l.], v. 6, p. 79-90, 2003. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25852>.> Acesso em: 15 de maio 2023.

LEMES, M. C.; CHIESSE, D. R. de P. Professor readaptado: perspectivas de proteção. **Revista de Direitos Sociais e Políticas Públicas**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 224 - 244, jan/jun. 2016.

LIMA, A. de M. R. **Do(c)entes readaptados: as vozes que ecoam no discurso**. 184f. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2016.

LIMA, F. P. A. Carga de trabalho. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

LIMA, I. C. dos S; CARVALHO, M. V. C. Os significados e os sentidos do mal-estar docente na voz de uma professora de início de carreira. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 16, n. 2, p. 295-312, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/5212>> Acesso em: 07 jan. 2021.

LIMA, K. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

LIMA, M. E. A. **A psicopatologia do trabalho: origens e desenvolvimentos recentes na França**. Brasília: Psicologia, Ciência e Profissão, v.18, n.2, p.10-15, 1998. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931998000200003> Acesso em: 20 jun. 2021.

LIPP, M. E. N.; MALAGRIS, L. E. N. O manejo do stress. In: RANGÉ, B. (Ed.). **Psicoterapia Comportamental e Cognitiva: pesquisa, prática, aplicações e problemas II**. Campinas: Fundo Editorial Psy, 1995. p. 279-292.

MACAIA, A. A. S. **Excluídos no trabalho? Análise sobre o processo de afastamento por transtornos mentais e comportamentais e retorno ao trabalho de professores da rede pública municipal de São Paulo**. [tese de doutorado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2013.

MACAIA, A. A. S.; FISCHER, F. M. Retorno ao trabalho de professores após afastamentos por transtornos mentais. **Saúde e Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 841-852, set, 2015.

MACEDO, C. S.; SOUZA, C. L. D.; THOMÉ, C. R. Readaptação de professores por dissonância na rede municipal de ensino de Salvador. **Revista Baiana Saúde Pública**, [S.l.], v. 32, n. 1, p. 72-84, 2008. Disponível em: <<http://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/viewFile/1386/1022>>. Acesso em: 9

ago. 2022.

MACÊDO, K. B. **Sublimação**. In: Vieira, F. O.; Mendes, A. M.; Merlo, A. R. C. *Dicionário Crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho*. Curitiba: Juruá Editora, p. 439-443, 2013.

MARIANO, J. L. M. FERRO, E. G. A educação no contexto neoliberal: Milton Friedman e a negação da omnilateralidade. **Colloquium Humanarum** (Impresso), v. 7, p. 651-657, 2010. Disponível em: <<http://www.unoeste.br/site/pos/enapi/2010/suplementos/area/Humanarum/Ciencias%20Humanas/Educa%C3%A7%C3%A3o/A%20%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20NO%20CONTEXTO%20NEOLIBERAL%20MILTON%20FRIEDMAN%20E%20A%20NE%20GA%C3%87%C3%83O%20DA%20OMNILATERALIDADE.p%20NEGA%3%87%C3%83O%20DA%20OMNILATERALIDADE.pdf>>. Acesso em 30 de jun. de 2021> Acesso em: 30 de jun. 2022.

MARTINS, L. Os "sentidos do trabalho" docente universitário em tempos neoliberais. **Revista da UFG**, ano 7, n. 2. dez. 2005. Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/E-sentidostrabalho.html> Acesso em: 28 jun. 2021.

MASLACH, C., SCHAUFELI, W. B., & LEITER, M. P. **Job Burnout**. *Annual Review of Psychology*, 52, 397-422, 2001.

MEDEIROS A. M. de. **Disfonia e condições de trabalho das professoras da rede municipal de Belo Horizonte** [Tese]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

MEDEIROS, A. M. Disfonia ocupacional docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

MEDEIROS, R. C. F. **Para uma ecologia (mais) humana do professor readaptado**. 2010. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MENDES, A. M.; ARAÚJO, L. K. R. **Clínica da psicodinâmica do trabalho: o sujeito em ação**. Curitiba: Juruá, 2012.

MENDES, A. M. **Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MENDES, A. M.; Paz, V. C.; Barros, P. C. Estratégias de enfrentamento do sofrimento no trabalho bancário. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, 3(1),38-48, 2013.

MENDES, M. L. M. A precarização do trabalho docente e seus efeitos na saúde dos professores da rede Municipal de ensino do Recife. **Hum@nae: Questões controversas do mundo contemporâneo**, v. 9, n. 1, 2015, 1-18. Disponível em: <<http://humanae.esuda.com.br/index.php/humanae/article/view/202.>> Acesso em: 17 jan. 2021.

MINAYO, M. C. S. A violência social sob a perspectiva da Saúde Pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 7-18, 1994.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORAES, R. D. Estratégias defensivas. In: VIEIRA, F. O.; MENDES, A.M.; MERLO, A. R. C. **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013.p 153-157.

MORENO, D. H.; DIAS, R. S.; MORENO, R. A. Transtornos do humor. In: LOUZÃ NETO, M.R.; ELKIS, H. **Psiquiatria básica**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

NASSIF, L. E. Origens e desenvolvimento da Psicopatologia do Trabalho na França (século XX): uma abordagem histórica. **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, v. 8, p. 79-87, 2005.

NEPOMUCENO, F. G.; DUARTE, A. R. Identidade profissional e o estigma social do professor readaptado. **Revista Ciências Humanas**, [S. l.], v. 10, n. 1-1, p. 24-33, 2017. <Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/378>> Acesso em: 7 set. 2022.

NERIS, M. A. L. **Representações Sociais da Identidade de Docente Readaptado no Magistério Público do Distrito Federal**. 2018. 132 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2018.

NUNES, B. O. **O sentido do trabalho para merendeiras e serventes em situação de readaptação nas escolas públicas do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências), Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2000.

OLARTE, Z. V. L. **Vivências e desafios de professoras readaptadas na cidade de Corumbá/MS**. Pós-Graduação em Educação – Mestrado. Universidade federal do Mato Grosso do Sul – CPAN, Corumbá/MS, 2023.

OLIVEIRA, A. F. de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, Adão F. de; PIZZIO, Alex; FRANÇA, George. (Orgs.) **Fronteiras da educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Goiás: Editora da PUC Goiás, p. 93-99, 2010. Disponível em: <<https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>> Acesso em: 27 jun. de 2021.

OLIVEIRA, D. A. **A Reestruturação do Trabalho Docente: Precarização e Flexibilização**. In: Educação. Soc., Campinas: Vol. 25, n 89, p. 1127-1144, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/NM7Gfq9ZpjpVcJnsSFdrM3F/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 28 de jun. 2021.

OLIVEIRA, R. M. de. “**Atende á que é readaptada da tarde!**” Sentidos-e-significados do trabalho do professor em readaptação. 216f. 2018. Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

PENTEADO, R. Z.; NETO, S. S. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. **Saúde Soc.** vol.28 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2019. Disponível em:<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902019000100010>. Acesso em: 07 mai. 2023.

PROTOCOLO DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL E TRABALHO/organizado por Suerda Fortaleza de Souza/SESAB/SUVISA/DIVAST/CESAT - Salvador: DIVAST, 2014.

RAMOS, M. Z.; TITTONI, J.; NARDI, H. C. A experiência de afastamento do trabalho por adoecimento vivenciada como processo de ruptura ou continuidade nos modos de viver. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 209-221, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25781>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

ROCHA, V. M. da; FERNANDES, M. H. Qualidade de vida de professores do ensino fundamental: uma perspectiva para a promoção da saúde do trabalhador. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, n. 57, v.1, p. 23-27, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S004720852008000100005&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 07 jan. 2021.

RODRIGUES, P. E. B.; CALHEIROS, M. I. M. Q. Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho no Brasil e a Psicodinâmica do Trabalho. **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 6, n. 16, p. 551-601, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.25113/farol.v6i16.4144>>. Acesso em: 05 jun. 2023.

RODRIGUES, K. G. F. C.; SANTOS, C. R. N. Readaptação dos Professores em Bibliotecas Escolares Públicas no Brasil: Uma Reflexão Psicológica sobre a Autoestima. Id on Line. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 11, n. 34, p. 281-304, fev., 2017.

ROIK, A.; PILATTI, L. A. Psicodinâmica do trabalho: uma perspectiva teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 29, Salvador, 2009. **Anais.** Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2009_tn_sto_105_696_14074.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

ROSSI, V. R. **Ser-ninguém:** um estudo de caso sobre a readaptação funcional na perspectiva da psicodinâmica do trabalho. 2018. 253 f. Dissertação (Programa Stricto Sensu em Psicologia) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018.

ROUBIK, C. F. **Transtorno do Pânico:** uma visão geral da doença e tratamentos disponíveis. 2021. no. f. 43. Trabalho de Conclusão de Curso de Farmácia Bioquímica – Faculdade de Ciências Farmacêuticas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

SANTIAGO, E. O Ambiente de trabalho, as estratégias de defesas e suas implicações na

construção da identidade do trabalhador. Encontro: **Revista de Psicologia**. São Paulo, vol.16, n. 25, p.9-29, dezembro de 2013. Disponível em: <<http://revista.pgsskroton.com.br/index.php/renc/article/download/2429/2328>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SANTOS, L. M. **O sentido da readaptação atribuído pelas professoras**. Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado. Universidade federal do Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS, 2015. 136f. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/2459/1/LUCIANA%20MARQUES%20DOS%20SANTOS.pdf>.

SANTOS, N. S.'A. M. dos. **Quando os dados oficiais revelam condições de trabalho: análise dos agravos à saúde de professores das escolas públicas do Município de São Paulo**. 2004. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-18012022-222239/publico/MTR_1339_Santos_2005.pdf> Acesso em: 21 jun. 2022.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SCHMIDT, M. L. et al. Clínica do trabalho com professores readaptados na abordagem da psicodinâmica do trabalho. **Psic., Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 21, n. 1, p. 22-28, abr. 2020. Disponível em <http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862020000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 ago. 2022.

SED, Secretaria Do Estado de Mato Grosso do Sul. **ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO PODER EXECUTIVO**, de 15 de outubro de 1990. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572012000100009&script=sci_arttext> Acesso em: 28 jan. 2021.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, F. G. (2011). O professor e a educação: entre o prazer, o sofrimento e o adoecimento. **Revista Espaço Acadêmico**, 124, 57-66. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/14380/7735>> Acesso em: 15 jan. 2021.

SILVA, G. A. S. **Readaptação funcional de professores da rede municipal de educação de Belo Horizonte: um estudo introdutório**. 2020. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

SILVA, K. F. **Professores em readaptação funcional da rede municipal de Belo Horizonte: a desarticulação das políticas públicas como fator agravante do adoecimento**. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SOUZA, S. Z. Avaliação de desempenho do professor. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo

Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <<https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/362-1.pdf>>_Acesso em: 07 mai. 2023

SPITZ, C. Para não calar a voz dos nossos professores: um estudo das desordens vocais apresentadas pelos professores da rede pública municipal do Rio de Janeiro. [Dissertação]. Rio de Janeiro, RJ: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Mestrado em Ciências; 2009.

SZNELWAR, L.; UCHIDA, S. Ser auxiliar de enfermagem: um olhar da psicodinâmica do trabalho. **Prod.**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 87-98, dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010365132004000300010&lng=pt&tlng=pt> Acesso em: 15 jan. 2021.

VIEIRA, F. de O. (org.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho.** / organização de Fernando de Oliveira Vieira, Ana Magnólia Mendes, Álvaro Roberto Crespo Merlo. Curitiba: Juruá, 2013.

VIEIRA, J. D. B. **Pesquisa sobre saúde e condições de trabalho dos (as) profissionais da educação básica pública.** Relatório. CNTE-Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Brasília, 2007. Disponível em: https://www.cnte.org.br/images/stories/2018/relatorio_pesquisa_saude_completo.pdf Acesso em: 22 de jun. 2022.

VIEIRA, R. C. **Readaptação Funcional de Professores no Serviço Público: a organização como determinante de conflitos intersubjetivos e dramas pessoais.** 2013. 118f. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

TAMAYO, Á., MENDES, A M. **Valores e vivências de prazer-sofrimento nas organizações.** In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Foz do Iguaçu. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: ANPAD, 1999.

TEIXEIRA, I. A. C. Carga horária de trabalho. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente.** Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/74-1.pdf>_Acesso em: 05 jun. 2023.

TOKARNIA, M. Problemas de saúde ainda afasta professores de sala de aula. **EBC – Empresa Brasil de Comunicação.** 2015. Disponível em < <<http://www.ebc.com.br/educacao/2015/10/saude-do-professor-estiligada-boas-condicoes-de-trabalho-diz-cnte>>. Acesso em 22 de jun. 2022.

XAVIER, A. A. **Violência estrutural no trabalho docente.** 165f. 2015. Dissertação. Mestrado Profissional. Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

ANEXO A – FICHA DE IDENTIFICAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL/SUAP/SED
COORDENADORIA DE DIREITOS FUNCIONAIS/CODIF/SUAP/SED

Protocolo n. ____/____/____

Data: ____/____/____

Atenção! A ficha, cópia do holerite e a cópia do Boletim de Inspeção Médica deverão ser escaneados e encaminhados via CI – EDOC, exclusivamente para SUAP – Superintendência de Administração de Pessoal.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO – PROFESSOR READAPTADO

Nome: _____

Endereço: _____ N. _____

Bairro: _____ Município: _____ UF: _____

CEP: _____ Telefones: _____ / _____

Cargo: _____ Matrícula: _____

Carga Horária: () 20h () 20h + 20h () 40h () 36h

CPF: _____ Email: _____

Disciplina Objeto de Concurso/Etapa de Ensino: _____

Data da Entrada em Exercício: _____

Lotação: _____ Código: _____

Município: _____ UF _____

Readaptado: () Provisoriamente () Definitivamente

Início da Readaptação: ____/____/____ (Dia/Mês/Ano).

Função exercida atualmente na Unidade Escolar:

_____ - MS, _____ de _____ de 2017.

Assinatura

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL (SED/MS)



Ofício n. 2513/CFOR/GAB/SED/2021

Campo Grande/MS, 6 de Julho de 2021.

Senhor Coordenador,

Em atenção à solicitação de autorização, de 22 de junho de 2021, e consoante documentação apresentada, informa-se que não há impeditivo à realização da pesquisa "*Sofrimento psíquico: um estudo com professores(as) readaptados(as) da Rede Estadual de Ensino em Corumbá e Ladário/MS*", a ser realizada pelas mestrandas Daniella Moreira Lima e Vanessa Catherina Neumann Figueiredo.

Segundo o projeto de pesquisa, o *corpus* será construído a partir de questionário para coletar dados sobre o perfil sociodemográfico do professor e entrevistas semiestruturadas, *in loco*, nas escolas urbanas localizadas nos municípios de Corumbá e Ladário/MS.

Para essa finalidade, devem ser observados, no período de realização da pesquisa, os indicadores do Comitê Gestor do Programa de Saúde e Segurança na Economia (PROSSEGUIR) para os municípios citados, evitando-se dessa forma a contaminação, por Covid-19, das pesquisadoras e professores participantes.

Ademais, reiteram-se as seguintes orientações sobre o desenvolvimento da pesquisa, para que seja possível sua realização nas escolas da REE/MS:

-Aprovação do gestor das escolas e entendimento prévio das partes envolvidas, no sentido de preservar a rotina da instituição, de modo a evitar qualquer alteração decorrente da realização das ações;

-Os profissionais que participarão da pesquisa necessitam ter conhecimento de todas as atividades que serão realizadas e autorizar formalmente a participação;

-Ocorrências não previstas, durante a realização das ações programadas, devem ser relatadas para que sejam tomadas as medidas necessárias.

Considerada a importância do trabalho a ser desenvolvido, a SED sugere que, ao final, os resultados da pesquisa sejam compartilhados para posterior análise e possíveis encaminhamentos.

Ao Senhor
 Prof. Dr. FABIANO ANTONIO DOS SANTOS
 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Unidade III
 Rua Domingos Sahib, n. 99, Bairro Cervejaria, Caixa Postal 252
 79.300-130 - CORUMBÁ/MS

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Unidade III - UFMS
 Elaborado por: tmishima Este ofício possui anexo(s)
 Encaminhado ao(s) email(s): ppge.cpan@ufms.br, cida.ste@gmail.com

Avenida Poeta Manoel de Barros, S/N, Parque dos Poderes Governador Pedro Pedrossian, Bloco V - CEP 79031350 - Campo Grande/MS - CNPJ - 02585924000122 - Telefone: (67)3318-2323 - Email: gfor.sedms@gmail.com

Assinado digitalmente por MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA:7245195872 - Hora do servidor: 06/07/2021 16:32:42
 Este documento é cópia do original. Para conferir o original, acesse o site www.edoc.ms.gov.br, e informe o código 0F03Z6595 na opção "Valide aqui seu documento"

Protocolo:

Data: ____/____/____



Ofício n. 2513/CFOR/GAB/SED/2021 - 2

Esta Pasta coloca à disposição a Coordenadoria de Psicologia Educacional e a Coordenadoria de Formação, para esclarecimentos adicionais, se necessário, por intermédio dos telefones (67) 3318-2326 e 3341-0462, respectivamente.

Atenciosamente,

MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA
Secretária de Estado de Educação
Assinado Digitalmente

Assinado digitalmente por MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA:72455195872 - Hora do servidor: 06/07/2021 16:32:42
Este documento é cópia do original. Para conferir o original, acesse o site www.edoc.ms.gov.br, e informe o código 0F0176595 na opção "Valide aqui seu documento".

Protocolo: _____

Data: ____/____/____

ANEXO C – AUTORIZAÇÃO DA COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO 3 (CRE-3/SED)

01/11/2021 15:58

Gmail - Solicitação de Informação



Daniella Moreira Lima <dmorlima@gmail.com>

Solicitação de Informação

2 mensagens

Daniella Moreira Lima <dmorlima@gmail.com>
Para: cre-corumba@sed.ms.gov.br

4 de agosto de 2021 11:15

Bom dia.

Meu nome é Daniella Moreira Lima, sou formada em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal - UFMS/CPAN e atualmente curso o Programa de Pós-Graduação (PPG) em Educação no mesmo campus, sob orientação da professora Dra. Vanessa Catherina Neumann Figueiredo, graduada em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Bauru, mestra em Sociologia pela UNESP/Araraquara e doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

Venho por meio deste, informar que a senhora Maria Cecilia Amendola da Motta, Secretária de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, autorizou o acesso aos dados referente aos professores readaptados através da Coordenadoria Regional de Educação 3 (CRE-3/SED), onde os municípios de Corumbá e Ladário são jurisdicionados, assim como, a concessão para realização de entrevistas semiestruturadas nas Unidades Escolares da Rede Estadual nos municípios supracitados, para a efetivação da pesquisa intitulada "Sofrimento psíquico: um estudo com professores(as) readaptados(as) da Rede Estadual de Ensino em Corumbá e Ladário/MS".

Desta maneira, solicito as informações ao CRE-3/SED, relativas às escolas e os dados dos professores readaptados de cada instituição.

A autorização foi assinada digitalmente e contempla nos anexos: Pré-projeto do PPG em Educação; ofício com o Termo de Autorização-TAI e o Termo de Compromisso para Utilização de Dados - TCUD, além do documento autorizando a pesquisa.

Para visualizar, acesse o link:

<https://www.edoc.ms.gov.br/cioficio/subsystems/comum/pages/validarAutenticacao/consultarAutenticacaoComViewPdf.jsf;jsessionid=dc72f1ffddb7f627eb0499c3567?dswid=-5918>

ou

<http://www.edoc.ms.gov.br/cioficio/subsystems/comum/pages/validarAutenticacao/consultarAutenticacaoComViewPdf.jsf>

Com o cód. de autenticação: **OF0176595** / Número do Documento: **2513**

Desde já agradeço por seu apoio e compreensão, certa de sua colaboração para o desenvolvimento desse projeto.

Atenciosamente,

Daniella Moreira Lima.

Coordenadoria Regional de Educação Corumbá <cre-corumba@sed.ms.gov.br>
Para: dmorlima@gmail.com

9 de agosto de 2021 12:18

Prezada Daniella,

Diante da solicitação, a CRE-3 autoriza sua entrada nas unidades escolares, para obter juntamente com a Direção Escolar, os dados dos professores para sua pesquisa, bem como outras informações que a gestão pode lhe oferecer em casa de dúvidas. Segue anexo o e-mail de todas as escolas de Corumbá e Ladário e seus respectivos telefone.

01/11/2021 15:58


Gmail - Solicitação de Informação

Coordenadoria Regional de Educação/CRE-3

----- Mensagem Original -----

De: "Daniella Moreira Lima" <dmorlima@gmail.com>**Para:** cre-corumba@sed.ms.gov.br**Enviado:** Wed, 4 Aug 2021 11:15:10 -0300**Assunto:** Solicitação de Informação

[Texto das mensagens anteriores oculto]

 **doc05589420210809161048.pdf**
314K

**APÊNDICE A- LEVANTAMENTO DE PRODUÇÃO: BIBLIOTECA DIGITAL
BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTB)**

Autor(a)	Instituição	Título	Ano	Tipo de Trabalho	Local	Objetivo
Medeiros, Adriane Mesquita de	Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG	Disfonia e condições de trabalho das professoras da rede municipal de ensino de Belo Horizonte	2006	Dissertação	Belo Horizonte/MG	“Conhecer o perfil dos professores em readaptação funcional definitiva por disfonia, determinar a prevalência e fatores associados à disfonia em professoras do ensino público fundamental diurno e a associação com fatores relacionados ao trabalho docente.” (MEDEIROS, 2006, p. 7).
Spitz, Christiane	Fundação Oswaldo Cruz	Para não calar a voz dos nossos professores: um estudo das desordens vocais apresentadas pelos professores da rede pública municipal do Rio de Janeiro	2009	Dissertação	Rio de Janeiro/RJ	“Avaliar diagnósticos, causas e critérios de readaptação funcional por problemas de voz de professores da rede pública municipal de ensino da cidade do Rio de Janeiro durante o ano de 2007.” (SPITZ, 2009, p. 7).
Medeiros, Rosana Carneiro Ferreira	Universidade de Brasília-UnB	Para uma ecologia (mais) humana do professor readaptado	2010	Dissertação	Brasília/DF	“Analisar e compreender como professores e professoras que passaram pelo Programa de Readaptação Funcional da SEDF vivenciaram essa experiência, identificando os processos de readaptação e de produção de novos sentidos dentro do espaço ecossistêmico da escola pública.” (MEDEIROS, 2010, p. 5).
Vieira, Rosemary Carrusca	Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG	Readaptação funcional de professores no serviço público: a organização como determinante de conflitos intersubjetivos e dramas pessoais	2013	Dissertação	Belo Horizonte/MG	“Analisar as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, em seu processo de readaptação funcional, visando, sobretudo, compreender as situações ou momentos desse processo que estejam relacionadas ao seu êxito ou não, assim como sua manifestação em

						dilemas e dramas pessoais.” (VIEIRA, 2013, p. 3)
Antunes, Sandra Maria Pateiro Salgado Noveletto	Universidade Metodista de São Paulo-UMESP	Readaptação Docente: trajetória profissional e identidade	2014	Dissertação	São Bernardo do Campo/SP	“Compreender e explicitar se existem ou não afastamentos de docentes com doenças de origem psíquica, de suas funções (readaptações) por motivos não meramente fisiológicos, mas que guardem natureza social, ou seja, se há uma causa social que provoque tal fenômeno no sistema educacional.” (ANTUNES, 2014, p. 7).
Macaia, Amanda Aparecida Silva	Universidade de São Paulo-USP	Excluídos no trabalho? Análise sobre o processo de afastamento por transtornos mentais e comportamentais e retorno ao trabalho de professores da rede pública municipal de São Paulo	2014	Tese	São Paulo/SP	“Conhecer e analisar os processos de afastamentos por Transtornos mentais e comportamentais (TMC) e o retorno ao trabalho (RT) em readaptação funcional, entre os professores da rede pública municipal de SP.” (MACAIA, 2013, p. 6).
Bastos, Ailine dos Santos	Universidade Estadual de Campinas	Percepções e condutas do cotidiano laboral sob a ótica dos trabalhadores reabilitados profissionalmente	2015	Dissertação	São Paulo/SP	“Caracterizar os trabalhadores reabilitados, verificar suas percepções e condutas a respeito do seu cotidiano de trabalho após serem reabilitados.” (BASTOS, 2015, p. 10).
Krugmann, Taís Francéli	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS	Histórias de vida de professoras em processo de readaptação funcional	2015	Dissertação	Campo Grande/MS	“Investigar a violência e suas diversas manifestações físicas, verbais, psicológicas e simbólicas no cenário escolar, que não somente se configuram como fonte causadora do processo de readaptação funcional docente, mas como uma problemática que se apresenta também quando estes professores exercem outras funções dentro da escola.” (KRUGMANN, 2015, p. 9).

Xavier, Adão Aparecido	Universidade Federal do Paraná	Violência estrutural e adoecimento docente	2015	Dissertação	Curitiba/PR	“Promover reflexões sobre a relação entre a violência estrutural e o adoecimento docente, bem como propor políticas públicas preventivas ao adoecimento psíquico e melhorias nas condições estruturais do trabalho docente.” (XAVIER, 2015, p. 8).
Celorio, José Aparecido	Universidade Federal de Pelotas-UFPEL	Narrativas e imaginários de professoras readaptadas: rumo a uma pedagogia da observância	2015	Tese	Pelotas	“Desvelar de que modo as narrativas de três professoras readaptadas (que não atuam mais em sala de aula) pudessem suscitar a criação de imagens simbólicas ou mesmo de imagens que levassem a outro modo de ser professora e, sobretudo, trazer à luz os imaginários e os sentidos sobre a readaptação.” (CELORIO, 2015, p. 12).
Silva, Karina Farias	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Professor em readaptação funcional da Rede Municipal de Belo Horizonte: a desarticulação das políticas públicas como fator agravante do adoecimento	2015	Tese	Belo Horizonte/MG	“Discutir a realidade dos professores em readaptação funcional na rede Municipal de Belo Horizonte.” (SILVA, 2015, p. 7).
Santos, Luciana Marques dos	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS	O sentido da readaptação atribuído pelas professoras	2015	Dissertação	Campo Grande/MS	“Conhecer e analisar o sentido da readaptação para professoras do ensino das redes municipal e estadual de Campo Grande/MS, no contexto da violência nas escolas.” (SANTOS, 2015, p. 8).
Lima, Angélica de Moreira Ribeiro	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS	Do(c)entes readaptados: as vozes que ecoam nos discursos	2016	Dissertação	Campo Grande/MS	“Pretendeu-se, a partir do acontecimento “professores readaptados” nas escolas da rede pública de Campo Grande/MS, refletir sobre as formas de adoecimento e os discursos que permeiam as práticas destes do(c)entes.” (LIMA,

						2016, p. 8).
Assis, Ana Claudia Petryszyn	Universidade Estadual de Londrina - UEL	Compreensão do sentido de ser professor readaptado por transtornos psíquicos à luz da fenomenologia heideggeriana	2016	Dissertação	Londrina/PR	“Compreender o significado do retorno à escola após afastamento definitivo como professor-readaptado por transtornos psíquicos.” (ASSIS, 2016, p. 8)
Amaral, Grazielle Alves	Universidade de Brasília - UNB	Escuta clínica do trabalho e (re)significação do sofrimento de professoras readaptadas	2018	Tese	Brasília/DF	“Analisar os modos de significação do sofrimento por meio da análise dos efeitos dos dispositivos de escuta clínica do sofrimento no trabalho sobre a mobilização subjetiva de professores readaptados.” (AMARAL, 2018, p. 8).
Neris, Marco Antonio da Luz	Universidade Católica de Brasília- UBC	Representações sociais da identidade de docente readaptado no magistério público do Distrito Federal	2018	Tese	Brasília/DF	“Investigar as representações sociais em interação com identidade social de docentes readaptados por parte de docentes regentes, gestores e docentes readaptados no contexto escolar da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF.” (NERIS, 2018, p. 6).
Oliveira, Rosemeyre Moraes de	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUCSP	“Atende aí que é a readaptada da tarde!” sentidos-e-significados do trabalho do professor em readaptação	2018	Tese	São Paulo/SP	“Compreender de forma crítica os sentidos-e-significados do trabalho para o professor readaptado” (OLIVEIRA, 2018, p. 11).
Rossi, Valéria Rondon	Universidade Católica de Brasília - UCB	Ser-ninguém: um estudo de caso sobre a readaptação funcional na perspectiva da psicodinâmica do trabalho	2018	Dissertação	Brasília/DF	“Conhecer o sentido do trabalho docente para o professor readaptado com atuação fora da sala de aula, a partir da sua vivência e experiência na readaptação funcional na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.” (ROSSI, 2018, p. 7).

**APÊNDICE B- LEVANTAMENTO DE PRODUÇÃO: PERIÓDICOS DA
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL
SUPERIOR (CAPES)**

Autor(a)	Revista/ Instituição	Título	Ano	Tipo de Trabalho	Local	Objetivo
Macaia, Amanda Aparecida Silva; Fischer, Frida Marina	Saúde e sociedade	Retorno ao trabalho de professores após afastamentos por transtornos mentais	2015	Artigo	São Paulo/SP	“Analisar os sentidos de retorno ao trabalho atribuídos por professores após afastamentos devido a transtornos mentais e comportamentais.” (MACAIA; FISCHER, 2015, p. 841).
Lemes, Mariana Carolina; Chiesse, Daniel Roxo de Paula	Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas	Professor Readaptado: Perspectivas de Proteção	2016	Artigo	Brasília/DF	“Responder de que forma um professor se torna readaptado, apresentando- se como hipótese a necessidade de políticas públicas para salvaguarda dos direitos do professorado.” (LEMES; CHIESSE, 2016, p, 224).
Rodrigues, Kátissa Galgania Feitosa Coutinho; Santos, Cícero Reginaldo Nascimento	Revista de psicologia	Readaptação dos Professores em Bibliotecas Escolares Públicas no Brasil: Uma Reflexão Psicológica sobre a Autoestima	2017	Artigo	On-line	“Compreender o adocimento laboral dos professores readaptados por lei em bibliotecas escolares públicas no Brasil e a relação com concepção psicológica da autoestima.” (RODRIGUES; SANTOS, 2017, p. 281).
Nepomuceno, Ferreira Gisele; Duarte, Abdala Rachel	Revista Ciências Humanas	Identidade Profissional e o Estigma Social do Professor Readaptado	2017	Artigo	Taubaté/SP	“Compreender a problemática do ponto de vista dos professores, em especial daqueles que adocem e se readaptam a uma nova função.” (FERREIRA; ABDALA, 2017, p.25).
José Valvernages de Farias; Joelson Rodrigues Miguel	Revista de psicologia	Readaptação Funcional: Uma voz silenciada no canto da Escola	2019	Artigo	On-line	“Entender o sentido do processo de readaptação funcional vivenciada pelos professores efetivos da rede pública municipal do município de Banabuiú-CE, discorrendo sobre os impactos que este processo produz na vida desses trabalhadores.” (FARIAS; MIGUEL, 2019, p. 301).

Coelho, Alessandra Damasceno Franck; Sá, Elizangela Barroso Figueiredo de	Revista Libertas	O adoecimento docente e a readaptação funcional dos servidores públicos no município de Juiz de Fora	2019	Artigo	Juiz de Fora	“Analisar os rebatimentos das transformações da sociedade capitalista e suas consequências no mundo do trabalho, tendo como foco de estudo a saúde do trabalhador docente no município de Juiz de Fora, vinculados a Secretaria Municipal de Educação, que estão em processo de afastamento/readaptação funcional no Departamento de Ambiente Organizacional (DAMOR).” (COELHO, SÁ, 2019, p. 241).
Ferreira, Cirivalda Lopes; Silva, Amanda Barbosa da	Revista de psicologia	O contexto atual da Educação: um desafio para o professor	2019	Artigo	On-line	“Destacar histórias de vida da docência, e como os docentes podem desenvolver doenças de cunho psicológico, como a síndrome do Burnout através dos inúmeros fatores ligados ao esgotamento profissional, o texto também aborda como a falta de políticas públicas tem contribuído para este cenário.” (FERREIRA; SILVA, 2019, p. 1034).
Marcela Maria Birolim; Arthur Eumann Mesas; Alberto Duran Gonzalez; Hellen Geremias dosSantos; Maria doCarmo Fernandez Lourenco Haddad; Selma Maffei deAndrade	Ciência & Saúde Coletiva	Trabalho de alta exigência entre professores: associações com fatores ocupacionais conforme o apoio social	2019	Artigo	On-line	“Verificar os fatores ocupacionais associados ao trabalho de alta exigência entre professores da educação básica e se as associações variavam conforme o apoio social.” (BIROLIM <i>et al.</i> , 2019, p. 1255).
Silva, Gleice Aparecida Santos	Universidade Federal de Minas Gerais	Readaptação funcional de professores da rede Municipal de Educação de Belo	2020	Dissertação	Belo Horizonte/MG	“Realizar um estudo introdutório da readaptação funcional de professores na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.” (SILVA,

		Horizonte: um estudo introdutório				2020, p. 8).
--	--	---	--	--	--	--------------

APÊNDICE C- LEVANTAMENTO DE PRODUÇÃO: LITERATURA LATINO-AMERICANA E DO CARIBE EM CIÊNCIAS DA SAÚDE (LILACS)

Autor(a)	Revista /Instituição	Título	Ano	Tipo de Trabalho	Local	Objetivo
Medeiros, Adriane Mesquita de; Barreto, Sandhi Maria; Assunção, Ada Ávila.	Cad. Saúde colet.	Professores afastados da docência por disfonia: o caso de Belo Horizonte	2006	Artigo	Rio de Janeiro/RJ	Conhecer o perfil dos professores em readaptação funcional definitiva por disfonia na rede municipal de Belo Horizonte, no período de 1996 a 2004.
Santos, Neide Sant'Anna Moura dos	Universidade de São Paulo- USP	Quando os dados oficiais revelam condições de trabalho: análise dos agravos à saúde de professores das escolas públicas do Município de São Paulo	2004	Tese	São Paulo/SP	“Descrever e analisar as condições de trabalho dos professores, identificando-se as condições favoráveis e desfavoráveis do trabalho docente e sua repercussão na vida e no processo saúde-doença.” (SANTOS, 2004, p. 3).
Macedo, Cristiane S; Souza, Carla Lima de; Thomé, Célia	Revista Baiana de Saúde Pública	Readaptação de professores por disfonia na rede municipal de ensino de Salvador	2008	Artigo	Salvador/BH	“Verificar a frequência de readaptações de professores da rede municipal, por alteração de voz, em Salvador, abordando questões mais específicas, tais como comparação da frequência de readaptação por disfonia em relação a outros agravos da saúde e conhecimento sobre o perfil dos professores em readaptação por disfonia.” (MACEDO; SOUZA; THOMÉ, 2008, p. 72).
Amaral, Grazielle Alves; Mendes, Ana Magnólia; Facas, Emílio Peres.	Revista Subjetividades	(Im)possibilidade de mobilização subjetiva na clínica das patologias do trabalho: o caso das professoras readaptadas	2019	Artigo	On-line	“Problematizar o conceito dejouriano de mobilização subjetiva em contexto de trabalhadores adoecidos (AMARAL; MENDES; FACAS, 2019, p. 1).

**APÊNDICE D- LEVANTAMENTO DE PRODUÇÃO: SCIENTIFIC
ELETRONIC LIBRARY ONLINE (SCIELO)**

Autor(a)	Revista	Título	Ano	Tipo de Trabalho	Local	Objetivo
Schmidt, Maria Luiza; Freitas, Larissa; Querubin, Camila; Tonon, Venâncio; Menezes, Tainara	Psic., Saúde & Doenças	Clínica do trabalho com professores readaptados na abordagem da psicodinâmica do trabalho	2020	Artigo	On-line	“Visa o desenvolvimento de um espaço grupar de escuta para professores readaptados.” (SCHMIDT <i>et al.</i> , 2020, p. 22).

APÊNDICE E – OFÍCIO PARA A SECRETÁRIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL (SED/MS)

Prezada Sra. Maria Cecília Amendola da Motta,
Secretária Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul.

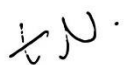
A pesquisadora responsável Daniella Moreira Lima e a pesquisadora Vanessa Catherina Neumann Figueiredo, solicitam autorização da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul – SED/MS para terem acesso aos dados sobre os docentes readaptados, através da Coordenadoria Regional de Educação 3 (CRE-3/SED), e para a realização de entrevistas semiestruturadas nas Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino nos municípios de Corumbá e Ladário/MS.

Os sujeitos da pesquisa intitulada “*Sofrimento psíquico: um estudo com professores(as) readaptados(as) da Rede Estadual de Ensino em Corumbá e Ladário/MS*”, serão voluntários(as), não havendo sanções caso eles(as) não queiram participar e só responderão aos instrumentos após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e da autorização institucional.

O objetivo central do estudo é compreender o processo de sofrimento e adoecimento no trabalho de docentes readaptados nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Corumbá e de Ladário, MS. Para isso, serão analisados os processos intersubjetivos e intrapsíquicos ligados à organização do trabalho, assim como o modo de significação do sofrimento que levou a alterações na trajetória profissional e a realocções funcionais.

Os resultados serão publicados sempre em relação ao grupo pesquisado e o sigilo referente a suas identificações será assegurado, sendo preservada a privacidade dos envolvidos na proposta. Informamos que não haverá custos para a instituição e também não haverá pagamento pela participação na pesquisa. Na medida do possível, não iremos interferir na operacionalização e/ou nas atividades cotidianas desenvolvidas, sendo agendado o melhor horário com cada participantes que aceite responder à pesquisa.

Importante dizer que o estudo foi planejado de modo a gerar um mínimo de possibilidades de ocorrência de quaisquer danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural, espiritual ou à sua dignidade, tanto durante como após a sua realização. Contudo, os riscos mínimos que podem ocorrer são: desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio, cansaço ou aborrecimento ao responder a entrevista, alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias relacionadas ao ambiente de trabalho e constrangimento ao se expor no momento da entrevista. Caso exista sofrimento ou constrangimento por causa das questões, e caso assim o desejem, os(as) participantes serão acompanhados(as) e



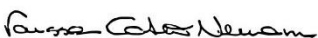
encaminhados(as) para atendimento psicológico na Clínica Escola do Campus do Pantanal.


Esclarecemos que a autorização institucional faz parte das condições exigidas para a aprovação bioética para a execução de qualquer estudo envolvendo seres humanos, sob qualquer forma ou dimensão, em consonância com a Resolução nº 466, de dezembro de 2012, que visa as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos e a Resolução nº 510, de abril de 2016, que reconhece as especificidades éticas das pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais (CHS), ambas do Conselho Nacional de Saúde.

Embora não ofereça nenhum benefício direto à instituição ou participantes, os resultados permitirão a compreensão das vivências relativas ao adoecimento no trabalho, podendo nortear novas práticas e readaptação dos professores.

Em caso de dúvidas quanto à pesquisa, você pode entrar em contato com a pesquisadora responsável através do e-mail: dmorlima@gmail.com, telefone (67) 99616-7946 e também com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos UFMS (CEP/UFMS) referente a dúvidas quanto à condução ética do estudo, localizado no Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, prédio das Pró-Reitorias 'Hércules Maymone' – 1º andar, CEP: 79070900. Campo Grande – MS; e-mail: cepconep.propp@ufms.br; telefone: 67-3345-7187; atendimento ao público: 07:30-11:30 no período matutino e das 13:30 às 17:30 no período vespertino.

Corumbá/MS, 22 de junho de 2021.


Vanessa Catherina Neumann Figueiredo
Pesquisadora


Daniella Moreira Lima
Pesquisadora Responsável

APÊNDICE F – TERMO DE AUTORIZAÇÃO (SED/MS)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, _____,
ocupante do cargo de _____
na instituição _____, após ter tomado conhecimento do projeto de pesquisa intitulado “*Sofrimento psíquico: um estudo com professores(as) readaptados(as) da Rede Estadual de Ensino em Corumbá e Ladário/MS*”, que tem como objetivo compreender o processo de sofrimento e adoecimento no trabalho de docentes readaptados nas escolas da Rede Estadual de Ensino nos municípios supracitadas, **autorizo** as pesquisadoras Daniella Moreira Lima e Vanessa Catherina Neumann Figueiredo a terem acesso aos dados sobre os docentes readaptados, através da Coordenadoria Regional de Educação 3 (CRE-3/SED) e a realização de entrevistas semiestruturadas nas Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino nos municípios de Corumbá e Ladário/MS.

Esta autorização está sendo concedida desde que as seguintes premissas sejam respeitadas:

- as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do presente projeto;
- as pesquisadoras se comprometem a preservar o sigilo referente a identificações dos sujeitos entrevistados, bem como de seus dados, conforme a Resolução 466/12 e a Resolução 510/16, ambas do Conselho Nacional de Saúde;
- os sujeitos serão voluntários(as), não havendo sanções caso eles(as) não queiram participar da pesquisa;
- os sujeitos só responderão aos instrumentos após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e da autorização institucional, após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Local e data: _____

Assinatura e carimbo da responsável legal pela Secretaria de Estado de
Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS)

APÊNDICE G – OFÍCIO PARA OS(AS) RESPONSÁVEIS LEGAIS DAS INSTITUIÇÕES (ESCOLAS)

Ao(a)

Diretor(a) da Escola Estadual

Prezado(a) Senhor(a)

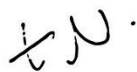
A pesquisadora responsável Daniella Moreira Lima e a pesquisadora Vanessa Catherina Neumann Figueiredo, solicitam sua autorização para o desenvolvimento da pesquisa intitulada “*Sofrimento psíquico: um estudo com professores(as) readaptados(as) da Rede Estadual de Ensino em Corumbá e Ladário/MS*”, assim como o acesso aos professores readaptados desta instituição para a realização de entrevistas semiestruturadas e a obtenção de dados sociodemográficos.

O objetivo central do estudo é compreender o processo de sofrimento e adoecimento no trabalho de docentes readaptados nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Corumbá e de Ladário, MS. Para isso, serão analisados os processos intersubjetivos e intrapsíquicos ligados à organização do trabalho, o modo de significação do sofrimento que levou a alterações na trajetória profissional e a realocações funcionais.

Os sujeitos da pesquisa serão voluntários(as), não havendo sanções caso eles(as) não queiram participar ou desistam de participar após terem dado autorização. Os(as) participantes só responderão aos instrumentos após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e da autorização institucional.

Os resultados serão publicados sempre em relação ao grupo pesquisado e o sigilo referente a suas identificações será assegurado, sendo preservada a privacidade dos envolvidos na proposta. Informamos que não haverá custos para a instituição e também não haverá pagamento pela participação na pesquisa. Na medida do possível, não iremos interferir na operacionalização e/ou nas atividades cotidianas desenvolvidas, sendo agendado o melhor horário com cada participantes que aceite responder à pesquisa.

Importante dizer que o estudo foi planejado de modo a gerar um mínimo de possibilidades de ocorrência de quaisquer danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural, espiritual ou à sua dignidade, tanto durante como após a sua realização. Contudo, os riscos mínimos que podem ocorrer são: desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio, cansaço ou aborrecimento ao responder a entrevista, alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias relacionadas ao ambiente de trabalho e constrangimento ao se expor no momento da entrevista. Caso exista sofrimento ou constrangimento por causa



das questões, e caso assim o desejem, os(as) participantes serão acompanhados(as) e encaminhados(as) para atendimento psicológico na Clínica Escola do Campus do Pantanal.

Esclarecemos que a autorização institucional faz parte das condições exigidas para a aprovação bioética para a execução de qualquer estudo envolvendo seres humanos, sob qualquer forma ou dimensão, em consonância com a Resolução nº 466, de dezembro de 2012, que visa as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos e a Resolução nº 510, de abril de 2016, que reconhece as especificidades éticas das pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais (CHS), ambas do Conselho Nacional de Saúde.

Embora não ofereça nenhum benefício direto à instituição ou participantes, os resultados permitirão a compreensão das vivências relativas ao adoecimento no trabalho, podendo nortear novas práticas e readaptação dos professores.

Em caso de dúvidas quanto à pesquisa, você pode entrar em contato com a pesquisadora responsável através do e-mail: dmorlima@gmail.com, telefone (67) 99616-7946 e também com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos UFMS (CEP/UFMS) referente a dúvidas quanto à condução ética do estudo, localizado no Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, prédio das Pró-Reitorias 'Hércules Maymone' – 1º andar, CEP: 79070900. Campo Grande – MS; e-mail: cepconep.propp@ufms.br; telefone: 67-3345-7187; atendimento ao público: 07:30-11:30 no período matutino e das 13:30 às 17:30 no período vespertino.

Agradecemos antecipadamente seu apoio e compreensão, certos de sua colaboração para o desenvolvimento desse projeto.

Corumbá/MS, 22 de junho de 2021.


Vanessa Catherina Neumann Figueiredo
Pesquisadora


Daniella Moreira Lima
Pesquisadora Responsável

APÊNDICE H – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL (TAI/ESCOLAS)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, Aparecida da Silva Santos de Carvalho,
ocupante do cargo de Diretora
na instituição Escola Estadual Lene do Prado, após ter tomado
conhecimento do projeto de pesquisa intitulado "*Sofrimento psíquico: um estudo com
professores(as) readaptados(as) da Rede Estadual de Ensino em Corumbá e
Ladário/MS*", que tem como objetivo compreender o processo de sofrimento e
adocimento no trabalho de docentes readaptados nas escolas da Rede Estadual de Ensino
nos municípios supracitados e, para tanto, necessita a autorização para o acesso aos
professores readaptados desta instituição com o intuito de realizar entrevistas
semiestruturadas e obtenção de dados sociodemográfico, **autorizo** as pesquisadoras
Daniella Moreira Lima e Vanessa Catherina Neumann Figueiredo a terem acesso aos
docentes readaptados desta instituição e concedo um local/ambiente para realização da
referida pesquisa.

Esta autorização está sendo concedida desde que as seguintes premissas sejam
respeitadas:

- as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do presente projeto;
- as pesquisadoras se comprometem a preservar o sigilo referente a identificações dos sujeitos entrevistados, bem como de seus dados, conforme a Resolução 466/12 e a Resolução 510/16, ambas do Conselho Nacional de Saúde;
- os sujeitos serão voluntários(as), não havendo sanções caso eles(as) não queiram participar da pesquisa;
- os sujeitos só responderão aos instrumentos após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e autorização da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Local e data: Ladário, 23 de março de 2021

Aparecida da Silva S. de Carvalho
Assinatura e carimbo do(a) responsável legal pela instituição coparticipante

Aparecida da Silva S. de Carvalho
Diretora
Res. 7ª SED Nº 965 de 26/03/2020



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

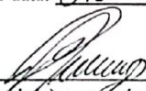
TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, Paulo EDUARDO MENDES BOLEJO,
ocupante do cargo de DIRETOR
na instituição FE. MARIA LEITE, após ter tomado
conhecimento do projeto de pesquisa intitulado "Sofrimento psíquico: um estudo com
professores(as) readaptados(as) da Rede Estadual de Ensino em Corumbá e
Ladário/MS", que tem como objetivo compreender o processo de sofrimento e
adocimento no trabalho de docentes readaptados nas escolas da Rede Estadual de Ensino
nos municípios supracitados e, para tanto, necessita a autorização para o acesso aos
professores readaptados desta instituição com o intuito de realizar entrevistas
semiestruturadas e obtenção de dados sociodemográfico, **autorizo** as pesquisadoras
Daniella Moreira Lima e Vanessa Catherina Neumann Figueiredo a terem acesso aos
docentes readaptados desta instituição e concedo um local/ambiente para realização da
referida pesquisa.

Esta autorização está sendo concedida desde que as seguintes premissas sejam
respeitadas:

- as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do presente projeto;
- as pesquisadoras se comprometem a preservar o sigilo referente a identificações dos sujeitos entrevistados, bem como de seus dados, conforme a Resolução 466/12 e a Resolução 510/16, ambas do Conselho Nacional de Saúde;
- os sujeitos serão voluntários(as), não havendo sanções caso eles(as) não queiram participar da pesquisa;
- os sujeitos só responderão aos instrumentos após a assinatura do Termo de Consentimento Livr e Esclarecido (TCLE) e autorização da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Local e data: CORUMBÁ, 15/03/2022


Assinatura e carimbo do(a) responsável legal pela instituição coparticipante

Paulo Eduardo Mendes Bolejo
Diretor
Desig. Res. "P" SED Nº 965
D.O 10132 de 30/03/2020



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, BENEDITO APARECIDO DE SOUZA SANTIAGO,
ocupante do cargo de DIRETOR ADMINISTRATIVO,
na instituição EE KATHERCIA POMPEO DOS SANTOS, após ter tomado
conhecimento do projeto de pesquisa intitulado "*Sofrimento psíquico: um estudo com
professores(as) readaptados(as) da Rede Estadual de Ensino em Corumbá e
Ladário/MS*", que tem como objetivo compreender o processo de sofrimento e
adocimento no trabalho de docentes readaptados nas escolas da Rede Estadual de Ensino
nos municípios supracitados e, para tanto, necessita a autorização para o acesso aos
professores readaptados desta instituição com o intuito de realizar entrevistas
semiestruturadas e obtenção de dados sociodemográfico, **autorizo** as pesquisadoras
Daniella Moreira Lima e Vanessa Catherina Neumann Figueiredo a terem acesso aos
docentes readaptados desta instituição e concedo um local/ambiente para realização da
referida pesquisa.

Esta autorização está sendo concedida desde que as seguintes premissas sejam
respeitadas:

- as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do presente projeto;
- as pesquisadoras se comprometem a preservar o sigilo referente a identificações dos sujeitos entrevistados, bem como de seus dados, conforme a Resolução 466/12 e a Resolução 510/16, ambas do Conselho Nacional de Saúde;
- os sujeitos serão voluntários(as), não havendo sanções caso eles(as) não queiram participar da pesquisa;
- os sujeitos só responderão aos instrumentos após a assinatura do Termo de Consentimento Livr e Esclarecido (TCLE) e autorização da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Local e data: CORUMBÁ, MS 15/03/2022

Assinatura e carimbo do(a) responsável legal pela instituição coparticipante

Benedito Aparecido de Souza Santiago
Diretor
Resolução nº SED Nº 965, de 26/03/2020
DO Nº 10132 de 30/03/2020



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, Antonio Cesar Coelho Assad,
ocupante do cargo de Diretor
na instituição Escola Estadual Octacilio J. da Silva após ter tomado
conhecimento do projeto de pesquisa intitulado "Sofrimento psíquico: um estudo com
professores(as) readaptados(as) da Rede Estadual de Ensino em Corumbá e
Ladário/MS", que tem como objetivo compreender o processo de sofrimento e
adocimento no trabalho de docentes readaptados nas escolas da Rede Estadual de Ensino
nos municípios supracitados e, para tanto, necessita a autorização para o acesso aos
professores readaptados desta instituição com o intuito de realizar entrevistas
semiestruturadas e obtenção de dados sociodemográfico, **autorizo** as pesquisadoras
Daniella Moreira Lima e Vanessa Catherina Neumann Figueiredo a terem acesso aos
docentes readaptados desta instituição e concedo um local/ambiente para realização da
referida pesquisa.

Esta autorização está sendo concedida desde que as seguintes premissas sejam
respeitadas:

- as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do presente projeto;
- as pesquisadoras se comprometem a preservar o sigilo referente a identificações dos sujeitos entrevistados, bem como de seus dados, conforme a Resolução 466/12 e a Resolução 510/16, ambas do Conselho Nacional de Saúde;
- os sujeitos serão voluntários(as), não havendo sanções caso eles(as) não queiram participar da pesquisa;
- os sujeitos só responderão aos instrumentos após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e autorização da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Local e data: Corumbá MS 15/03/2020

Assinatura e carimbo do(a) responsável legal pela instituição coparticipante

Antonio Cesar Coelho Assad
Diretor
Resolução "P" SED Nº 965 - 26/08/2020
D.O. Nº 10132 - 30/03/2020



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, Roxley Lopes Soares da Rosa Mansille,
ocupante do cargo de Diretora
na instituição E.E. Carlos de Castro Brasil, após ter tomado
conhecimento do projeto de pesquisa intitulado "Sofrimento psíquico: um estudo com
professores(as) readaptados(as) da Rede Estadual de Ensino em Corumbá e
Ladário/MS", que tem como objetivo compreender o processo de sofrimento e
adocimento no trabalho de docentes readaptados nas escolas da Rede Estadual de Ensino
nos municípios supracitados e, para tanto, necessita a autorização para o acesso aos
professores readaptados desta instituição com o intuito de realizar entrevistas
semiestruturadas e obtenção de dados sociodemográfico, **autorizo** as pesquisadoras
Daniella Moreira Lima e Vanessa Catherina Neumann Figueiredo a terem acesso aos
docentes readaptados desta instituição e concedo um local/ambiente para realização da
referida pesquisa.

Esta autorização está sendo concedida desde que as seguintes premissas sejam
respeitadas:

- as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do presente projeto;
- as pesquisadoras se comprometem a preservar o sigilo referente a identificações dos sujeitos entrevistados, bem como de seus dados, conforme a Resolução 466/12 e a Resolução 510/16, ambas do Conselho Nacional de Saúde;
- os sujeitos serão voluntários(as), não havendo sanções caso eles(as) não queiram participar da pesquisa;
- os sujeitos só responderão aos instrumentos após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e autorização da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Local e data: US103/2022

Roxley Lopes Soares da Rosa Mansille

Assinatura e carimbo do(a) responsável legal pela instituição coparticipante

Roxley Lopes Soares da Rosa Mansille
Diretora

RES P SED Nº 965/2020 26/03/2020
D O 10132 DE 30/03/2020



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, Fernando Silva da Cruz,
ocupante do cargo de DIRETOR
na instituição Escola Estadual Dom Bosco, após ter tomado conhecimento do projeto de pesquisa intitulado "Sofrimento psíquico: um estudo com professores(as) readaptados(as) da Rede Estadual de Ensino em Corumbá e Ladário/MS", que tem como objetivo compreender o processo de sofrimento e adoecimento no trabalho de docentes readaptados nas escolas da Rede Estadual de Ensino nos municípios supracitados e, para tanto, necessita a autorização para o acesso aos professores readaptados desta instituição com o intuito de realizar entrevistas semiestruturadas e obtenção de dados sociodemográfico, **autorizo** as pesquisadoras Daniella Moreira Lima e Vanessa Catherina Neumann Figueiredo a terem acesso aos docentes readaptados desta instituição e concedo um local/ambiente para realização da referida pesquisa.

Esta autorização está sendo concedida desde que as seguintes premissas sejam respeitadas:

- as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do presente projeto;
- as pesquisadoras se comprometem a preservar o sigilo referente a identificações dos sujeitos entrevistados, bem como de seus dados, conforme a Resolução 466/12 e a Resolução 510/16, ambas do Conselho Nacional de Saúde;
- os sujeitos serão voluntários(as), não havendo sanções caso eles(as) não queiram participar da pesquisa;
- os sujeitos só responderão aos instrumentos após a assinatura do Termo de Consentimento Livr e Esclarecido (TCLE) e autorização da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Local e data: Corumbá - MS, 10/03/2022

Assinatura e carimbo do(a) responsável legal pela instituição coparticipante

Fernando Silva da Cruz
Diretor
Escola Estadual Dom Bosco
Corumbá-MS
Resolução "P" SED nº 1, de 03/01/2020



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, Vanessa Souza Neves Correia Reizeme Araújo,
ocupante do cargo de diretora
na instituição Escola Gabriel Damasceni de Barros, após ter tomado
conhecimento do projeto de pesquisa intitulado "Sofrimento psíquico: um estudo com
professores(as) readaptados(as) da Rede Estadual de Ensino em Corumbá e
Ladário/MS", que tem como objetivo compreender o processo de sofrimento e
adocimento no trabalho de docentes readaptados nas escolas da Rede Estadual de Ensino
nos municípios supracitados e, para tanto, necessita a autorização para o acesso aos
professores readaptados desta instituição com o intuito de realizar entrevistas
semiestruturadas e obtenção de dados sociodemográfico, **autorizo** as pesquisadoras
Daniella Moreira Lima e Vanessa Catherina Neumann Figueiredo a terem acesso aos
docentes readaptados desta instituição e concedo um local/ambiente para realização da
referida pesquisa.

Esta autorização está sendo concedida desde que as seguintes premissas sejam
respeitadas:

- as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do presente projeto;
- as pesquisadoras se comprometem a preservar o sigilo referente a identificações dos sujeitos entrevistados, bem como de seus dados, conforme a Resolução 466/12 e a Resolução 510/16, ambas do Conselho Nacional de Saúde;
- os sujeitos serão voluntários(as), não havendo sanções caso eles(as) não queiram participar da pesquisa;
- os sujeitos só responderão aos instrumentos após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e autorização da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Local e data: Corumbá, 15 de março de 2022

Vanessa Souza Araújo
Assinatura e carimbo do(a) responsável legal pela instituição coparticipante

Criação Decreto/SED nº 6893 de 01/12/1992
Av. Nossa Senhora da Candelária s/nº
Bairro: Maria Leite
CEP: 79.310-050 Fone: (67) 3231-6711
e-mail: eedqvdb@sed.ms.gov.br
Corumbá - MS

APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante, o(a) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “*Sofrimento psíquico: um estudo com professores(as) readaptados(a) da Rede Estadual de Ensino em Corumbá e Ladário/MS*”, apresentada pela pesquisadora responsável Daniella Moreira Lima e pela pesquisadora Vanessa Catherina Neumann Figueiredo. O objetivo central do estudo é compreender o processo de sofrimento e adoecimento no trabalho de docentes readaptados nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Corumbá e de Ladário, MS. Para isso, serão analisados os processos intersubjetivos e intrapsíquicos ligados à organização do trabalho, assim como o modo de significação do sofrimento que levou a alterações na trajetória profissional e a realocações funcionais. O convite para a sua participação se deve ao fato do(a) senhor(a) ser professor(a) efetivo(a) de Rede Estadual de Ensino nos municípios supracitados, estar em processo de readaptação temporária ou definitiva, mas que estejam atuando na instituição escolar e ter se afastado(a) da função original por motivo de adoecimento. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e o(a) senhor(a) tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, tendo liberdade para retirar seu consentimento a qualquer momento. O(a) senhor(a) não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações pelo(a) o(a) senhor(a) prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo(a) será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa conforme a Resolução nº 466, de dezembro de 2012, que visa as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos e a Resolução nº 510, de abril de 2016 referente as especificidades éticas das pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais (CHS), ambas do Conselho Nacional de Saúde. Além disso, o(a) senhor(a) poderá solicitar indenização caso algum dano ocorra decorrente da pesquisa em questão (por exemplo a perda do anonimato), assim como será garantida a cobertura material para reparação a dano e, em caso de gastos adicionais referente a sua participação na pesquisa, o(a) senhor(a) (e seu acompanhante, se houver) será ressarcido, conforme os termos da Resolução CNS nº. 466, de 2012, itens IV.3, V.7, II.7 e II.21; e Código Civil, Lei 10.406, de 2002, artigos 927 a 954, Capítulos I, "Da Obrigação de Indenizar", e II, "Da Indenização", Título IX, "Da Responsabilidade Civil". O(a) senhor(a) não receberá nenhum tipo de compensação financeira por sua participação neste estudo, pois será voluntária e também não há nenhum custo previsto pela sua participação na pesquisa. A entrevista somente será realizada caso o(a) senhor(a) aceite a gravação, sendo esta essencial, pois posteriormente sua fala será transcrita na íntegra, contribuindo assim, com a interpretação e análise dos dados, que acarretaram no estudo sobre o conteúdo manifesto e latente que podem a vir a serem revelados mediante as verbalizações. O tempo previsto de duração da entrevista é de 40 minutos, e do questionário aproximadamente 10 minutos, ocorrendo de forma presencial, no espaço cedido através da instituição coparticipante, buscando não interferir na operacionalização e/ou nas atividades cotidianas desenvolvidas pelo(a) senhor(a). Para isso, a data e o horário da entrevista serão marcados antecipadamente, contemplando a disponibilidade do(a) entrevistado(a). As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, e somente terão acesso a esse material as pesquisadoras

citadas no TCLE. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12 e orientações do CEP/UFMS e com o fim deste prazo, será descartado. Este estudo foi planejado de modo a gerar um mínimo de possibilidades de ocorrência de quaisquer danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural, espiritual ou à sua dignidade, tanto durante como após a realização do estudo. Contudo, os riscos mínimos que podem ocorrer são: desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio, cansaço ou aborrecimento ao responder a entrevista, alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias relacionadas ao ambiente de trabalho e constrangimento ao se expor no momento da entrevista. Caso o(a) senhor(a) se sinta constrangido(a) diante de questões da vida ocupacional ou por quaisquer outras razões, pode se recusar a responde-las ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa. Mesmo que aceite participar, o(a) senhor(a) tem o direito de recusar-se a falar sobre situações que ocasionem sofrimento e constrangimento de qualquer natureza, não sendo necessário esclarecer as razões para tal, sem qualquer penalização ou prejuízo. Em relação aos benefícios, ressalta-se que ocorrerá de forma indireta e posterior, logo, sua participação contribuirá para o conhecimento científico, principalmente no campo da educação e saúde, bem como para a comunidade na qual está inserido e a sociedade de um modo geral, possibilitando a promoção na qualidade de vida. Caso se sinta abalado(a) emocionalmente por debater sobre o sofrimento e patologias decorrentes do trabalho, o(a) senhor(a) poderá ser encaminhado(a) e acompanhado(a) pela pesquisadora responsável ao Setor de Clínica da UFMS, para atendimento individual. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, o(a) senhor(a) poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Rubrica do(a) participante

Rubrica da pesquisadora responsável

Os resultados desta pesquisa serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante, artigos científicos e no formato de dissertação/tese. Ao final da pesquisa os(as) entrevistados(as) serão convidados(as) a participar de uma reunião, via Google Meet, com o intuito de apresentar e esclarecer os dados obtidos, bem como debater sobre eles.

Este termo é redigido em duas vias, sendo uma do(a) participante da pesquisa e outra da pesquisadora. Em caso de dúvidas quanto à sua participação, o(a) senhor(a) pode entrar em contato com a pesquisadora responsável através do e-mail: dmorlima@gmail.com, do telefone (67) 99616-7946, ou por meio do Laboratório de Saúde Mental do Trabalhador, localizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal (UFMS/CPAN), Unidade I. Endereço: Av. Rio Branco 1.270; bairro: Universitário; CEP: 79304-902; cidade: Corumbá/MS.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMS (CEP/UFMS), localizado no Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, prédio das Pró-Reitorias 'Hércules Maymone' – 1º andar, CEP: 79070900. Campo Grande – MS; e-mail: cepconep.propp@ufms.br; telefone: 67-3345-7187; atendimento ao público: 07:30-11:30 no período matutino e das 13:30 às 17:30 no período vespertino. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma, o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

[] marque esta opção o(a) senhor(a) concorda que durante sua participação na pesquisa seja realizada a gravação em áudio e/ou vídeo.

[] marque esta opção o(a) senhor(a) não concorda que durante sua participação na pesquisa seja realizada a gravação em áudio e/ou vídeo.

Nome e assinatura da pesquisadora

_____, _____ de _____ de _____
Local e data

Nome e assinatura do(a) participante da pesquisa

_____, _____ de _____ de _____
Local e data

APÊNDICE J - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA AS ENTREVISTAS

Questões:

1. Fale-me sobre seu trabalho e seus sentimentos com relação a ele.
2. Como o trabalho tem afetado sua saúde?
3. O que você faz para lidar (dar conta) com o dia-a-dia no trabalho?
4. Você sente que tem autonomia no trabalho? Explique.
5. Há possibilidade para ser criativo?
6. Você enfrenta alguma dificuldade no trabalho? Se sim, quais?
7. Fale sobre o ambiente físico da escola (iluminação, ventilação, ruídos, condições em geral).
8. Como é sua relação com os colegas de trabalho?
9. Você acredita que há hierarquia no seu local de trabalho? Se sim, explique.
10. Houve algum momento de frustração e insegurança no trabalho.

Conte-me sobre ele.

11. Como se deu a sua readaptação funcional.
12. Existem diferenças entre o que fazia antes e o que faz agora? Quais?

APÊNDICE K – PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade: _____

Escolaridade:

Estado civil: () Solteiro(a) () Casado(a) () Divorciado(a)

Possui de filhos(as): () Sim () Não. Se sim, quanto(s): _____

Escola atual: _____

Trabalha em outra escola: () Sim () Não

Tempo de docência: _____ Carga horária semanal: _____

Número de turnos na escola: () Um () Mais de um

Data da readaptação: ____/____/____

Motivo da readaptação funcional: _____

Tempo que está readaptado: _____

Função exercida atualmente na Unidade Escolar:

Exerce outra atividade Profissional? () Sim () Não. Se sim, qual?
